



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

LAÍS HELLENA ARAUJO DE PAIVA BARROS

TRANSPATERNIDADES EM EXISTÊNCIA:

repertórios e aproximações sobre a experiência de gestação e cuidado por um homem trans
pai

Recife

2022

LAÍS HELLENA ARAUJO DE PAIVA BARROS

TRANSPATERNIDADES EM EXISTÊNCIA: repertórios e aproximações sobre a
experiência de gestação e cuidado por um homem trans pai

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia

Orientador: Prof. Dr. Jorge Luiz Cardoso Lyra da Fonseca.

Recife

2022

Catálogo na fonte
Bibliotecária Valdicéa Alves Silva, CRB4-1260

B277t Barros, Laís Hellena Araujo de Paiva
Transpaternidades em existência: repertórios e aproximações sobre a experiência de gestação e cuidado por um homem trans pai / Laís Hellena Araujo de Paiva Barros. – 2022.
119 f.: il.; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Luiz Cardoso Lyra da Fonseca.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Recife, 2022.
Inclui referências.

1. Psicologia. 2. Transexualismo. 3. Transexual. 4. Proteção - Zelo. 5. Emocionais psíquicas - Corporais. 6. Ação social – Mudança. 7. Comportar de maneiras específicas. I. Fonseca, Jorge Luiz Cardoso Lyra da (Orientador). II. Título.

150 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2022-123)

LAÍS HELLENA ARAUJO DE PAIVA BARROS

TRANSPATERNIDADES EM EXISTÊNCIA: repertórios e aproximações sobre a
experiência de gestação e cuidado por um homem trans pai

Dissertação apresentada ao Programa de Pós
Graduação em Psicologia da Universidade
Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e
Ciências Humanas, como requisito para a
obtenção do título de Mestra em Psicologia.
Área de concentração: PSICOLOGIA.

APROVADA em 22/02/2022.

Prof. Dr. Jorge Luiz Cardoso Lyra da Fonseca (Presidente/Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Marcos Antônio Ferreira do Nascimento (Examinador Externo)
Instituto Fernandes Figueira/Fiocruz

Prof. Dr. Benedito Medrado Dantas (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

À Julia Galega

AGRADECIMENTOS

Agradecer é uma dádiva que tenho por reverenciar quem caminhou comigo, me lembrando da leveza da vida! Nessas páginas, em cada canto dessas frases, reflexões e inquietações, tem a força, a energia, as risadas e porque não dizer as lágrimas amparadas por uma rede linda e robusta que me sustentou, segurou e cuidou diariamente de mim e dos meus! Colaborando pra meu equilíbrio e para que essa produção existisse, exercendo seu papel ético, social, político e porque não dizer afetivo, que eu sonho! Assim sendo, não economizo minhas palavras ao agradecer.

À minha mãe, Janise, pela vida! O aconchego desde que morei em seu corpo, minha primeira casa, que permanece sendo por meio de abraços, palavras e companheirismo sempre! Minha maior incentivadora e desconhecadora dos limites quando estes são os desejos e felicidades das filhas.

Ao meu pai, Haroldo, pelo incentivo ao mundo da curiosidade, conhecimento e transcendência, plantado desde meus primeiros momentos de existência nesse plano.

À minha irmã Diana, minha metade e a leveza que meu Eu precisou (e precisa sempre) em um processo tão desafiador. Ela que voa em criatividade e me lembrou a cada momento de manter a chama do afeto na confiança e da presença sempre. Gratidão, irmã! Por me lembrar de ancorar minha coragem.

Aos meus irmãos Theo e Romeo, meus vagalumes que evocam em mim a magia do mundo por esses olhinhos de encantamentos de viver o presente.

À minha avó Zeziclère, que me proporcionou conhecer o cuidado e a reverência à vida de uma forma que jamais imaginei vivenciar.

A Tetê (Eudes), que mantém a firmeza da doçura em nossas vidas e em tempos de crise sempre tem um pãozinho doce pra abrandar nossos corações (e estômagos) em casa.

À Core e Argus, os nossos amores de pureza que sustentam olhares de amor, candura e presença quando a vida humana se mostra imersa ao caos.

À Monkinha, que há 21 anos acompanha meu eu e, segundo minha mãe, me mimando.

A Leto, por tanto! A benção, meu pai! A minha gratidão imensa por abraçar quem eu sou, e ver na minha existência a potência que eventualmente passa ao meu próprio esquecimento. Meu Ori não poderia estar em melhores mãos materiais.

A Jorge Lyra, pelo tanto de ensinamentos, amparo e disponibilidade em seguir ensinando o que é fazer ciência política pra a graduanda de olhos brilhantes do quinto período de Psicologia que ainda habita em mim! Conseguimos! Seguimos juntas e conseguimos.

Ao GEMA, e aos Geminhas, por me lembrarem constantemente que nós fazemos o mundo e ele tem jeito sim.

A Benedito Medrado, minha banca de tantos ciclos que não me deixa aquietar com o que é inquietante.

A Marcos Nascimento que com suas contribuições transmitidas com a doçura e força de sua voz, apontaram para mais caminhos potentes e olhares possíveis.

A Daniel, por estar ao meu lado e eventualmente na minha frente abrindo meus caminhos mentais e amparando meu coração quando precisei (e preciso). A presença como presente, meu amigo querido.

A Cacau, Pati e Ewe, por serem incentivo, irmandade e acolhimento em tantos aspectos quando eu achei que o desespero tinha batido na minha porta.

À Vanni, Lau e Camis por serem brisa, maresia e respiro em tempos de tufões, tsunamis e, por vezes, desespero.

À Juliana Keila, Well e Anny pelo olhar carinhoso às minhas palavras escritas, à escuta acolhedora às palavras ditas, por serem meus “anjos acadêmicos”.

À Rebeca, Lua, Túlio e Lígia pela parceria construída e tantos desabafos e compartilhamentos de nossos processos! As dores compartilhadas e as conquistas celebradas com nossos pares são de uma potência e amparo sem tamanho.

À Fernanda Ximenes, por proporcionar um “giro conceitual acadêmico-subjetivo” dentro de mim ao compartilhar sua tese, ainda não depositada, comigo. Suas palavras envoltas em metáforas e imagens me lembraram da potência de subversão que temos como pesquisadoras psis em um momento em que eu era só aridez científica.

À Duda Moura, Natali, Carol Milet, Giselle, Roberta, Oneida e Rafael por me lembrarem que existe um outro mundo teórico-prático-acadêmico-psi que eu também sou apaixonada.

Aos meus Dissidentes Diego, Anna, Mallys, Bruno, Celes, pelas gargalhadas entre a seriedade e a leveza compartilhada sobre escrita, Sandy e Junior e *o resto todo*.

A Paulo Bevilacqua por me ajudar a abrir com arte essa dissertação! A arte salva, a arte é política, não tenho dúvidas.

Aos meus demais familiares e amigas, à minha irmandade de caminhada espiritual, meus irmãos de fé, encontros que nutrem meu coração e alma. Gratidão por tecerem uma colcha de amor, afeto, proteção e pertencimento necessários ao respirar do meu ser nesse mundo. Caminhar em companhia é infinitamente melhor! Vocês são a prova disso.

Aos seres encantados e de luz que me rodeiam e me cuidam, às energias que regem meus caminhos, o amparo que transcende a razão foi e é epicentro de quem eu sou hoje! Ter a certeza de que quem me cuida não dorme e que não ando só é força motriz à minha caminhada.

A Apollo que, ao se mostrar, grita ao mundo a potência de ser quem se é! Meu respeito pela sua existência, honro tua história e cada palavra compartilhada.

À Facepe, que segue existindo e possibilitou que essa pesquisa fosse realizada em tempos tão desafiadores à ciência no Brasil.

A mim mesma, por persistir e permanecer acreditando!

Ao se ouvir que uma pessoa trans engravidou,
a reação é: “Isso não faz sentido”. No entanto,
as coisas são mais complexas.
Somos muito mais diversos.

(MACDONALD apud PRISCO, 2016, sp)

Embal-me nesse desejo de ser pai,
A barriga grande, roliça, teimando em tombar pra mim,
Decidida por mim, embora feita por outro.
Serei fértil em todo o restante.

(NERY, 2019, p. 262).

RESUMO

A pesquisa objetivou analisar os repertórios linguísticos produzidos por um homem trans pai que gestou sua filha, ou seja, um recorte específico de exercício da paternidade atravessado por um processo gestacional. Constatamos que as experiências das pessoas trans no campo dos cuidados reprodutivos assim como o manejo e atenção no âmbito da saúde reprodutiva, quando esta extrapola as necessidades do processo transexualizador - tido como “corretivo” evidenciando o caráter patológico sob o qual a transexualidade é compreendida socialmente -, são invisibilizadas. Há um caráter “impensável” da questão reprodutiva voltada ao público LGBT – especialmente ao “T” da sigla, uma “esterilidade simbólica” que coíbe estruturalmente qualquer possibilidade do exercício da parentalidade ou funções de cuidado por pessoas trans. Como suporte teórico utilizamos as concepções de *performatividade* propostos por Judith Butler sobre gênero, linguagem - que defende como indissociável ao pensarmos sobre as (des)construções identitárias -, e o Transfeminismo como uma alternativa feminista que propõe abarcar a diversidade de sujeitas do feminismo e pautas e demandas não cisgêneras. À sustentação teórico-metodológica, utilizamos o Construcionismo Social, que entende os fenômenos da vida cotidiana como construções sociais e produtos do contexto ao qual estão inseridos. Foram analisadas em contextos de *lives* veiculadas por *Instagrans* institucionais do Fórum LGBT de Pernambuco e Coletivo Mangueiras as falas de um homem trans pai que gestou. Esta estratégia considera as novas possibilidades de interação e comunicação considerando as mídias digitais enquanto prática na vida cotidiana, uma alternativa possível de pesquisa no hall de estudos das práticas discursivas a partir de matérias de diálogos públicos. Nas reflexões propostas na análise, definimos três momentos: o período gestacional, o exercício paterno e o puerpério, e o contexto social relativo ao cuidado das transpaternidades, o “berço social”. Entre os aspectos importantes que emergiram, encontramos a escassez de produções sobre o tema, o caráter estrutural na invisibilização das transmasculinidades, e a importância dos movimentos sociais às garantias de direitos.

Palavras-chave: Transexualidade; Homens Trans; Transmasculinidades; Transpaternidades; Cuidado; Performatividade.

ABSTRACT

The research had as its goal the analysis of the linguistic repertoires produced by a trans man father who bore his daughter, that is, a specific cut of paternity exercise crossed by a gestational process. It was found that the experiences of trans people in the field of reproductive care, as well as management and attention in the context of reproductive health, when it extrapolates the needs of the transsexualizing process - considered as “corrective”, evidencing the pathological character under which transsexuality is socially understood - are made invisible. There is an “unthinkable” character of the reproductive issue aimed at the LGBT public – especially the “T” of the acronym, a “symbolic sterility” that structurally restrains any possibility of exercising parenthood or care functions for trans people. As theoretical support, we use the concepts of *performativity* proposed by Judith Butler on gender, language - which she defends as inseparable when thinking about identity (de)constructions -, and Transfeminism as a feminist alternative that proposes to encompass the diversity of feminist subjects and agendas and non-cisgender demands. For theoretical-methodological support, we used Social Constructionism, which understands the phenomena of everyday life as social constructions and products of the context in which they are inserted. In the context of lives broadcast by institutional *Instagrams* of the LGBT Forum of Pernambuco and Coletivo Mangueiras, the speeches of a trans man father who carried his child were analyzed. This strategy considers the new possibilities of interaction and communication considering digital media as a practice in everyday life, being a possible research alternative in the hall of studies of discursive practices based on public dialogue materials. In the reflections and proposals in the analysis, we defined three moments: the gestational period, the paternal exercise and the puerperium, and the social context related to the care of transparenthood, the “social cradle”. Among the important aspects that emerged, we find the scarcity of productions on the subject, the structural character in the invisibilization of transmasculinities, and the importance of social movements to the guarantees of rights.

Keywords: Transsexuality; Trans men; Transmasculinities; Transparenthood; Care; Performativity.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Arte de capa da dissertação, por Paulo Bevilaqcuá.....	15
Figura 2 – Post de divulgação da Live veiculada pelo Fórum LGBT de Pernambuco (2021).....	73
Figura 3 - Post de divulgação da Live veiculada pelo Coletivo Mangueiras (2021).....	74

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

GEMA -	Núcleo de Estudos Feministas em Gênero e Masculinidades
UFPE –	Universidade Federal de Pernambuco
PIBIC-	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PPGpsi-	Programa de Pós Graduação em Psicologia
LGBTs -	Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros
BVS -	Biblioteca Virtual em Saúde
SciELO-	Scientific Electronic Library Online
PePSIC -	portal de Periódicos Eletrônicos de Psicologia
BDTD -	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAPES -	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
USP -	Universidade de São Paulo
DIU -	Dispositivo Intrauterino
MOVIHT -	Movimento Independente de Homens Trans e Transmasculinidade
CISAM -	Centro Integrado de Saúde Amaury de Medeiros

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
1.1	O corpo que performa a escrita: notas de uma pesquisadora no trabalho de parto de sua dissertação.....	16
1.2	O ponto de partida de uma recém chegada: diálogos e cenas sobre paternidades e novas possibilidades de roteiros.....	20
2	MARCO REFERENCIAL.....	25
2.1	Linguagem e inteligibilidade: o cenário “além da palavra”.....	25
2.2	Performance e Performatividade: “Todos nascemos nus e o resto é drag”.....	29
2.3	O Transfeminismo: uma alternativa feminista.....	35
3	LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO.....	45
3.1	Pesquisando em base de dados: Calculando rotas e as possíveis territórios.....	45
3.2	Definição das bases e produções encontradas: processos de escolhas e resultados.....	46
3.3	Algumas considerações: reconhecendo o território encontrado.....	48
4	CONVERSANDO COM OS TEXTOS.....	50
4.1	Nomenclaturas: a vivência da paternidade trans em palavra.....	50
4.2	Escassez de produções científicas e despreparo de profissionais e serviços de saúde.....	53
4.3	A “esterilidade simbólica”: barreiras sócio-culturais coloniais.....	59
5	PROCESSOS METODOLÓGICOS.....	65
5.1	Concepções Teórico Metodológicas: o binóculo do Construcionismo Social.....	65
5.2	O campo e suas concepções: “campo-tema” como vínculo.....	69
5.3	Aprofundando no campo: Mergulho nas redes.....	71
5.4	Processos Metodológicos: ferramentas e estratégias possíveis.....	74
6	PRODUZINDO REFLEXÕES.....	81
6.1	A gestação.....	82
6.1.1	“O que significa ser um homem trans grávido?”: corporalidades, possibilidades e (in)disponibilidades sociais.....	82
6.1.2	A atenção em saúde: a fragilidade e ambivalência do cuidado.....	87
6.2	Pós gestação.....	93
6.2.1	Transfobia Institucional: pilares coloniais sedimentados.....	93
6.2.2	Puerpério e o exercício da paternidade: do isolamento à proteção.....	96
6.3	O “berço social”.....	102
6.3.1	A militância e organização política: potências e tensionamentos.....	102

6.3.2	Transmasculinidades e Transpaternidades: contínuas (re)construções.....	106
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS:(IN) CONCLUSÕES APORTADAS NO ALTO MAR DA INTERPRETAÇÃO.....	109
	REFERÊNCIAS.....	112

1 INTRODUÇÃO

Figura 1 – Arte de capa da dissertação, por Paulo Bevilacqua



Fonte: Acervo Pessoal, ano 2022.

1.1 O corpo que performa a escrita: notas de uma pesquisadora durante o trabalho de parto de sua dissertação

O sumário é parte importante de qualquer trabalho de natureza dissertativa. O guia que nos possibilita objetivar nossos pontos de partida, sob divisões pedagógicas nas quais as pessoas leitoras podem escolher por qual assunto desejam conversar conosco em tempo *não* real. A sequência de capítulos e etapas sinalizam uma linearidade que não necessariamente corresponde com a construção pouco linear da história contada sobre o processo. Escolhi a metáfora da arte, a nortear meus caminhos de construção, mesmo que nessas palavras aqui escritas tal mecanismo psíquico subjetivo não se faça tão evidente e tenha funcionado mais como estratégia pessoal do que qualquer outra ferramenta.

Entendi a escrita acadêmica como um meio de elaboração de aspectos importantes à comunidade científica sim, mas também de outras produções de sentidos do que representa fazer ciência, a potência do que entregamos ao mundo e nossa própria imersão em tecer de uma maneira possível o que se tem infinitas formas de serem delineadas. Assim, entendo esse produto como um resultado de uma série de elaborações internas sobre o fazer-escrever cientificamente sobre situações externas em um intenso e potente jogo que implicou por meu próprio corpo em análise e minha relação com privilégios e poder.

Posso afirmar que o produto aqui apresentado traz consigo reflexões sobre cuidado, paternidade e gestação dentre tantos outros conceitos, termos e palavras que se encontram na costura desse tecido chamado dissertação. A tessitura de um trabalho de dois anos que me acompanha desde o ingresso em uma Pós Graduação *Stricto Senso* fala também de ciclos e processos que findam e se iniciam. De novas configurações psíquicas e entendimentos sobre mim que por suas profundidades poderiam gerar cada uma delas monografias, dissertações e teses completas.

Digo que a pesquisadora foi aspecto que se mostrou muito caro nesses dois anos de vivência em uma pós graduação em uma instituição pública, na escrita de uma produção científica e acadêmica, financiada por uma instituição também pública de incentivo à pesquisa, em um tempo de um governo federal ultraconservador de extrema direita¹ e em um contexto pandêmico.

¹ No contexto sociopolítico do país no momento em que esta dissertação se encontra em produção vivencia-se a pandemia do COVID-19. O Brasil tem como governante o presidente Jair Bolsonaro (Partido Liberal - PL) que apresenta perspectivas e discursos negacionistas, que vão de encontro com os dados e pesquisas científicas sobre o vírus e suas formas de propagação e reações. Indico a leitura do artigo “Bolsonaro e Covid-19: Negacionismo,

A escrita acadêmica também tem seu aspecto de autoconhecimento e me deparar com minhas noções e memórias sobre cuidado, minhas próprias vivências atreladas a paternidade como filha e as diversas formas com as quais gastei e pari meus projetos de vida, incluindo este aqui, me proporcionaram involuntariamente, devo confessar, o encontro com tantas versões minhas quanto possíveis, assim como as versões projetadas ao futuro ou as de deslocamentos na infinidade de possibilidades e trajetórias escolhidas e não escolhidas também a esta produção.

Escrever é um processo de escolhas. Inevitavelmente evocamos linhas do tempo diversas sobre as quais entendemos caminhos trilhados, escolhas, consequências, preenchimentos, lacunas, dúvidas e questionamentos que ultrapassam o controle da fluidez de pensamentos e acessos subjetivos próprios. Defendo essa introdução em sua importância como uma tentativa de empréstimo das lentes sob as quais enxergo, vivo e sinto o mundo, compreendendo que a pessoa leitora pode visualizar a personagem-autora, que também sou nesta cena, coparticipante de uma realidade social que tem como cenário uma teia de relações de privilégios e subalternizações.

Considerando minha formação em Psicologia, me é incoerente pensar que os acasos e mobilizações internas são desconsideráveis quando escolhemos em que nos debruçar às reflexões, estudos e construções críticas. Em processos seletivos e editais de financiadoras, nos é questionado quais implicações sociopolíticas nosso projeto inicial apresenta e a razão de sua importância para o mundo e a sociedade, se há serventia cultural, diretrizes às Políticas Públicas ou sinalizações e denúncias sociais importantes ao desenvolvimento de nossas regiões. Tais questionamentos são válidos e coerentes ao pensarmos que investimentos públicos são realizados e disponibilizados para que tais produções se façam existentes.

Assim, parto aqui inicialmente de minha trajetória acadêmica em que desde o início os estudos sobre paternidades estiveram em evidência. Através de uma perspectiva em que a neutralidade da ciência é uma falácia e da não existência de um distanciamento “seguro” entre quem executa a pesquisa e sua própria produção, não me é possível pensar nessa dissertação sem retomar minha história dentro dos estudos de gênero e masculinidades com o enfoque nas reflexões sobre exercícios das paternidades. Tampouco minha história dentro do campo da pesquisa durante o segundo período da graduação em Psicologia quando iniciei nos estudos sobre corpo e biopoder, que de início me pareciam tão distantes de onde estou agora, contudo se encontram de forma tão bela nessa autoanálise histórica de um caminho em curso. Assim,

não apenas questiono como subverto essa concepção, relatando o breve caminho trilhado à aproximação com o campo-tema (SPINK, 2003) aqui proposto.

A partir da entrada no GEMA/UFPE (Núcleo Feminista de estudos em Gênero e Masculinidades da Universidade Federal de Pernambuco), a lista de produções componentes de disciplinas de pesquisa², pragmaticamente uma nota no sistema da universidade que envolveu Prática de Pesquisa, Monografia, Iniciação Científica, me utilizando de análises de mídia, entrevistas, participação nos projetos coletivos, atividades de intervenção sobre o tema etc. Essa mobilização ocorrida de forma muito natural e quase que inevitável me invadiu a uma aproximação e o aprofundamento nas minhas próprias relações com as paternidades, me lembrando a pesquisadora que é pessoa, atravessada por contextos, pensamentos, emoções, dificuldades e facilidades também.

Em um contexto pandêmico, fomos intimados³a olhar para nossas próprias mãos literal e simbolicamente, sua higienização necessária de forma mais frequente do que estávamos habituados como forma de cuidado e prevenção. Tal ato me fez chegar em lugares ou perceber lugares importantes dessas próprias mãos que aqui escrevem essas palavras.

Posso dizer que esse par de mãos pertencem a um corpo branco, cisgênero, que performa o que se compreende como feminilidade, de orientação sexual heterossexual, de classe média, e formação escolar inteiramente em instituições de ensino básico e médio de caráter privado – incluindo os pré-vestibulares e escolas de línguas – com acesso a tratamentos médicos através de planos de saúde e traslado que independe do transporte público, que teve a possibilidade de exercer suas funções acadêmicas com aparato tecnológico próprio e amplo acesso à internet e acesso ao material necessário e uma rede de apoio familiar sólida que permitiu que fosse possível lidar de forma minimamente estável às dificuldades emocionais que se apresentaram ao longo do processo individual e da vida compartilhada, em um contexto de isolamento social.

Esse corpo construído e que constrói vem de um encontro de possibilidades e oportunidades advindos de fenótipos e contingências socioculturais que o colocam em uma posição na “pirâmide social” em um lugar de valorização, privilégios e acessos não condizentes a realidade geral do país de extensão continental, o Brasil. Compreendendo que

² Projeto de Pesquisa, Prática de Pesquisa (Construção de Sentidos sobre Licença Paternidade: Perspectivas de diferentes sujeitos sociais), Projeto de Monografia e Monografia (S.E.R. PAI no Facebook: Licença Paternidade, Exercício Paterno e Ciberativismo) além da Pesquisa de Iniciação Científica (PIBIC – “A importância da licença paternidade para uma participação ativa nos cuidados dos filhos”). Todos vinculados ao Projeto Guarda-Chuva “Paternidade e Cuidado nos Serviços de Saúde”.

³ Consideramos importante uma linguagem de gênero não binária, contudo se faz necessária a utilização da normal culta da língua portuguesa.

os conhecimentos produzidos advêm e propõem olhares condizentes às perspectivas de quem os realiza e assim, evoco as noções de “lugar de fala” discutidos pela filósofa Djamila Ribeiro (2019). A autora posiciona raça, classe, gênero e sexualidade como elementos estruturais que alicerçam desigualdades extrapolando a caracterização de categorias descritivas da identidade, estando esse conceito relacionado a compreensão do trajeto histórico que grupos específicos ocupam nas relações de poder e a localização social do discurso.

Ao transcorrermos sobre as vozes consideradas aptas a falar no campo científico existe uma personalidade construída culturalmente que privilegia homens, brancos, cisgêneros, heterossexuais os quais supostamente teriam condições e conhecimento de transcorrer sobre os outros, as outreridades, como mencionado posteriormente no Marco Referencial, situando-se no topo dessa complexa teia piramidal de privilégios.

Nesta breve “autoapresentação” pretendo expor de forma muito evidente a quem lê essa produção o ponto de partida que se faz anterior ao desejo pelas ciências humanas ou até mesmo pela psicologia, e de qual ângulo esse olhar vê os fenômenos da vida cotidiana e os eventos que vivenciamos em sociedade. Tendo como sustentação teórica reflexões sobre linguagem e identidade, encontro e mostro um pouco de quais labirintos subjetivos perpassaram e perpassam essa interlocutora-pesquisadora que inquietada compartilha tais inquietações. Intenta incomodar e movimentar o que também dentro dela gerou incômodos e movimentações, que questionando as necessidades de outrem também enxergou algumas de suas (não) necessidades.

Assim sendo, posso dizer que essa dissertação carrega meu “material genético subjetivo” e tanto quanto a mim, ou parte de mim, está localizada em um lugar de privilégio se colocando também à sua própria análise. É imprescindível o contato com literaturas teórico-científicas e conteúdos produzidos em palestras, rodas de conversas, aulas, militâncias e demais formas de construção de conhecimentos. O material analítico por si evidencia isso, assim como será possível observar nas referências do corpus do texto que traz lugares diversos de produções de conhecimento. Proponho-me a desenvolver conceitos e redes de relações, não apenas a apresentação de conceitos relevantes às reflexões sobre a temática, mas a minha própria implicação como pesquisadora e das lentes as quais enxergo e vivencio o mundo.

Se posso sugerir, proponho desde já que não se conformem ou acomodem com todas as palavras que aqui se fazem presentes, que questionem a ela, a mim, ao mundo. Que as inquietações criem pernas e caminhem novas trajetórias além mar em prol da equanimidade. Por fim, defendo que fazer ciência é também fazer afeto e fazer afeto é estar em relações e

possibilitar que a vida se mostre em sua potência de movimentação, inquietude e “desacomodação”, e arrisco dizer que possivelmente será constatado nas próximas páginas, durante a leitura.

1.2 O ponto de partida de uma recém-chegada: diálogos e cenas sobre paternidades e novas possibilidades de roteiros

O presente trabalho está inserido no Programa de Pós-graduação em Psicologia (PPGpsi) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), na linha de pesquisa “Processos Psicossociais, Poder e Práticas Coletivas”, e tem como objetivo analisar os repertórios linguísticos por um homem trans⁴ pai que gestou sua filha, sobre o exercício do cuidado. Enquadra-se dentro do campo das pesquisas psicossociais e tem como linha de desenvolvimento a perspectiva qualitativa em pesquisa, tendo como orientação epistemológica as reflexões sobre performatividade, propostas pela escritora, teórica e filósofa Judith Butler, em interface com as leituras advindas da perspectiva teórico-metodológica do Construcionismo Social. Nesta, as práticas cotidianas são consideradas construções sociais (SPINK, 2013) sendo o conhecimento também produto das interações em um contexto sociopolítico em determinado tempo histórico.

As inquietações aqui pesquisadas que originaram os desdobramentos desta pesquisa surgiram entre os anos de 2017 e 2018 a partir de um trabalho de Iniciação Científica intitulado “A importância da licença paternidade para uma participação ativa nos cuidados dos filhos”. Este propiciou como parte de suas (in)conclusões questionamentos advindos de argumentos dos interlocutores acerca das diferenças de sentidos produzidos no período gestacional por pais e mães em que o homem vivencia a gravidez de uma forma diferente por não gerar em seu corpo a criança. Dessa forma, os sujeitos interlocutores cisgêneros e heterossexuais evidenciam as tensões entre as concepções sociais de maternidades e paternidades e as relações destas com a função gestacional, além das funções sociais e papéis a serem exercidos por essa díade de gênero, em uma perspectiva binária.

Assim, entendemos que compreender minimamente o que vem sendo entendido como experiências das paternidades hegemônicas vivenciadas por homens cisheterossexuais no período gestacional se faz necessário visto que é neste contexto que se tensionam

⁴ No presente trabalho o termo prefixal abarca experiências que se diferenciam das cisgeneridades (conceito relativo à vivência do gênero em que a forma de expressão e a identidade de gênero se caracterizam como de acordo com o padrão social estabelecido aos órgãos genitais (pênis como masculino e vagina como feminino - ditado no momento do nascimento).

possibilidades outras das vivências das paternidades. Neste cenário dominante, compreende-se que as experiências gestacionais são marcadas por diversas tensões e questionamentos subjetivos nesse novo ciclo iniciado com a gestação de uma criança. Apesar de um fenômeno frequente, no desenvolvimento dos homens há uma pluralidade subjetiva do masculino e do ser homem que está socialmente relacionada ao exercício da paternidade (SILVA, 2015).

Para muitos homens, o sentimento da paternidade ocorre após o nascimento da criança, para outros com a notícia da gravidez, outros no momento do nascimento do bebê etc. Entende-se, portanto, que o sentimento de paternidade não acontece em um momento específico, porém está intrinsecamente relacionado ao convívio com a criança e à realidade familiar (FREITAS; COELHO; SILVA; 2007). Nessa perspectiva, entende-se que a construção do exercício da paternidade é desenvolvida no cotidiano, como expõe Silva (2015), ao considerar a construção desse exercício como sendo algo processual e ressignificado constantemente, ratificando a pluralidade subjetiva masculina e paterna.

No entanto, as afirmações acima justificadas e explanadas por estudos diversos relacionam-se diretamente a um perfil particular e direcionado de masculinidade, paternidade e relação conjugal: homens pais heterossexuais cisgêneros. As realidades e paternagens LGBTs caracterizam-se com especificidades singulares assim como os processos do “tornar-se pai” que envolvem situações e formatos diversos tais quais a adoção, por exemplo (ZAMBRANO, 2006), gestação por inseminação artificial, práticas de cuidado, dentre outros.

Com o fortalecimento dos movimentos sociais LGBT e, especialmente, com a consolidação dos movimentos em prol dos direitos da população trans, a questão dos Direitos Reprodutivos também aparece de forma mais enfática, trazendo à discussão temáticas referentes às paternidades, aborto e a saúde reprodutiva do referido público, e às diversas possibilidades de configurações familiares e meios reprodutivos.

Sobre os Direitos Reprodutivos se faz importante conceituar, considerando que são “direitos de tomar decisões sobre a reprodução livre de discriminação, coerção e violência” (CORRÊA; ALVES; JANNUZZI, 2006, p. 36). Tal concepção parte da Conferência sobre População e Desenvolvimento do Cairo em 1994, ela preza pela autonomia e liberdade das pessoas frente às possibilidades de reprodução. Portanto, os Direitos Reprodutivos são considerados uma extensão dos Direitos Humanos, de acordo com Lucila Scavone (2000). Desse modo, compreende-se que a escolha pela parentalidade é um direito de todas e todos

que deve ser garantido pelo Estado de forma a seguir estratégias de conscientização e responsabilidade nas condições saudáveis de acompanhamento (BRASIL, 2010)⁵.

Contudo, no que concerne às experiências das pessoas trans no campo dos cuidados reprodutivos, há uma invisibilização dessas experiências assim como no manejo e atenção no âmbito da saúde reprodutiva quando esta extrapola as necessidades direcionadas ao processo transexualizador. Angonese e Sousa Lago (2017) expõem que há uma “esterilidade simbólica” que ultrapassa eventuais dificuldades reprodutivas em decorrência da hormonioterapia ou retirada dos órgãos reprodutivos, mas que se encontra diretamente relacionada ao interdito da parentalidade por demais meios tais quais adoção ou função de cuidado.

Assim sendo, há um caráter “impensável” (ZAMBRANO, 2006) da questão reprodutiva e nas políticas da reprodução voltadas ao público LGBT – e especialmente ao “T” da sigla (ANGONESE; SOUSA LAGO, 2017) - que envolve muito mais um campo social e político do que propriamente biológico, diferentemente das políticas voltadas às mulheres que pressupõe não apenas um desejo natural pela reprodução como um dever associado à feminilidade, partindo de uma perspectiva puramente biologicista.

No entanto, têm se tornado cada vez mais problematizadas as noções das binaridades na esfera das sexualidades não apenas nos discursos como nas experiências. Assim, concomitantemente ao fortalecimento dos movimentos trans e das transmasculinidades, tem se debatido e vivenciado as paternidades como possíveis às transmasculinidades: o que propomos aqui como sendo as Transpaternidades.

Se antes, como visualizadas em exemplos dos estudos realizados por Elizabeth Zambrano (2006) e Mônica Angonese e Mara Coelho Sousa Lago (2017), em “Parentalidades “impensáveis”: pais/mães homossexuais, travestis e transexuais” e “Direitos e saúde reprodutiva para a população de travestis e transexuais: abjeção e esterilidade simbólica”, respectivamente, as vivências trans se faziam necessariamente desvinculadas da parentalidade, atualmente tem-se visto casos presentes e crescentes de homens que almejam gerar seus/suas filhos/filhas utilizando de seu aparato reprodutivo ou mesmo de tecnologias reprodutivas avançadas para o processo da gestação.

Assim, a partir desse breve panorama que aponta a predominância dos estudos sobre paternidades com enfoque nas vivências cisheteronormativas⁶, podemos trazer algumas

⁵ Uma importante consideração sobre este documento relaciona-se ao contexto de seu lançamento, realizado durante o segundo mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) quando houve consideráveis conquistas as lutas dos Direitos Sexuais e Reprodutivos. Diferentemente da atual contingência política, caracterizada por muitos retrocessos e conservadorismos.

considerações iniciais sobre a temática das paternidades por homens trans e pessoas transmasculinas. Inicialmente é importante contextualizar a utilização do termo “paternidades” no plural, em uma consideração às diversas formas de vivenciar essa experiência, assim como as funções de cuidado.

Sobre este ponto provoço a reflexão referente à multiplicidade de vivências atreladas às paternidades em um quantitativo equivalente ao número de homens pais existente, tanto quanto à diversidade de experiências das masculinidades e transmasculinidades, considerando os aspectos psicossociais e suas construções individuais. Contudo não se podem ignorar as condições propiciatórias relativas às noções culturais de construção de grupos subalternizados e privilegiados que têm suas escolhas e experiências pautadas em possibilidades ou impossibilidades e acessos ou ausência destes.

Sobre isto, um ponto importante considerado nessa dissertação e permeado como um todo no processo de escrita se localiza no contínuo e presente tensionamento entre as discussões sobre a essencialização e o sujeito pessoal e sua identidade política. Outra preocupação constante e assentada em uma cadeira de eterno desconforto e dinâmica, se evidencia no lugar perigoso da naturalização e a questão biologicista dos corpos sob as quais estão fixadas socialmente as concepções de masculinidades e feminilidades em uma lógica binária e determinista (NASCIMENTO, 2021).

De forma pragmática, podemos exemplificar essa questão trazendo a vivência de Thomas Beatie, homem trans pai estadunidense que escolheu por gestar sua filha, através de reprodução assistida, em virtude da impossibilidade de sua companheira de engravidar. O referido pai ficou internacionalmente conhecido com coberturas em canais de entrevistas, revistas e notícias sobre “o homem grávido”. Sendo a primeira gestação transmasculina amplamente conhecida, podemos pensar na dualidade que se impôs essa titulação: se por um lado a ampla visibilidade retrata a existência dessa população e as diversas possibilidades que seus corpos podem lhes proporcionar em relação à reprodução, também pode acabar por estigmatizar a experiência em lugar de excentricidade, de exotismo.

Assim, entendemos que o presente estudo se encontra justamente no nó de tensionamento entre o exercício de uma paternidade tão paterna quanto quaisquer outras socialmente conhecidas e tidas como hegemônicas, contudo, com suas demandas específicas. Se fazendo presentes a partir dos desejos e das possibilidades fisiológicas, se faz necessária a

⁶ Jayme Caraca-Morera e Maria Itayra Padilha (2017) baseados em Michael Warner (1999) definem a Cisheteronormatividade como um “conceito que faz referência a um conjunto de relações de poder que normaliza, regulamenta, idealiza e institucionaliza o gênero, sexo e a sexualidade em uma linha ilógica e estritamente horizontal (p. 1306).

melhor compreensão de indicativos de possíveis processos subjetivos desse público no que tange a temática para que haja o acolhimento adequado nos cuidados e atenção à saúde reprodutiva considerando a construção da sua masculinidade, paternidade, gestação, cuidado e educação de sua prole, assim como as construções de possibilidades socioculturais e civis.

De forma a sustentar os argumentos aqui propostos, o presente trabalho tem como pilar de sustentação teórico as concepções propostas pela filósofa Judith Butler sobre o conceito de performatividade assim como as propostas transfeministas e os posicionamentos frente a uma equanimidade de gênero considerando as identidades não cis. Tais caminhos escolhidos questionam as naturalizações dos corpos às funções tidas como masculinas ou femininas, a relação sexo-gênero/biológico-cultural e questionamentos frente a aspectos comportamentais e construções das identidades.

2 MARCO REFERENCIAL

Ao desenvolvimento deste trabalho, propomos como suporte teórico às discussões a serem explanadas as concepções de *Performatividade* propostas pela filósofa Judith Butler sobre gênero. A autora se utiliza de reflexões sobre linguagem, aspecto que defende como indissociável ao pensarmos sobre as (des)construções identitárias e de gênero, assim como fundante das estruturas culturais e compartilhadas socialmente. Nesse capítulo, proponho três linhas de reflexões base como pilares de sustentação desse trabalho, lentes e perspectivas de olhar. São estes: a linguagem e os entendimentos sobre inteligibilidade, as noções de performance e performatividade dos corpos e o Transfeminismo como uma alternativa feminista que propõe um abarcamento da diversidade de sujeitas do feminismo.

2.1 Linguagem e inteligibilidade: o cenário “além da palavra”

Diversas são as abordagens para pensar a linguagem, assim como são múltiplas as vertentes teóricas e campos de saberes que se debruçam sobre os estudos da mesma. Não há o intento neste estudo de desenvolvermos em profundidade os aspectos teórico-metodológicos sobre os estudos da linguagem e sim a influência e imbricação desta nas relações identitárias e sociopolíticas, em específico sobre gênero. Aqui partimos das ideias Butlerianas e os atravessamentos do entendimento proposto pela filósofa. Rodrigo Borba (2014) em “Linguagem importa? Sobre performance, performatividade e peregrinações conceituais*”, transcorre sobre a significância da linguagem nas dinâmicas culturais, sendo estas produtoras e reguladoras da identidade. Para tanto, inicia sua produção com provocações desconfortantes em um prólogo no qual parafraseia uma potente indagação da autora: “A linguagem poderia nos machucar se não fôssemos, de alguma forma, seres linguísticos, seres que precisam da linguagem para ser?”.

A partir desse questionamento, fui tomada por uma retrospectiva involuntária na qual detive minha atenção aos momentos os quais me senti atingida ou gozei do privilégio de não ser violada pelos atos linguísticos direcionados a mim. Esse exercício espontâneo me colocou em um cenário mental no qual pude enxergar a influência desses acordos impostos evidenciados pela linguagem em quem sou hoje, e as projeções de quem eu seria antes mesmo de nascer baseando-me em meus órgãos genitais, a cor da minha pele, meu sobrenome e as expectativas sociais de como seriam meus comportamentos baseadas nessas características já

aguardadas previamente. Sobre isso, entendo que tais aspectos invariavelmente importantes e relevantes são pontas de um grande iceberg estrutural com discussões muito mais amplas e profundas, sobre os quais a minha rede de privilégios pode deixar despercebido aos meus olhos.

Borba (2014) afirma que não há quaisquer identidades antes de sermos interpelados pela linguagem. Quando nos resumimos apenas na relação da identidade com as práticas corporais, desconsideramos que um corpo vai atingir um significado cultural quando se faz inserido na complexa teia de relações que inclui regulações, vigilâncias e punições. Sobre essa teia, podemos dizer que “é constituída por sistemas de saber/poder e saber/discurso historicamente específicos que são, em grande parte, produzidos e sustentados por práticas linguísticas” (p. 467). O autor aponta que a identidade é caracterizada como sendo produto de operações e redes linguísticas próprias de um contexto que se utiliza da linguagem em sua origem.

Em consonância com essa perspectiva, é possível evocar considerações realizadas por Elza Ibrahim e Junia Vilhenall (2014) em “Jogos de linguagem/jogos de verdade: de Wittgenstein a Foucault”. Estas desenvolvem em seu artigo reflexões acerca da linguagem se utilizando do diálogo entre o pesquisador filósofo linguista Wittgenstein defendendo que

Torna-se necessário considerar que, desde o nascimento, somos inseridos em um mundo de significações que modifica o que possa haver de natural no sujeito, fazendo com que a linguagem passe a ser vista como anterior a ele [...] o que somos hoje é fruto de uma construção social linguística (p. 121-122).

Apesar de as autoras se utilizarem de referências construtivistas, que não são aporte teórico e escolha metodológica do presente trabalho, propõem olhares relevantes às concepções aqui abordadas que dialogam pertinentemente com as perspectivas propostas nessa dissertação. No trecho mencionado acima, não deixam evidente a concordância com uma essência prévia do sujeito, no entanto compactuam com a perspectiva de uma interferência direta da linguagem que antecede a existência do indivíduo, e é este o ponto que aqui sustentamos nesse momento, assim como as linhas concordantes propostas por Arendt (2003). Ronald Arendt (2003), em “Construtivismo ou construcionismo? Contribuições deste debate para a Psicologia Social”, expõe que a divergência principal entre Construtivismo e Construcionismo estão situadas nas concepções de sujeito e seus pontos de partida.

De acordo com o autor, dentro do campo do saber da Psicologia, o Construcionismo estaria mais próximo de uma Psicologia Social e das construções produzidas em coletividade,

tendendo ao que coloca como *sociologismo*. Sobre o Construtivismo, estaria em proximidade com os pilares da Psicologia do Desenvolvimento, em especial das ideias Piagetianas nas quais considera a construção subjetiva nos aspectos cognitivos ao longo do desenvolvimento do indivíduo, havendo uma tendência ao que o autor coloca como psicologismo. Contudo, apresentam pontos de convergência quando propõem críticas a realidades colocadas como independentes aos sujeitos, a rejeição de noções científicas pautadas em um rigor cartesiano, objetivo e neutro da investigação científica, evidenciando “um solo metateórico comum” (ARENDDT, 2003, p.11).

Sobre esta, Ibrahim e Vilhenall (2014) correlacionam os conceitos de “Jogos de Linguagem” propostos por Wittgenstein⁷ e “Jogos de Verdade” sugerido por Foucault. Sobre o conceito proposto pelo primeiro filósofo mencionado, as autoras sintetizam que os Jogos de Linguagem estariam relacionados ao “uso cotidiano das palavras dentro das mais diversas situações e contextos” (p. 120). Para Joel Birman (2002) as propostas teóricas de Wittgenstein sobre este conceito seriam muito mais direcionadas às formas de comunicação propriamente ditas, diferentemente de Foucault ao propor o conceito de “jogos de verdade”. Sobre este segundo conceito mencionado, o autor desenvolve que o termo cunhado por Foucault, baseado nas ideias sobre jogos de linguagem do segundo Wittgenstein (IBRAHIN e VILHENALL, 2014), propõe que as noções de verdade se fazem a partir das relações humanas. Estas estariam inseridas em jogos que funcionariam em uma posição de regulação das regras produtivas, as legitimando ou não.

Assim, para ambos os filósofos, “a categoria jogo remete tanto ao registro do social, que produziria e plasmaria a regra, quanto ao da história, que a reproduziria pelo seu uso recorrente” (IBRAHIN e VILHENALL, 2014, p. 307). Partindo da imagem metafórica de um jogo, compreende-se que a instituição de regras se faz presente e, de acordo com o autor, seria um produto social que se utiliza de artifícios interacionais e não aspectos naturais prontos. Dessa forma, haveria uma fundação relacional tanto para os jogos de linguagem quanto os jogos de verdade que se instituiriam como normas a serem seguidas.

Como exemplo, podemos trazer as concepções médico-biologicistas, como brevemente explana Judith Butler (2017) em “Problemas de Gênero”. A autora transcorre sobre as relações de poder das ciências biomédicas e sua tendência à inquestionabilidade. Tal aliança médica-científica da Europa do século XIX (sob a égide do Iluminismo) propõe um

⁷ Marco de diferenciação teórico no qual o filósofo propõe o entendimento da linguagem a partir de uma perspectiva construtivista/pragmática (que procura compreender os diversos usos da linguagem de forma contextualizada e histórica). Nesse momento propõe o conceito de “jogos de linguagem” (IBRAHIN e VILHENALL, 2014).

discurso quase que irredutível – herança que segue nos dias atuais, que relaciona as categorias identitárias e comportamentais ao orgânico, possibilitando o entendimento do caráter regulador das estruturas discursivas científicas e da construção social do mesmo.

Ao compreendermos que há uma norma a ser seguida estabelecida como modelo, podemos constatar que aqueles que destoam dessa “lei” social construída estariam em um lugar de alteridade. Ao pensarmos sobre a conceituação em si, nos deparamos com definições que se relacionam com as noções de diferenciação, distinção. Para Francisco Airton Bastos Silva Filho e Sílvia Martins (2018), em uma compreensão histórica alteridade se relaciona aos métodos de fazer pesquisa em antropologia que se aproximam da etnografia e observação participante. Para os autores, esta noção também pode ser aprofundada partindo do estudo do termo “estranhamento”, a relação do “eu” com o “outro”.

Contudo, o problema estaria situado justamente nesse campo da norma uma vez que impõe uma “coesão”, esse outro não estaria apenas ocupando um lugar de particularização por sua diferença, mas em um espaço de subalternização de sua existência, a partir de sua diferença. Dessa forma, as figuras de alteridade tidas como inferiorizadas em sua humanidade são vivências “abjetas”. Para Butler (2017) seria

aquilo que foi expelido do corpo, descartado como excremento, tornado literalmente “Outro”. Parece uma expulsão de elementos estranhos, mas é precisamente através dessa expulsão que o estranho se estabelece (p. 230)

Assim, seria a consolidação da ideia de um “não eu” – ou um “não como eu” – seguindo uma perspectiva binarista. É possível concordar com Amanda Ribeiro e Lia Silveira (2020), quando estas defendem que as figuras trans personificam essa alteridade na tríade sexo-gênero-desejo, e diante de uma impossibilidade social de ser ressignificada é levada a ser extinta. Ao utilizar tal vocábulo, sugiro a provocação em consonância com o que Butler (2017) propõe de não humanidade e das vidas que devem ser preservadas, estando estas ligadas às normas que as caracterizem como tais, como vidas humanas. O lugar que as transgeneridades ocupam atualmente são de exotificação, bestialização e sub humanidade nos possibilitando o entendimento de que a cisheteronormatividade não apenas patologiza os gêneros tidos como inteligíveis como desumaniza existências, colocando à margem, à invisibilidade quem ousa desviar dessa norma (RIBEIRO; SILVEIRA, 2020).

O (não) lugar das vivências que não correspondem à cisgeneridade evidencia aspecto importante no que tange as relações de poder e os lugares na hierarquia social ao pensarmos nos atravessamentos referentes às sexualidades e gênero. Por poder, nos aproximamos aqui

nas perspectivas foucaultianas pela ótica Butleriana quando esta ainda na introdução de “A vida psíquica do poder: teorias da sujeição” (1997) propõe em sua leitura do conceito que este não apenas submete a uma ordem inferior um sujeito “de fora”, mas também nos constitui e forma como sujeitos que dependemos para existir em alguma instância.

Assim, a linguagem como nuvem anterior que paira sobre nossas existências antes mesmo de nossos nascimentos se encontra em uma íntima relação com as noções de poder, sujeição e engendramentos no campo social ao qual pertencemos. Podemos dizer que no plano das ideias, no planejamento gestacional, por exemplo, são feitas projeções de gênero baseados nas genitálias fetais de forma prévia que direcionam comportamentos, expectativas e possibilidades (ou não) que aquele corpo tem a “autorização” de vivenciar como indivíduo.

2.2 Performance e performatividade: “todos nascemos nus e o resto é drag”

Os conceitos de Performance e Performatividade de Judith Butler se fazem pertinentes na temática aqui trabalhada. Sobre estes, podemos dizer que dizem respeito aos processos de compreensão das construções de identidades e expressões, nesse caso, de gênero, sobre os quais aprendemos a repetir desde o nascimento. Para tanto, concordo com Carla Rodrigues (2012) quando esta aponta a polissemia que a palavra “performance” adquiriu ao longo do tempo, se fazendo necessário a compreensão do que esta pretende trazer nesse contexto de produção. De origem latina, advém de *formare* que remete a “formar, criar”. Assim, é possível compreender a sua correlação com o campo das artes, em especial as cênicas. Dessa forma, performatividades estariam relacionadas aos atos linguísticos que executam e o nomeiam, de acordo com Fernanda Ximenes (2020), ou seja, a atividade de executar uma performance social.

Judith Butler em “Os atos performativos e a constituição do gênero: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista” (2018) inicia o pensamento com uma reflexão sobre o conceito citado a partir de um paralelo entre os estudos performáticos e interpretativos das artes cênicas e a noção de gênero. A teórica parte de inquietações das noções de performance no campo da atuação e as ideias de “atos” em uma perspectiva na qual relaciona a linguagem e o campo semântico a essas reflexões. Sobre tais pensamentos, advindos de seu domínio de formação, a filosofia, propõe um olhar crítico às vertentes fenomenológicas dos estudos sobre linguagem. Menciona que se “procura explicar a maneira cotidiana pela qual agentes sociais

constituem a realidade social por meio da linguagem, dos gestos e de todo tipo de signo social simbólico” (p. 2).

A autora pondera sobre a perspectiva fenomenológica e explícita que entende os atos constitutivos como elementos a uma ilusão convincente de uma correlação com a ideia de crença, não apenas como característico da identidade do ator (ao realizar essa analogia no âmbito cênico). Butler sinaliza que diferente do que a fenomenologia pode parecer propor, no que tange ao entendimento de um agente constitutivo de escolhas possíveis que antecedam a linguagem, existe uma outra perspectiva na qual compreende o agente social mais direcionado à posição de objeto e não sujeito desses atos constitutivos.

Dessa forma, sugere que há um “algo mais” que extrapola a noção essencialista de um sujeito “nascido pronto” em sua identidade, de possibilidades de escolhas prévias e anteriores aos processos de socialização e aquisição da linguagem e signos sociais simbólicos. Assim, a partir das noções apresentadas anteriormente, é possível introduzir os questionamentos e propostas advindas dessas inquietações de Butler às reflexões acerca das noções de gênero e o que a autora sinaliza como sendo performatividade de gênero.

Maria Juracy Toneli e Simone Becker (2010) evidenciam que as noções de gênero se relacionam mais ao desenvolvimento da imersão do mundo performático que envolve as práticas discursivas do cotidiano, expressas por diversos artifícios. Estes seriam vestimentas, gestos, comportamentos, elementos abarcados por um contexto político e cultural e que é apenas a partir dessa compreensão que podemos vislumbrar a sutileza entre as concepções de sexo e gênero.

As autoras pontuam essa diferenciação de forma contundente, sendo este ponto algo significativo ao pensamento proposto por Butler. Nesse tópico, sugerem um olhar em um dos pilares que se tornaram básicos dentro do movimento feminista, a divisão entre a conceituação de sexo e gênero. Carla Rodrigues (2005) refere que tal diferenciação funciona como um dos pilares da fundação da política feminista, na qual se instaura a ideia da dicotomia biologia x cultura na qual a noção de sexo está relacionada ao natural e o gênero o que é cultural e socialmente construído.

Para Isabel Wittmann (2019), atributos físicos designados como femininos ou masculinos são atribuídos em contextos histórico e culturalmente construídos na sociedade e, portanto, tão produzidos quanto o gênero. Sobre este, reforça, em sua leitura de Butler, que seria uma reafirmação de normas, ou conjunto de normas, como construtos sociais.

Utilizando como ponto de partida a referida dualidade, Butler não apenas problematiza o conceito “mulheres” como sujeito político do feminismo e as noções de gênero nas quais se

aportam as discussões propostas em sua correlação biologia (sexo) -gênero (cultura). Propõe a retirada da noção de gênero como decorrente do sexo em uma inquirição sobre a arbitrariedade dessa distinção sexo/gênero e a inexistência desse sujeito que o movimento feminista propõe, como desenvolve Rodrigues (2005):

Segundo Butler, aceitar o sexo como um dado natural e o gênero como um dado construído, determinado culturalmente, seria aceitar também que o gênero expressaria uma essência do sujeito [...] Butler indicava, assim, que o sexo não é natural, mas é ele também discursivo e cultural como o gênero (p. 180).

As ousadas críticas da teórica funcionam como trampolim da, até então, estrutura firmada que associa o ser mulher à constituição biológica, por exemplo. Ao evocar Simone de Beauvoir e sua célebre frase “A gente não nasce mulher, torna-se”, Butler (2017) constata que não há evidência na sentença que remonte o ser mulher em associação ao corpo que é considerado “fêmea” e, nessa linha de raciocínio, o que seria considerado “macho”, considerando uma perspectiva binária de gênero. A pergunta que ecoa a partir dessas informações é: quem são as mulheres sujeitas do feminismo?⁸ E nessa perspectiva apenas quem tem vagina “torna-se mulher”?

Toneli e Becker (2010) problematizam que o gênero nessa perspectiva estaria muito mais relacionado a uma ilusão do que estaria convencionalmente ser “natural” para determinado corpo sexuado. Assim confrontando os que apontam agir de determinada forma por possuírem um corpo com características específicas, por um prisma fisiológico. Portanto, é possível compreender que o sexo tem em sua constituição a interferência social tal qual o gênero, ambos sendo culturalmente construídos.

Bruno Carvalho (2014), em suas reflexões acerca da temática e propostas de Butler, menciona que o binarismo de gênero que considera masculinidades e feminilidades como opostos polares produz e reproduz noções heteronormativas, que complementam serem também cisgêneras. O autor sinaliza em sua interpretação da teoria aqui apresentada que o gênero funciona como dispositivo de poder e mantenedor das naturalizações das relações, através de produções dos discursos socialmente compartilhados.

Complemento essa reflexão em acordo com Ximenes (2020) quando em sua produção refere que os sujeitos produzidos pelo poder também os são repetidas vezes produzidos. Nessa perspectiva, entendemos que Gênero além de se consolidar como um efeito dos atos de fala – produzido, fortalecido, recusado e com potência de ser modificado pelos diversos atos de fala

⁸ No próximo tópico “Transfeminismo” há um aprofundamento da discussão aqui proposta, a partir das discussões propostas pela Autora Letícia Nascimento (2019) em seu livro “Transfeminismos”.

disponíveis socialmente -, pode ser categoria violenta em uma estrutura binária e que hierarquiza existências, como afirma Joana Pinto (2007) em “Conexões Teóricas entre Performatividade, Corpos e Identidades”.

A autora também evidencia que o corpo estaria assim, também sendo lugar de potencial violência que se constrói e organiza em torno de uma diferença sexual. Exemplifica esse fato a partir da pergunta básica que ouvimos aos nos depararmos com uma gravidez em curso: “é menino ou menina?”. Defende que o primeiro efeito da constituição do sujeito está atrelado a sua ordenação sexual e que

se a visada a olho nu não garante o significado binário do corpo (“é menino ou menina?”), como no caso dos vários tipos de hermafroditismo, tecnologias são utilizadas para garantir essa situação binária, porque qualquer subversão no significado previamente definido para o corpo converte-se na impossibilidade do sujeito (p. 22).

De acordo com Rodrigues (2012), Butler propõe um desmonte dessa díade relacional intransponível e binária de sexo/gênero, não havendo relação identitária prévia por trás do que reconhecemos como expressões de gênero e que esta, na realidade, seria performativamente construída. Esta performance estaria disponível a ser vivenciada por qualquer corpo, este tão cultural quanto o gênero, e não em associação a somente um gênero em específico, sendo o corpo uma superfície regulada politicamente. Ao mesmo tempo em que engendra como norma, também se dá a possibilidade de a burlar não as constituindo como verdades ou falsidades plenas.

Assim sendo, o gênero – na compreensão que aqui discutimos - também é uma ferramenta que pode normatizar e sedimentar estruturas que fortificam a veracidade do ser mulher/homem nas bases do que popularmente se compreende como “sexo natural” em uma relação binária (BUTLER, 2018). Importante ponderar, inclusive, que tais normas em um formato de poder normativo exercem violências (TONELI e BECKER, 2010) e que

se o gênero, assim, é o significado cultural assumido pelo corpo sexuado, e se esse significado é co-determinado por diferentes atos culturalmente percebidos, não nos parece ser possível, dentro dos termos da cultura, apreender o sexo de forma separada do gênero (BUTLER, 2018, p. 8).

Em sua dissertação, Thaíssa Vasconcelos (2015) refere-se ao conceito de performatividade de gênero como uma possibilidade de reflexão sobre o gênero na qual críticas podem (e devem) ser tecidas frente a essa concepção de construção social ao sexo,

sendo este último essa estrutura designatória, ou nas quais o gênero se coloca como expresso a partir de uma essência prévia que é externalizada por atos. “O conceito, portanto, faz refletir o gênero como produzido através de atos, em um processo reiterativo de normas sociais que se estabilizam em meio a essas reiterações.” (p. 82). A ideia de performatividade funciona como uma reflexão e um efeito de um regime regulatório.

Assim, considerando a natureza regulatória e binária das noções de gênero problematizadas por Butler, esbarramos em questões relativas aos corpos que transgridem e subvertem a polarização de gênero, tais quais os corpos trans. Carvalho (2014) aponta que os corpos subversivos são aqueles que afrontam a hetero[cis]⁹normatividade compulsória tida como natural, contrariando a binaridade de gênero. Assim, tais corpos estariam em uma ultrapassagem de fronteiras que evidenciam essas normas e criam novas possibilidades de existência.

O autor é preciso quando elabora sobre a marginalização de tais corpos e menciona a eficaz estratégia de marginalização dos sujeitos que ousam extrapolar as divisas normativas do gênero. Também evoca o conceito de abjeção proposto por Butler, constructo de Julia Kristeva, sendo este termo direcionado a esses corpos que subvertem as ordens de desejo, gênero, sexo. Tal expressão relaciona-se com as noções de exclusão e degradação no campo da sociabilidade referencial, o que Butler alude aos corpos sem importância social por transgredirem as “regras estabelecidas”. Seriam corpos da excentricidade em que não há o desejo de uma integração, tampouco tolerância, como evidencia Guacira Louro (2004). Butler (2018) evidencia o tensionamento entre o gênero e as consequências aos que extrapolam as linhas demarcadas pela cisheteronormatividade:

O gênero é uma questão fundamentalmente inovadora, ainda que esteja bastante claro que existem punições rigorosas para quem questiona ou sai do roteiro, ou mesmo para quem improvisa de maneiras não autorizadas (p. 16).

Tal afirmação convém com a temática proposta neste trabalho, uma vez que os corpos cujas vivências me propus a refletir transgridem as normas sociais que estabelecem regras reprodutivas engendradas ao feminino na relação com a gestação. Essas existências ultrapassam limites e demarcações sociais que se esperam de corpos que gestam, masculinidades, feminilidades e exercícios da(s) paternidade(s). Dessa forma, podemos dizer que gênero também se relaciona a esse espaço de repetição, tais quais ensaios cênicos para um

⁹O termo “cis” foi colocado pela pesquisadora a fim de complementar e contemplar os temas aqui tratados.

espetáculo diário de papéis impostos e intransponíveis baseados em corpos que estão de acordo ou não aos formatos desses personagens sociais criados culturalmente.

Contudo, é importante salientar que apesar da metáfora que se utiliza partindo de uma perspectiva teatral e das artes cênicas e visuais, performatividade nada tem a ver com uma encenação em uma compreensão de fingimento como posicionam Richard Miskolci e Larissa Pelúcio (2007). Os autores em sua produção ao trazerem as imagens das travestis evidenciam o lugar de patologização e criminalização em que estas são colocadas por estarem em incongruência com o que se espera da tríade sexo-gênero-desejo em sua expressão, em uma atividade performativa tida como exagerada do que se convencionou como gênero feminino por um corpo que não corresponde socialmente a este gênero. Isso posto, o que seria “natural” escapa, assim como a autenticidade que faria como que aquela “performance” se tornasse aceitável aos olhos da normatividade.

Transcorrem ainda sobre o conceito afirmando que este está baseado em uma reiteração de normas anteriores a ao agente realizador. Em um processo constante de reiteração, acabam por materializar aquilo que nomeiam como ação. Propõem que as normas referentes ao que se compreende como sexo são também performativas uma vez que reforçam práticas em repetição em produção de uma generificação, que podemos entender com produto das relações de poder.

Em “Todos nascemos nus e o resto é drag: performatividade dos corpos construídos em sites de redes sociais”, por Ronaldo Henn, Felipe Machado e Christian Gonzatti (2019), os autores correlacionam as noções de performatividade e a construção do self a partir dos discursos. Enfatizam que diante de uma gama múltipla de referências, os sujeitos se inventam de forma pública através de performances específicas. Tendo como ponto de partida o programa televisivo “RuPaul’s Drag Race”, se utilizam da imagem das *drag queens* às reflexões sobre self, identidade e performatividade.

Para os autores, o referido conceito foi desenhado com o intuito de expor problemáticas do conceito de gênero a partir dos questionamentos binaristas essencialistas que colocariam essa categoria como uma transposição de ordem cultural ao sexo em uma relação reducionista do ser e estar no mundo ao par homem-mulher. Em suas leituras sobre o conceito da filósofa, referem que ao sugerir o gênero como performativo e uma estilização repetida em um corpo que assume tal atividade performativa como natural, este se torna inteligível, através de normas sociais rígidas que pactuam práticas e comportamentos sociais (PINTO, 2007). Mencionam que a performatividade está vinculada a ambientes de linguagem em que as ações inteligíveis normatizam as práticas dos discursos de forma enclausurante.

Sobre isso, o exemplo das *Drag Queens* se faz de grande utilidade não apenas como didática, mas como um processo reflexivo sobre o aspecto imitativo do gênero (RODRIGUES, 2012), como do caráter artificial do corpo do que é considerado feminino.

A *drag* ao montar-se exerce uma criação de um corpo evidenciando uma não naturalidade, assim como não inquestionável (HENN, MACHADO e GONZATTI, 2019).

Butler (2017) transcorre que a performance *drag* brinca com o que estaria relacionado à anatomia e o gênero que está em atividade de performance e refere três dimensões da corporeidade: sexo anatômico, identidade de gênero e performance de gênero. Este último podemos dizer que perturba as “associações binárias sexo/gênero, sexo/performance, gênero/performance, e aponta para o caráter imitativo de todo gênero” (RODRIGUES, 2012, p.151). A autora traz ainda o conceito de paródia de gênero considerando que “o original nada mais é do que uma paródia da *ideia* do natural e do original” (p. 67), ou seja, que se relaciona a essa imitação caricata da ideia do que seria um original do gênero feminino, no exagero de traços que marcam o que se define como feminino, deixa evidente a não autenticidade compartilhada por todos nós fora dos palcos, “escancarando a construtividade dos gêneros” (LOURO, 2004, p. 20).

Podemos compreender então que a noção de performatividade estaria diretamente ligada a uma ação na qual o sujeito através de mecanismos de repetições, de acordos sociais sobre comportamentos, sentidos e funções, constrói e reconstrói as noções identitárias e de reconhecimento de si dentro de um contexto político, cultural e sociohistoricamente estabelecido.

2.3 O transfeminismo: uma alternativa feminista

Butler se faz uma autora com críticas importantes ao Movimento Feminista como exposto previamente. Em uma de suas pontuações sobre o assunto, propõe reflexões sobre a noção de representação e política na luta das mulheres e aponta dois aspectos importantes sobre tais considerações: se por uma vertente se torna um termo operacional que intenta a busca pela visibilidade e garantia de legitimidade como sujeitas políticas e de direitos, por outro viés funciona como “função normativa de uma linguagem que revelaria ou distorceria o que é tido como verdadeiro sobre a categoria das mulheres” (BUTLER, 2003, p. 18). Butler (2018), evocando Gayatri Spivak, menciona que tal caráter operacional universal se faz necessário ao avanço de uma agenda da política feminista e concorda que é de extrema

importância representar as mulheres, contudo em um formato que não deturpe o próprio coletivo o qual se intenta emancipar.

Há uma importância significativa na instituição da mulher como sujeito político do feminismo, contudo se faz necessário um olhar crítico no campo sutil que transita entre não se prender a uma política representacional *versus* a legitimidade desse ser sujeito no movimento e o pressuposto de uma estabilidade em um contexto instável (RODRIGUES, 2005).

Sobre este ponto, importante deixar em evidência que não há dúvidas sobre a legitimidade do protagonismo das mulheres¹⁰ ao considerarmos as estruturas de opressão que se solidificaram ao refletirmos sobre gênero e sua categoria relacional. Contudo, não se pode deixar de problematizar e questionar quais mulheres são as sujeitas tidas como dignas de serem acolhidas e abarcadas em suas feminilidades e quais corpos e vozes estão autorizados a ocuparem esses espaços.

Tendo esse ponto como disparador, evoco bell hooks (2020) em “O feminismo é para todo mundo”, quando esta explicita nos primeiros capítulos de seu livro a polarização dentro do próprio feminismo e o contexto econômico que possibilitou maior aceitabilidade do movimento. A autora problematiza as lógicas supremacistas brancas que desconsiderando as relações de raça e racismo, abarcaram como validação uma parcela específica de sujeitas do feminismo.

Podemos dizer então que a desnaturalização, em sentido literal, em um estranhamento advindos de perguntas tais quais os mecanismos de construção do gênero, funcionam como portas para olhares críticos que se abrem às concepções desse ser sujeito representativo do movimento feminista.

Letícia Nascimento (2021), em seu livro “Transfeminismo”, inicia suas reflexões com provocações potentes sobre a compreensão de quem seriam as feministas tidas como aceitáveis dentro do movimento. A autora evoca a célebre frase “e eu não sou uma mulher?” proferida por Sojourner Truth em um discurso histórico em Ohio, nos Estados Unidos em 1851. A autora desenvolve que tal questionamento por uma mulher negra no contexto mencionado, evidencia a diferença na qual as mulheres vivem suas feminilidades e evidencia a constante problemática pautada na dúvida que é “produzida pelo não enquadramento de nossas experiências dentro do CISTema¹¹ colonial moderno de gênero” (p.17).

¹⁰ Sobre esse conceito, alguns apontamentos baseados nas ideias transfeministas serão realizados.

¹¹ Entendo a alteração gráfica da palavra “sistema” à utilização do prefixo “cis” – encontrada em produções transfeministas - como uma subversão linguística e grafia a uma estrutura cisgênera opressora.

Com essa colocação, Letícia Nascimento (2021) deixa evidente o campo de tensionamentos quando pensamos o que Butler problematiza de quem tem o protagonismo dentro do feminismo, e como as pautas tem se firmado na associação do corpo como genitália e gênero e identidade e a pluralidade nas quais as mulheres se reconhecem como mulheres e performam suas feminilidades. Defende, inclusive, o termo “mulheridades” em uma forma de demarcar a diversidade nas quais estas podem ser vivenciadas e produzidas social, coletiva e pessoalmente.

A autora explicita que o intento transfeminista é tornar mais plural a causa feminista, propondo um olhar diferente do feminismo padrão. Em sua produção defende o que caracteriza como sendo uma outra possibilidade de pensar as relações da tríade sexo-gênero-desejo “de modo a superar universalidades e essencialismos limitantes à liberdade de performance de gênero” (p. 22), sendo assim, não uma dissidência ao movimento feminista, mas parte deste.

De acordo com Ximenes (2020), historicamente o feminismo nunca se configurou com homogeneidade. A característica heterogênea expõe a marca das diferentes demandas e contextos das sujeitas políticas do feminismo, sendo o que o Transfeminismo cria dessa heterogeneidade. Define que é “um termo que quer situar o feminismo como um conjunto de práticas e teorias em movimento e em complexidade com múltiplas opressões e a necessidade de uma resistência conjunta” (p. 112).

Em uma conceituação sobre o transfeminismo, no site www.transfeminismo.com, Jaqueline Gomes de Jesus (2013) se utiliza de uma potente imagem na qual o Transfeminismo seria uma chama alimentada pelo combustível do gênero. Este estaria embebido no pavio do feminismo que serve como lamparina ou um coquetel *molotov* e reforça que todos estes são fabricados em uma relação de pensamento e ação e defende que se caracteriza como

uma linha de pensamento e ação que não se permite ser propriedade privada deste ou daquele gênero, deste ou daquele grupo social, desta ou daquela identidade de gênero, mas que pode, isso sim, ser parte do discurso e da prática de todas as pessoas (sp).

Menciona ainda a importância do feminismo negro ao nascimento do transfeminismo, descrevendo como um processo longo, complexo e difícil e traz a ideia de um feminismo da diferença ao apontar as similaridades e aproximações de ambas vertentes feministas. Ao propor a ideia de diferença, compreendo que a autora intenta localizar a ideia de que a forma como os corpos e mulheridades pretas e trans, ou não cisgêneras, ocupam dentro de uma

perspectiva branca e binarista de gênero em sua gênese, estão colocadas em um lugar de alteridade e que esta diferença marcada se encontra subalternizada e inferiorizada sendo colocadas em espaços de abjeção e objetificação.

Leila Dumaesq (2013) propõe a compreensão do conceito de Interseccionalidade como ferramenta valiosa ao entendimento de questões identitárias complexas tais quais as negritudes e transidentidades e contextualiza que se caracteriza como conceito cunhado por autoras-ativistas do Feminismo Negro, sendo

elaborado na recusa de mulheres negras em aderir ao discurso desracializado das feministas brancas (que supunham falsamente representar a opressão de todas as mulheres). As feministas negras perceberam que não podem deixar de ser mulheres nem negras quando pensam nas relações de poder que as oprimem (p.41).

Assim, de forma análoga, compreende-se que ao falarmos sobre mulheridades trans, estas não desvinculariam suas lutas como mulheres/mulheridades de suas identidades trans, sendo ambas relacionadas em suas lutas e existências. A autora relata ainda que tanto o que chama de “população T”, referenciando a sigla referente ao movimento LGBT¹² (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais) quanto a população negra, sofrem violência estatal brasileira dentro de um país que mitifica a “inclusão e permissividade” que acaba por invisibilizar as violências vivenciadas e silenciar os possíveis diálogos no âmbito institucional. Portanto, compreende-se a aproximação dos dois movimentos como algo natural de se acontecer, assim como a necessidade de ambos os grupos em preservar suas historicidades e identidades próprias, como defende a filósofa.

Sobre esses corpos que se encontram à margem do que se estabeleceu como perfil modelo que refletimos aqui, a reflexão proposta por Letícia Nascimento (2021) sobre a noção de Outridade que surge das perspectivas de Outro de Simone de Beauvoir e Grada Kilomba quando propõe o outro do outro ao falar das mulheres negras. Sobre a primeira mencionada, a autora refere que se faz concreta a discussão sobre o lugar da mulher como “outro” ao homem. Assim, o referencial de humanidade plena estaria vinculado a esse ser masculino como à mulher se reservaria o espaço de diferenciação a partir desse modelo “homem”. Sobre a segunda teórica apontada, as reflexões estariam enfocadas na questão racial considerando que o outro, nessa perspectiva, seria a mulher negra. Assim, estas seriam outro do outro, visto que a referência de feminilidade estaria vinculada à branquitude.

¹² Aqui intentamos preservar essa sigla, fazendo referência ao que a autora utiliza em sua produção e nomenclatura que se utiliza ao transcorrer sobre a população trans.

Dessa forma, entende-se que há um status de menor ou nenhuma humanidade às vivências trans que seriam o outro, do outro, do outro em uma percepção de que “em uma perspectiva histórica e de gênero e sexualidade, as transgeneridades ocupam um lugar de não existência [...] como forasteiras da humanidade, estrangeiras do gênero” (NASCIMENTO, p.49). Como sinaliza Djamila Ribeiro (2019), em “Lugar de fala”, um “não lugar”. Dessa forma, compreende-se que seria um lugar de abjeção, o que Vinícius Moreira Lima e Ângela Maria Resende Vorcaro (2017) referem estar relacionados a uma matriz [cis]heterossexual compulsória que colocaria no lugar de estranheza e, portanto, algo a ser excluído, as experiências que transgridam esse modelo aceitável socialmente, sendo “dessa forma que o outro vira ‘merda’” (BUTLER, 2017, p.231), excremento a ser desprezado.

Como transcrito previamente, os corpos imersos em um campo de linguagem desde os momentos prévios à existência física no mundo são estruturas que permitem que vivenciemos experiências e usufruamos (ou não) acessos. Sobre isto, Sophia Rivera em “Travestilidade e a urgência de um espaço de trabalho para a criação de autonomia das identidades transfeministas”, ao refletir sobre os atravessamentos sociais afirma que

quando se existe em uma sociedade normativa branca/masculina/cisgênera/magra/colonial fazendo com que a depender desses lugares que você venha a se encaixar ou não, você estará submetida ou não a ter mais ou menos acessos, em outras palavras, a sentir mais fortemente ou não as expressões da necropolítica (implementação política, instrumentalização ou mecanismos criados, cujo vão ditar os alvos cabíveis de um não-lugar, de uma não-humanidade e, conseqüentemente, a serem alvos em um Estado/estrutura genocida) (n.p.).

Assim, corpos que subvertem a tríade sexo-gênero-desejo, se encontram em um lugar de vulnerabilidade, especialmente quando esta diz respeito ao aspecto do sexo, pilar tido como sacro nessa triangulação de ordenação compulsória, como refere Letícia Nascimento em fala¹³ durante o evento online “Cisgeneridades: Fundamentos Transfeministas”. Dessa forma, pensar no lugar do corpo nesse aspecto me parece imprescindível, uma vez que é a partir da estética, conformidade (ou não) com a estrutura delimitada de existência que tem sua validação como corpo humano. Sobre isto, Ximenes (2020) propõe:

O regime sexo-gênero binário é para o corpo humano o que o mapa é para o território, uma espécie de emaranhado político que define os órgãos, suas funções e usos. Um marco cognitivo que estabelece as fronteiras entre o normal e o patológico (p.134).

¹³ Informação verbal obtida em 30 de novembro de 2021, evento online.

Partindo por este prisma, é possível perceber que o corpo funciona como elemento a ser regulado por convenções ritualizadas e em si inscritas, e se estas se fazem possíveis como produtos culturalmente produzidos, o corpo assim também o é, assim como também o sexo, todos em constante devir (PINTO, 2007; HENN, MACHADO e GONZATTI 2019; WITTMANN, 2019).

Ao passo que parece estar diretamente relacionado aos aspectos subjetivos identitários, o corpo ocupa lugar significativo nas relações, expressões e representações dos próprios indivíduos, como discorre Isabel Wittmann (2019). A autora traz as relações de poder às quais estes estão submetidos, que colocam essas estruturas objetivas e também subjetivas como disciplináveis e controláveis em construções discursivas reguladoras, regradas e hierárquicas.

A transfobia seria então esse mecanismo de apagamento das identidades que não se adequam às identidades cisgêneras, em uma ojeriza às expressões não cisheteronormativas convencionadas. Vem colocar em evidência a segregação em suas formas mais violentas nessa relação dos sujeitos com leis (RIBEIRO e SILVEIRA, 2020) dos que tentam extrapolar o que os limites do confinamento correspondente à santíssima Trindade sexo-gênero-desejo. Estes, de acordo com Amanda Ribeiro e Lia Silveira (2020), estariam em uma ordem do que seria do impossível a representar. Jesus (2013) defende que o êxito da transfobia em seu funcionamento se deve “porque os que se apropriaram dos ideários de humanidade e de democracia os vendem em estabelecimentos nos quais a transgeneridade está ausente. O acesso não é permitido, e quem ouse adentrar é expulso” (sp).

Isabel Wittmann (2019) relata em seu estudo que grande quantidade das pessoas as quais estiveram no lugar de suas interlocutoras remontam preocupação com suas “passabilidades”, também associando estas a uma forma de preservação e proteção, uma vez que estariam sob o abrigo do que estaria de mais próximo às expressões da cisgeneridade, sendo também uma estratégia de validação de suas identidades. A autora define o termo como o quão percebida pelos demais a pessoa é em acordo com sua identidade de gênero, assim como também relacionada a aceitação dessa identidade de gênero com a qual se identifica. Menciona que um de seus interlocutores, homem trans, refere sentir uma diminuição da transfobia à medida que sua passabilidade aumenta, assim como sua proteção e o aumento da confiança de outrem. É possível considerar essas afirmações como a diminuição da aparência referida anteriormente como outreridade que estaria relacionada a esse lugar de inadequação e não digna de existência.

No entanto, é importante pontuar que assim como diversas são as cisgeneridades e formas de autoafirmação, diversas são as transgeneridades e, portanto, os posicionamentos

frente a estas. No livro “Vidas Trans: a luta de transgêneros brasileiros em busca de seu espaço social”, João Nery afirma “não querer ser um homem cisgênero, aquele cujo gênero está de acordo com o corpo que nasceu, tal como definido por uma sociedade que considero biocontroladora, machista e misógina” (p. 61).

Frente a tal posicionamento, é possível compreender o que Jaqueline de Jesus (2013) aponta ao considerar “O corpo como território da rebeldia”, como não ajustamento em enquadramento ou mutilação de suas próprias identidades (o que inclui invariavelmente as corporalidades), compreendo identidade como algo processual e em constante produção, tal qual o gênero em seu contínuo fazer (HENN, MACHADO e GONZATTI 2019).

Partindo desse entendimento da não cristalização das estruturas sociais por sua mutabilidade e caráter de construção social, é possível considerar que os corpos que rejeitam engendrar-se em uma estrutura hegemônica que não condiz com suas especificidades e entendimentos de si estão em uma posição de subversão e resistência. Podemos dizer então que “os corpos trans*, ao assumirem uma performance de gênero que se opõe à normatização sexo-gênero-desejo, deflagram o processo de produção que os corpos cisgêneros tanto buscam ocultar” (NASCIMENTO, 2021, p.127).

Nessa perspectiva que compreende a corporalidade como produzida, adentramos um campo no qual podemos questionar a naturalidade e a artificialidade dos corpos. Fernanda Ximenes (2020) aponta as potentes ideias de Donna Haraway em “Manifesto Cyborg” em questionar as dicotomias que incluem natureza e cultura no pensamento moderno. Sobre essa perspectiva, Nascimento (2021) afirma que considerar a ideia de ciborgue como potência analítica é retirar da ideia de corporalidade qualquer forma de naturalidade e fazendo emergir o que é de interventivo e de fabricação. Assim, podemos entender o corpo e seus desdobramentos e extensões como atuantes no processo contínuo de ciborguização (WITTMANN, 2019).

No processo de compreensão sobre o que se há de compreender como original, natural, construído, artificial, se faz coerente pensar nas noções de colonialidades dos corpos. Ao defendermos que existe um processo de institucionalização de modelos corporais tidos como hegemônicos e outros subalternizados que por não corresponderem aos primeiros são enquadrados em espaços de inferioridades, também dizemos que há um poder instituído no qual um sobrepõe-se ao outro que se dão a partir de “processos de naturalização da cisgeneridade” como coloca Viviane Vergueiro (2016) em “Pensando a cisgeneridade como crítica decolonial”.

No texto, a autora evidencia que a cisgeneridade se encontra em um lugar de referência como “normalidade”. Assim, qualquer outra identificação de gênero que não estivesse dentro de uma coerência cuja “‘experiência interna e individual do gênero’ corresponda ao ‘sexo atribuído no nascimento’ a elas” (VERGUEIRO, 2016, p. 252) estaria em um lugar patológico, anormal. Propõe um olhar de questionamento à cisgeneridade em um processo de estranhamento das identidades cis, por meio das quais Jaqueline de Jesus (2013) transforma em questionamentos potentes a esse deslocamento:

Do que falam as pessoas transgênero? De quaisquer assuntos que lhes interessem. Essa mesma pergunta soaria natural se feita com relação às pessoas cisgênero? Como identificar uma pessoa cisgênero? Quais são os “marcadores cis”?

Nessa perspectiva, ao colocar a cisgeneridade em foco também se faz possível associar esta à cisonormatividade. Sobre este conceito, Vergueiro (2016) aponta a relação entre essa forma de organização social que, assim como as ideias racistas de supremacia branca e a intolerância religiosa pelas ideias cristãs eurocêntricas, marcam um projeto colonial europeu que implanta formas diversas de colonialidades sobre corpos e identidades de gênero. Assim, por em evidência o que a autora propõe como ciscolonidade, possibilita o deslocamento do olhar em um processo de compreensão de como o projeto colonial: a) procurar engendrar os diversos campos de uma sociedade e b) o (não) espaço e a supressão de quem “teimar” em não obedecer a essa ordem.

Viviane Vergueiro (2015), em sua dissertação de mestrado “Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise auto etnográfica da cisgeneridade como normatividade”, propõe três aspectos importantes à compreensão da cisgeneridade em uma proposta conceitual e analítica decolonial da mesma: as ideias de pré-discursividade, binaridade e permanência.

A *pré-discursividade* diz respeito ao entendimento em nível sociocultural, ou construído ao longo da história e tornando-se normativo, por projetos de colonização em que se compreende a possibilidade da definição de sexo-gênero partindo de princípios objetivos e características corpóreas. Essa ideia estaria desconsiderando as autopercepções e contextos interseccionais aos quais estejam inseridas. A autora propõe que ao analisar esse conceito se faz necessária a desconstrução e a problematização do conceito central de “sexo”. Reflito que seria tirar dessa “estrutura” o caráter sentencial que relaciona a dicotomia sexo-gênero.

À *binaridade*, as reflexões pensadas permeiam a compreensão normativa em uma leitura única e polar sobre os corpos, em que estes estariam seguindo critérios objetivos sob os

quais os estabelecimentos das masculinidades e feminilidades estariam relacionados a suas alternativas apenas: macho-pênis/homem e fêmea-vagina/mulher, obedecendo um parâmetro de “normalidade”. Acho potente quando a autora coloca que “Todos corpos e gêneros têm uma história, e a binariedade como uma normatividade sociocultural eurocêntrica define e restringe os destinos de muitos deles pelo mundo” (VERGUEIRO, 2016, p. 259), evidenciando o lugar encarcerador e castrador que a binaridade ocupa e atacando tantas existências. Podemos dizer que a binaridade estrutura o que compreendemos ou não sobre a diversidade de corpos e identidades de gênero.

Por fim a compreensão de *permanência* tem a ver com as noções de normalidade, ideal, congruente, padrão. Corpos que seguem a coerência fisiológica e psicológica quanto às concepções de “sexo biológico” em uma adequação a estrutura normativa vigente. Importante considerar que o que se propõe a pensar como conceito de permanência também está intrinsecamente ligado às noções de “desvio” ou “não desvio”, considerando a cisnormatividade como caminho hegemônico como principal (VERGUEIRO, 2015).

É possível entender que tirar do lugar de centralização e definição a cisgeneridade como legitimidade de gênero é um processo que envolve o questionamento de diversas premissas que estão em relação direta com as relações dos indivíduos com seus corpos e nos diálogos com suas formações corporais e suas identidades de gênero, extrapolando as violações e restrições por suas diversidades, sendo uma proposição que além de teórico-analítica também fala de uma posição epistêmica e política (VERGUEIRO, 2016).

Em consonância com Nascimento (2021), reforçamos que a noção de cisgeneridade configura uma “alternativa de definição de corpos não trans* sem a recorrência à suposta matriz original da qual todas nós seríamos desdobramentos subalternos” (p.93). Funciona como um convite a um mirar-se no espelho em uma percepção da artificialidade de seus corpos tanto quanto aos corpos que estão abarcados no escopo das transgeneridades (NASCIMENTO, 2021) em um olhar não narcísico de auto devoção de suas experiências (VERGUEIRO, 2016).

O entrelaçamento dos pontos aqui desenvolvidos se estrutura em uma rede de significações, construções sócio históricas e culturais que apenas se diferenciam em um texto na medida em que precisam ser dissertados ao entendimento didático. Ao considerarmos que em um funcionamento social os aspectos se atravessam e acontecem de forma fluida e simultânea, podemos compreender que existe uma estrutura dinâmica que tem em sua funcionalidade organismos que se movimentam de forma concomitante em processos de

reprodução, produção e resistência a pilares muitas vezes erroneamente tidos como inabaláveis.

As reflexões sobre linguagem, corporalidades, performatividades e os ativismos e movimentos sociais transfeministas estão imbricados em uma teia de diálogos não apenas possível como necessária ao pensarmos em novas possibilidades de vivências em sociedade de forma equânime e justa. É sobre esta ótica e compreensão que os dados aqui produzidos também se estruturam e propõem novas possibilidades de entendimentos e práticas sociais.

A construção desse Marco Referencial, que coloca em conversa as referidas noções, se caracteriza como potente às reflexões e questionamentos quando nos deparamos com as subversões que os corpos transmasculinos gestantes propõem por suas existências. No que tangem os papéis e comportamentos atribuídos a corpos em virtude de suas genitálias e a correlação da performance de gênero a partir das mesmas, colocam em xeque o debate que pauta a naturalização biologicista na qual são colocadas as corporalidades e suas vivências, e o que a estes são destinados em termos de atenção, saúde, direitos e cuidado de forma ampla. Assim, se faz necessário compreender como a comunidade científica vem reconhecendo tais aspectos, uma vez que esta é também propulsora do saber-fazer e na construção de uma práxis profissional aos responsáveis pela atenção em saúde.

3 LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO

O presente estudo tem como principal norteador as reflexões acerca do exercício do cuidado e paternidade por um homem trans que gestou sua filha. Para isto, foram priorizadas produções que mantêm enfoque nas experiências com a paternidade transmasculina, práticas de cuidado frente a este público em situações de gestação e desejos e planejamentos em exercer a paternidade.

Para um levantamento bibliográfico coerente com as propostas científicas de sistematização dos dados, sendo estes as produções encontradas, algumas etapas importantes são realizadas como desenvolvido a seguir. Neste capítulo, serão sinalizados produtos da comunidade acadêmica sobre a temática, assim como descritas e fundamentadas as escolhas realizadas no processo de construção desse ponto da pesquisa. Inicialmente se faz uma breve explanação sobre o mapeamento das bases de dados, seguido da descrição do processo na utilização das mesmas e produções encontradas.

3.1 Pesquisando em base de dados: calculando rotas e possíveis territórios

Como inquietação inicial às produções científicas, compreende-se que há a necessidade de saber o que a comunidade científica vem produzindo acerca da temática a ser pesquisada (LUNA, 1997). Maria Auxiliadora Ribeiro, Mário Martins e Juliana Lima (2014), em seu texto, “A pesquisa em bases de dados: como fazer?”, sinalizam a importância da atenção sobre a forma como certos assuntos tornam-se relevantes à ciência, sendo a Revisão da Literatura uma estratégia possível à compreensão da forma de circulação dos mesmos pelo meio científico. Dessa forma é possível constatar também quais campos do conhecimento se debruçam mais fortemente acerca da temática, sendo esta uma evidência importante ao estudo, visto que mostra o prisma pelo qual este vem sendo observado.

Um questionamento importante, proposto pelas autoras e autor, refere-se ao entendimento de quais palavras têm sido utilizadas para falar sobre o que se pesquisa, atentando aos diferentes repertórios utilizados nos diversos posicionamentos expostos sobre o tema, assim como os conceitos apresentados e linhas de reflexões propostas. Essa indagação mobilizou inquietações sobre a experiência da paternidade às vivências transmasculinas e a forma como a comunidade científica tem reconhecido essas experiências que questionam e tensionam as noções cisheteronormativas que correlacionam a reprodução e o processo

gestacional à cisfeminilidade, desconsiderando as vivências trans e as possibilidades e necessidades de seus corpos.

Neste sentido é importante o levantamento de informações que se relacionam às vivências de paternidades trans e no contexto aqui desenvolvido, especialmente partindo das experiências de gestações e práticas de cuidados paternos de pessoas transmasculinas, visto que estas vivências tem se mostrado não apenas existentes como se fazem presentes nos serviços de saúde com demandas específicas. Compreendendo que as produções científicas funcionam como norteadores às práxis profissionais em saúde e atenção básica, procura-se sinalizar reflexões e caminhos percorridos por demais pesquisadores e expor possíveis lacunas emergentes desses trabalhos.

Para tanto, foi definida uma revisão de literatura com estratégias mistas na qual inicialmente houve uma pesquisa sistemática em bases de dados. No decorrer do processo foi possível o acesso a produções outras por intermédio de pesquisadores/as e colegas que, devido a riqueza das produções, foram também consideradas. Por meio da bibliografia encontrada podemos verificar a trajetória dos estudos sobre a temática considerando a acessibilidade das produções. Todo este desenvolvimento segue descrito a seguir.

Foram escolhidas bases de dados virtuais específicas e seguidas cinco etapas principais, como proposto por Ribeiro, Martins e Lima (2014): 1) a escolha das bases de dados; 2) seleção dos termos de busca; 3) refinamento e exploração do material encontrado 4) organização das produções; 5) análise.

3.2 Definição das bases e produções encontradas: processos de escolhas e resultados

Na primeira etapa, foram escolhidas as bases de dados: BVS (Biblioteca Virtual em Saúde), que abarca produções nacionais e internacionais no campo das ciências relacionadas aos campos da saúde; Scielo (Scientific Electronic Library Online), biblioteca virtual que tem como enfoque conter seleções de periódicos científicos nacionais; PePSIC (portal de Periódicos Eletrônicos de Psicologia), que objetiva à visibilidade das produções científicas advindas da América Latina ao campo da Psicologia; BDTD (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações), engloba teses e dissertações realizadas em instituições de ensino e pesquisa brasileiras, assim como propondo o estímulo às publicações nos meios eletrônicos a maior acessibilidade; e o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). O processo de escolha e definição das

referidas plataformas levou em consideração a complexidade do assunto, a multidisciplinaridade da temática, assim como a diversidade de perspectivas das diversas áreas de conhecimento.

Como segunda etapa do processo foram escolhidos os termos de busca a serem considerados à seleção das produções, sendo estes: “TRANSPATERNIDADE”; “TRANS and PATERNIDADE”; “TRANS and PARENTALIDADE”; “HOMENS TRANS and PATERNIDADE”; “HOMEM TRANS and GESTAÇÃO” e “HOMENS TRANS and DIREITOS REPRODUTIVOS”. Tais definições foram escolhidas no intento de abarcar a maior quantidade de produções científicas (artigos, Dissertações e Teses) que propõem reflexões acerca da gestação por pessoas transmasculinas, visto que a temática se configura como sendo pouco explorada na comunidade científica. Importante salientar que na base de dados “CAPES” os termos utilizados se restringiram a “TRANSPATERNIDADE”, “TRANSPARENTALIDADE” e “TRANSMASCULINIDADE” em função das opções de refinamento da plataforma mencionada.

Assim, na terceira etapa foi realizada a seleção dos textos a serem trabalhados e o refinamento do material encontrado. Nas bases de dados mencionadas tendo como associação os termos de busca descritos, foram encontrados 2.179 textos considerando os idiomas português, inglês, espanhol, francês. Considerando também as possibilidades linguísticas de compreensão da pesquisadora, e sem delimitação de tempo, visando a maior visualização de estudos. Devido ao alto quantitativo de produtos que não necessariamente apresentavam temáticas relativas ao enfoque proposto por este trabalho, foi necessário o refinamento da pesquisa em especial na base de dados “BVS”, com as palavras de busca “HOMEM TRANS and GESTAÇÃO”, na qual foram selecionados como assuntos principais: gravidez, pessoas transgênero, identidade de gênero, transexualidade, saúde reprodutiva, preservação da fertilidade, resultando em 103 produções.

Após filtragem por títulos, temáticas, excluindo as repetições e com o enfoque em produções científicas em formato de artigo, dissertações e teses advindas de pesquisas, foram selecionados 47 textos condizentes ao tema proposto. A estes foram necessárias leituras dos resumos com caráter de confirmação acerca dos interesses aqui expressos, e nesta nova filtragem direcionada, finda-se o corpus da Revisão da Literatura científica da presente pesquisa o quantitativo de 31 produções encontradas, durante os meses de julho, agosto, setembro e outubro de 2021. Foram anexadas 3 produções através de compartilhamentos de demais pesquisadores por compartilhamentos via e-mail e outras indicações que foram consideradas em virtude da potência dos textos em questão, assim como suas relevâncias ao

tema e a atualização dos estudos. Dessa forma, totalizamos o quantitativo final de 34 produtos científicos.

Importante evidenciar que devido aos variados termos de busca aspectos diversos e altamente relevantes foram encontrados, entre eles as discussões sobre aborto e contracepção. Tais temas são de extrema importância das discussões sobre Direitos Reprodutivos de pessoas transmasculinas. Contudo, no presente estudo foram priorizadas produções que mantêm enfoque nas experiências com a paternidade transmasculina, práticas de cuidado frente a este público em situações de gestação e desejos e planejamentos em exercer a paternidades, inviabilizando um enfoque sobre os aspectos mencionados.

3.3 Algumas considerações: reconhecendo o território encontrado

Das bases de dados escolhidas foi definido o termo inicial “TRANSPATERNIDADE” como ponto de partida, contudo não houve resultados em quaisquer dos canais de pesquisa acadêmica mencionados. Os demais termos foram estabelecidos de forma a ampliar as possibilidades de acesso ao tema, compreendendo as diversas possibilidades de transcorrer sobre o mesmo, assim como os distintos prismas e olhares sobre ele.

De início, podemos perceber que pouco é produzido sobre a temática da paternidade advinda de um processo gestacional de pessoas transmasculinas culminando na escassez de material sobre o assunto de forma mais direcionada, especialmente no âmbito nacional, com predominância nos estudos em psicologia e das ciências médicas de fora do país. Constata-se, portanto, que as práxis do campo da saúde que advém do acesso à literatura disponível em língua portuguesa e a dificuldade no que tange à acessibilidade formam uma vertente que também corrobora com a defasagem do cuidado e atendimento efetivo dessa população. O que ratifica a importância da pesquisa aqui defendida.

O maior número de produções foi encontrado a partir da BVS, totalizando 24 artigos, seguido da Scielo, BDTD e CAPES com 02 produções cada sendo os referentes ao primeiro artigos e as demais dissertações. No Pepsic foi acessado 01 artigo e considerando os acessos “extras” pesquisa em bases de dados, 01 dissertação, 01 teses e 01 artigo sobre o tema.

É possível constatar também que o interesse da comunidade científica se configura como recente, tendo sua publicação mais antiga acontecendo em 2010, no campo da medicina em uma realidade internacional, na qual se propõe a refletir acerca da ética do auxílio à promoção da parentalidade de pessoas transgênero. Em nível nacional, a produção mais antiga

encontrada sobre a temática data do ano de 2012 no campo do Direito na relação legal entre a parentalidade e a transexualidade de forma mais ampla.

Os demais estudos, no campo da Saúde, têm suas produções entre as áreas da Medicina, Enfermagem, Psicologia e Psicanálise, sendo majoritariamente parte da literatura internacional de língua inglesa. Assim, foram 24 produções internacionais com reflexões no viés biomédico (especialmente nas áreas de medicina – endocrinologia, psiquiatria e ginecologia -, e enfermagem) e psicológico e 9 produções nacionais nos campos do direito, psicologia, psicanálise e Saúde da mulher e da criança. Deste último grupo, quatro dissertações estando uma em situação “embargada”¹⁴ e uma tese. Os demais são produtos em formato de artigos científicos, dos quais 5 são de revisões de literaturas.

Interessante considerar que o ano de 2019 caracteriza-se como sendo o de maior produção sobre o tema, 10 no total, seguindo por 2017, 5 produções, 2020, 4 produções, 2015, 3 produções, 2014, 2016, 2018 e 2021 com 3 produções cada e 2010, 2012 e 2013 com apenas 1 produção em cada período. No ano de 2011 não houve publicações encontradas. Tais dados são relevantes à reflexão sobre em quais momentos a temática obteve maior visibilidade e produção científica e o contexto vivenciado socialmente.

¹⁴ Uma produção embargada se encontra em período de acesso restrito ao grande público. As justificativas estão relacionadas a pesquisas que resultem em produtos a serem patenteados, questões jurídicas, temáticas sigilosas, dentre outros.

4 CONVERSANDO COM OS TEXTOS

No *corpus* de produções encontradas foram notados aspectos importantes englobados em três grandes temas que perpassam a temática, sendo aspectos afins à discussão inicial e percebidos como comuns às produções. São estes: 1) Quais conceituações e expressões têm sido utilizadas às reflexões sobre o tema; 2) A escassez de produções científicas sobre o assunto e o despreparo dos profissionais e serviços de saúde e 3) A “esterilidade simbólica” e as barreiras sócio-culturais à vivência da transpaternidade.

O primeiro ponto intenta trazer a quem se debruça sobre esta leitura um panorama geral de como são nomeadas e reconhecidas as referidas vivências no âmbito acadêmico e nas produções de conhecimentos e práxis científicas. O segundo aspecto evidencia o que indicam os textos dessa natureza sobre a ação profissional defasada pelos escassos direcionamentos fundamentados em dados e pesquisas, assim como o despreparo destes profissionais. Por fim, o último tópico trata de uma explicação que justifica os dois itens iniciais, trazendo os conceitos e reflexões sobre os obstáculos não apenas às vivências do exercício das paternidades vividas por pessoas transmasculinas, como o interdito das possibilidades de escolhas pelas mesmas. A seguir desenvolvemos cada tópico mencionado.

4.1 Nomenclaturas: a vivência da paternidade trans em palavra

Os corpos trans por sua própria existência são questionamentos vivos aos engendramentos e estruturas tidas como inabaláveis que são as convenções de gênero, sexo e a relação entre essas duas conceituações. Podemos dizer que subvertem e insubordinam as normas coercitivas que nos estruturam em uma sociedade na qual impera a cisheteronorma.

Ponto importante que circunda as discussões de gênero é a função da linguagem e sua função de transformação ou manutenção e fortalecimento de concepções e expressões utilizadas a se falar e concretizar experiências e vivências. Dessa forma, ao longo do olhar lançado aos interlocutores textuais na presente Revisão de Literatura, foi possível perceber como a comunidade científica tem reconhecido e construído seus argumentos na utilização de termos que designem as vivências de paternidade por pessoas transmasculinas, assim como os desafios próprios de uma relação histórica que considera o gênero de forma binária.

Ao falar sobre o exercício da parentalidade por pessoas trans, foram percebidas diversas formas de referenciar tais experiências. Diante de um alto quantitativo de dados biomédicos e a forte relação com as experiências corporais, constata-se um escopo o qual compreendo como sendo relacionado aos aspectos meramente fisiológicos. Essa referência configura-se como sendo uma tentativa de abarcar vivências associadas a um exercício da paternidade partindo de um processo de gestação, evidenciado estudos nos quais os interlocutores relataram suas experiências como pais que gestaram de forma literal. Nesse repertório, foram utilizados os termos “*biological related*” – biologicamente relacionado -, “*biological parenthood*” – parentalidade biológica -, “*Gestational parenthood*”/“*gestational parent*” - parentalidade gestacional -, “gestação paterna” e “corpo gestante”, “gravidez masculina”, “homens grávidos”, “*people who desire pregnancy*” – pessoas que desejam gestação e; “*carrier*” – algo semelhante a “carregador” (Castro-Peraza et al, 2019; HAFFORD-LETCHFIELD, 2019; HAHN, 2021; TORNELLO; BOS, 2017; PEREIRA, 2021; PEDERZOLI, 2017).

Muitas expressões referenciam-se ao exercício da parentalidade de forma geral, independentemente da relação biológica. Inclusive, o termo “parentalidade” é largamente defendido por Aquinoã Pederzoli (2017) quando coloca como proposta a não referência de um gênero específico. Nessa perspectiva, a produção da referida autoria confronta a assimetria de gênero que permeia as concepções de parentalidade (maternidade e paternidade), desconsiderando as diversas outras formas de vivências de identidade e gêneros diversos.

Demais vocábulos que seguem por estes prismas envolvem as terminologias: “*transparenthood*” – trans-parentalidade; “*transparentfamilies*” – famílias transparentais; “*transgenderparent/trans parent*” – pai/mãe transgênero¹⁵; “*parenthood*” – parentalidade –, “Transparentalidades”; “parentalidades trans”. Nos casos mencionados, percebo que há um enfoque no aspecto social majoritariamente, também sendo utilizado o termo “filiação”, em especial na relação com os aspectos jurídicos, e a expressão “*Trans reproductive justice*” - justiça transreprodutiva -, na relação das vivências trans em termos legais sobre a garantia dos direitos reprodutivos.

Outro aspecto importante evidenciado especialmente nas produções referentes aos processos de lactação, relacionam-se com a diferenciação entre as expressões *breastfeed* e *chestfeed* (HAHN, 2021; GARCÍA-ACOSTA et al, 2019; HOFKLING, OBEDIM-MALIVER

¹⁵Ao nos utilizarmos de traduções da língua inglesa para o idioma português, percebe-se dificuldades na transposição de palavras de gênero neutro para a realidade do nosso idioma, evidenciando a limitação de nossa linguagem que obedece a uma noção binária de gênero em sua constituição básica.

E SEVELIUS, 2017; MACDONALD et al, 2016). Na primeira expressão, em uma tradução literal, o significado está relacionado à alimentação através dos seios, ou seja, o ato de amamentar. Apesar de todos os corpos terem tecidos mamários, seios referem-se fortemente ao peito do corpo tido como feminino, gerando desconforto em algumas pessoas transmasculinas quando utilizados para designar o exercício da lactação e amamentação (GARCÍA-ACOSTA et al, 2019).

Na segunda terminologia, com o prefixo “*chest*”, há uma correlação com o processo de alimentação, mas através de uma região do corpo que não está condizente necessariamente a um gênero específico, apesar de essa ação estar culturalmente relacionada à feminilidade (HAHN et al, 2019; GARCÍA-ACOSTA et al, 2019). Trevor Macdonald et al (2016) aponta que todos os participantes de sua pesquisa se referiram a parte frontal de seus corpos de forma a reafirmar o termo “*chest*” e a evitar “*breasts*”, possivelmente pela associação que é feita na língua inglesa aos polos masculino e feminino e suas diferenciações dentro de nossa lógica social binária.

Em muitas produções houve a sinalização específica e direcionada à concepção de paternidade mais próxima às normas de linguagem de uma lógica binária e cisgênera, na qual temos como exemplos: “*transgender fatherhood*” – paternidade transgênera e “*trans-fathers*”. Também foram utilizadas as expressões “paternidade” tanto em português quanto na língua inglesa (*fatherhood*) -, e constatado em Light et al (2014) apud Hafford-Letchfield, (2019) o termo “*dad*” – papai -, nos quais não se fazem distinções entre a condição de transexualidade ou cisgeneridade no exercício da paternidade.

Nessa vertente apreendida, pontos significativos puderam ser constatados. Inicialmente podemos afirmar que não há um consenso da comunidade científica quanto às nomeações mais adequadas dos casos gestacionais e exercício da paternidade do referido público. Também não foram encontrados produtos que problematizem tais questões de forma direta e central de suas discussões, sendo o enfoque majoritariamente em dados fisiológicos e diretivos aos estudos sobre fertilidades que também expõem dados ainda inconclusivos.

Posso afirmar que a forma como vem se falando sobre o tema opera em uma ordem majoritariamente biologicista dentro de um contexto cultural que tem como cenário estruturante pilares fortemente edificados. Tal terreno contextual compreende não apenas uma noção binária e engendrada de gênero, mas uma perspectiva de saber-poder biomédica cisheteronormativa em um campo de linguagem que propõe e reforça as diferenças e hierarquias nas relações de subalternidades em suas práticas, nesse caso, a prática de definição científica.

Esse aspecto está intimamente relacionado aos corpos sobre os quais devemos nos debruçar a pensar conjuntamente em suas demandas e necessidades de forma a chegarmos a uma compreensão de assistência e atenção à saúde de forma a extinguir violências e estigmatizações e garantir os atendimentos necessários priorizando a pessoa como paciente e suas solicitações. Sobre esse ponto, o quantitativo defasado de produções em conjunção com um cenário institucionalmente transfóbico recai diretamente em influência nas práticas profissionais a este público como é possível constatar no tópico posterior.

4.2 Escassez de produções científicas e despreparo de profissionais e serviços de saúde

A escassez de materiais e produções de cunho científico sobre a temática é um ponto enfaticamente evidenciado nos textos acessados. Como evidencia Maria-Elisa de Castro-Peraza et al (2019) e Henry Von Doussa, Jennifer Power e Damien Riggs (2015) apesar da “paternidade gestacional” se fazer presente em realidade, a literatura científica especializada que se debruça sobre a experiência se mantém em escassez. Brittany Weiner e Leah Zinner (2015) em “*Attitudes Toward Straight, Gay Male, and Transsexual Parenting*”¹⁶ em consonância com as autorias anteriores sinalizam que a paternidade advinda de uma gestação é uma realidade cada vez mais comum hoje, mas ainda assim a comunidade científica especializada não se debruça enfaticamente a refletir sobre a questão. Referem que no campo fisiológico a gravidez de homens trans não difere de um processo gestacional de uma mulher cis, evento amplamente estudado e aprofundado.

Algo relevante a ser mencionado, mediante observação do material encontrado, é a repetição de bibliografias, sendo muito comum nos depararmos com as mesmas referências em diversas produções, o que nos sugere a pouca produção sobre o assunto. Tal percepção confirma a necessidade de estudos com o enfoque na saúde reprodutiva e gestação (GRUSKIN et al, 2018; GARCÍA-ACOSTA et al, 2019) da população transmasculina especialmente pelo fato de estes fenômenos estarem acontecendo e chegando aos serviços de saúde demandando cuidados específicos e necessidades singulares.

Ao mencionar tal entendimento, compreendo a sinalização de que não há a necessidade de visualizar os corpos transmasculinos como exóticos e considerar a gestação ali acompanhada como fenômeno desconhecido. Contudo, se faz necessário compreender que há questões particulares a serem considerados como o processo de hormonização, por exemplo, e

¹⁶“Atitudes em relação à parentalidade heterossexual, gay e transexual” (tradução da pesquisadora)

o que este procedimento implica no sistema endocrinológico, aspectos socioculturais e o impacto subjetivo, assim como especificidades individuais.

Outro ponto importante a ser apontado é a grande quantidade de menções relativas à carência de comprovações e informações concretas sobre a eficácia dos métodos de “Preservação de Fertilidade” (T’SJOENA, CAENEGEMA e WIERCKXA, 2013; MATTAWANON et al, 2018;) e ao planejamento familiar, para homens trans (sobre os quais foram mencionados: banco de ovócitos, banco de embriões e banco de tecido ovariano) e o próprio processo de gestação por pessoas transmasculinas e não binárias (RIGGS; PEARCE; PFEFFER; HINES; WHITE e RUSPINI, 2020). Os estudos de caráter biomédico encontrados na presente Revisão de Literatura também referem que o uso da testosterona aparenta não afetar significativamente a atividade ovariana. Não existem estudos em humanos desenvolvidos suficientemente ao exame da testosterona sendo utilizada de forma exógena durante a gravidez, não sendo recomendada a utilização da mesma como estratégia contraceptiva por pessoas que mantêm úteros e ovários (HAHN et al, 2019).

No entanto, esse dado segue em estudos específicos, havendo a indicação da interrupção do uso em planejamento gestacional ou durante o processo da gravidez, por suas propriedades teratogênicas (alteração estrutural do embrião). Também não se tem dados concretos sobre o tempo ideal ao retorno do uso da hormonioterapia após a gestação, contudo, há indícios de que em casos de planejamento gestacional haja uma média de seis meses ao retorno da ovulação e condições fisiológicas propícias à gestação (MATTAWANON et al, 2018).

É comum perceber a associação da perda da função reprodutiva decorrente do processo de transição e a conformação de que esta seria um preço a ser pago pela escolha transicional (T’SJOEN, CAENEGEMA e WIERCKXA, 2013), como se considerando que a escolha por esse processo signifique um atestado de perda da possibilidade de gestar, no caso de pessoas transmasculinas. Assim, há questionamentos significativos e tensões no que tanger os processos cirúrgicos de redesignação sexual, havendo uma forte tendência contra tais procedimentos que inviabilizem a vida sexual reprodutiva (WEINER E ZINNER, 2015). Evidencio aqui o debate que se encontra presente na literatura da esterilidade como aparente produto do processo de transição, o que confirma não apenas a urgência de maior conhecimento dos procedimentos e suas implicações, como o preparo das equipes de assistência à população trans em duas demandas de cuidados reprodutivos.

Natnita Mattawanon et al (2018) na Revisão de Literatura intitulada “*Fertility preservation options in transgender people: A review*”¹⁷, conclui que o esclarecimento dos profissionais da área de saúde se faz urgente, havendo a necessidade de pautar discussões, reflexões e planejamentos nos cuidados da saúde reprodutiva de pessoas em processo de transição. O mesmo se refere ao planejamento personalizado às necessidades detectadas de cada indivíduo, considerando suas particularidades e necessidades específicas.

Também foi possível constatar posicionamentos dos interlocutores das pesquisas mencionadas sobre desconfortos em vivenciar uma gestação por esta implicar uma interrupção da hormonioterapia e com isso os possíveis desenvolvimentos de características secundárias¹⁸ socialmente tidas como femininas nos períodos de fertilização, parto e pós parto, o que pode causar impactos psicológicos consideráveis, sendo imprescindível a discussão do assunto com os pacientes (MATTAWANON et al, 2018; HAHN et al, 2019; BRANDT et al, 2019). Ademais, os participantes dos estudos expressam sentimentos de contradição vivenciados por si referentes às próprias identidades de gênero, uma vez que o processo gestacional está intimamente ligado socialmente a uma experiência referente à feminilidade (TORNELLO e BOS, 2017).

Sofia Gruskin et al (2018) e Mônica Angonese e Mara Coelho de Souza Lago (2017) sinalizam a potência da inclusão de disciplinas que lancem olhares ao atendimento às pessoas trans nas escolas médicas e paramédicas, assim como as práticas nos serviços de saúde. Sinalizam pontos importantes que abarcam a maior competência nessa assistência que culminaria tanto na expansão do acesso dessa população aos serviços de saúde (através do aumento de profissionais capacitados) como normalizaria a saúde de pessoas trans como aspecto importante e necessário de conhecimento na formação básica dos profissionais de saúde.

Os autores refletem a necessidade de ressignificar a noção das complexidades do cuidado destinando a pessoas trans, que contribuem à marginalização dentro e fora dos serviços de saúde e são tidas como desafios pela ausência de preparo a esses sujeitos nas formações básicas que precisam extrapolar as áreas técnicas e considerar os aspectos sociais e contextuais (GRUSKIN et al, 2018; ANGONESE e SOUZA LAGO, 2017).

¹⁷Opções de preservação de fertilidade em pessoas transgênero: uma revisão (tradução da pesquisadora).

¹⁸ A hormonioterapia com testosterona tem impacto considerável em pessoas trans e promove amenorria (ausência de menstruação), interrupção dos processos de ovulação e a estimulação da aparência socialmente atribuída à masculinidade cis – tom de voz mais baixo, pelos faciais e calvície androgênica (GARCÍA-ACOSTA et al, 2019).

Sinalizam questionamentos potentes a este processo tais quais: “O que pode ser feito para mudar o desempenho de um sistema de saúde para melhor servir às populações trans?”¹⁹ (GRUSKIN et al, 2018, p. 77, tradução da pesquisadora), e como construir políticas de caráter universal, mas que contemplem as singularidades dos grupos que não são considerados sujeitos de direitos? (ANGONESE e SOUZA LAGO, 2017).

Contudo um aspecto significativo precisa ser colocado em pauta ao refletirmos sobre a prática de cuidado e os espaços de assistência às pessoas trans, a transfobia institucional. Algo recorrente nos estudos relatados é a relação estabelecida entre pessoas transmasculinas, serviços de saúde e assistência e profissionais dessas instituições no manejo do cuidado em consultas rotineiras de pré-natal, parto, pós parto além do tratamento às pessoas acompanhantes.

Alexis Hoffkling, Juno Obedin-Maliver e Jae Sevelius (2017) compartilham em seu estudo barreiras institucionais mencionadas por seus interlocutores que estavam majoritariamente relacionadas ao apagamento de suas identidades e à transfobia vivenciada nos serviços de cuidado em saúde. Para os participantes, há uma relação entre esse aspecto e as questões morais individuais dos profissionais, o que parece estar em consonância com Voultsos et al (2021) ao evidenciar a forte influência religiosa conservadora no contexto grego e sua significativa interferência nas concepções sobre casamento e sexualidade.

Ainda sobre a produção de Hoffkling, Obedin-Maliver e Sevelius (2017), um aspecto importante mencionado pelos colaboradores da pesquisa refere-se à exotificação de seus corpos, sendo submetidos a exames físicos aparentemente desnecessários, fugindo inclusive da razão pela qual estavam em um serviço de saúde em busca de assistência e cuidado. Outro apontamento diz respeito a tentativas de comentários supostamente positivos, mas que acabam evidenciando a objetificação do corpo transmasculino gestante, como a sugestão de que o paciente deveria estar no programa de televisão apresentado pela Oprah: “*Na example is being told, ‘you should be on Oprah’ by a nurse in the Middle of na intimate procedure*”²⁰ (p.12). Os cuidados considerados apropriados foram pontuais e excepcionais e a norma estaria muito mais dentro de uma expectativa concretizada de objetificação, desconforto e sentimento de invasão.

¹⁹ “*What can be done to change the performance of a health system to better serve transgender populations?*”

²⁰ “Um exemplo a ser contado, “Você deveria estar na Oprah”, por uma enfermeira no meio de um procedimento íntimo” (tradução da pesquisadora).

Assim, percebe-se que um homem trans que chega a instituições hospitalares e “maternidades”²¹ nos momentos de dar à luz pode ser alvo de bullying e constrangimentos carregados de estigmatização pelos próprios profissionais e instituições de cuidado que perpassam, de acordo com Monica Hahn et al (2019), além da discriminação, situações como insensibilidade de gênero, negação de serviços e abuso verbal nas visitas médicas. Assim, é comum uma tensão sobre a forma como será realizado o acolhimento e questionamentos prévios que evidenciam receios sobre a assistência em momentos de fragilidade e necessidade de amparo: “...and how would They be treated during delivery?”²² como expressa uma interlocutora de Voultsov et al (2021) sobre o momento do parto de pessoas transmasculinas.

Diversos estudos mencionam o distanciamento da população dos cuidados em saúde em instituições médicas pontuando o aspecto referente ao (não) acolhimento dos recursos humanos de tais espaços (HANH et al, 2019) e a procura por outros meios de cuidado orgânico gestacional. Brandt et al (2019) menciona que a procura de meios não médicos aos processos de parto se faz maior nessa população que procura se utilizar de outros ambientes e estratégias de modo a evitar experiências de preconceito, discriminação e transfobia.

Hoffkling, Obedin-Maliver e Sevelius (2017) evidenciam que a alta exposição a violências individuais e estruturais influencia a forma como a população trans acessa os serviços médicos, além das limitações documentais que considero que explicitam, mas também reforçam os alicerces binários da sociedade. Como exemplo, mencionam os documentos de filiação da prole, nos quais quem gesta está associado à maternidade, por exemplo. No estudo, mencionam que vários homens trans encontraram dificuldades ou total impossibilidade de ser listado como “pai” nas certidões de nascimento apesar de ser a sua identidade de gênero. Também referem que nos sistemas operacionais computadorizados em determinados exames precisa constar sexo/gênero feminino, indo de encontro à identidade de gênero do paciente.

Monica Hanh et al (2019), em estudo de caso relatado, transcorre sobre possibilidades de ampliação ao olhar o cuidado às demandas que chegam aos serviços e profissionais de saúde que dizem respeito aos processos gestacionais de homens trans e pessoas transmasculinas. Na produção indica a abertura ao diálogo e questionamentos de como preferem que sejam referenciadas as partes íntimas anatômicas dos pacientes, pois podem haver desconfortos. Evidencia que alguns homens preferem expressões como “abertura

²¹Importante considerar a problemática da nomenclatura desse espaço de nascimento e sua relação com a noção cisgênera que atribui à mulher o processo de gestação. Reflexões serão apontadas posteriormente.

²² “...e como eles seriam tratados durante o parto?” (tradução da pesquisadora).

pélvica frontal”, por exemplo, assim como as funções de tais órgãos. Refere-se à importância de workshops preparatórios de educação em saúde com profissionais qualificados nas discussões sobre gênero e sexualidade, às práticas que auxiliem a supressão de estigmas, uma vez que a equipe de saúde é peça fundamental neste processo.

No estudo referido, relata-se que na clínica mencionada toda a equipe hospitalar teve direcionamentos específicos para garantir o acolhimento do paciente que incluiu utilização de linguagem neutra por ultrassonografistas, assistência social e apoio psicossocial frente a documentações ao alinhamento com a identidade de gênero correta assim como tentativas, apesar de malsucedidas, de registros de admissão de um paciente não feminino nos processos de parto. Este último frustrado pelas limitações e incapacidades do próprio sistema. Assim, é possível constatar a necessidade de um amplo preparo ao corpo profissional que ultrapasse as funções médicas, mas que considere todos os espaços e trabalhadores pelos quais o paciente precisará se relacionar durante os momentos de procura por cuidados em saúde.

Voultos et al (2021) defende que os profissionais de saúde deveriam ter em seus treinamentos um olhar desenvolvido à justiça reprodutiva de pessoas trans. Evidencia em seu processo de análise que pessoas transgêneras têm as necessidades reprodutivas básicas semelhantes a pessoas cisgêneras, estando inclusos os desejos de uma filiação biológica de sua prole. Assim o aconselhamento de fertilidade é um compromisso que deve ser altamente priorizado como postura ética e interdisciplinar nas práticas de cuidado à população trans que também envolve a necessidade de Políticas Públicas e um olhar sociocultural de garantia de direitos a essa população. Esse ponto será melhor desenvolvido no tópico a seguir desta produção.

Dessa forma, podemos considerar que os espaços de oferta de cuidados em saúde devem funcionar como promotores não apenas de acolhimento, mas de reflexão social sobre os direitos em saúde de forma ampla e de humanização das pessoas trans e não a percepção destes como indivíduos a parte da sociedade, e essa questão envolve diretamente os Direitos Reprodutivos. Sobre este assunto, Heloisa Helena Barboza (2012) refere haver uma série de divergências e discussões frente a caracterização deste ser um direito fundamental ou não.

Sofia Gruskin et al (2018) reforça o caráter transgressor aos Direitos Humanos na não garantia na díade direito-saúde reprodutiva, o que perpassa não apenas o interesse científico na produção de conhecimentos direcionados ao bem estar biopsicossocial dos indivíduos de vivências trans, como a formação e a práxis de profissionais que também advém do conhecimento dessas produções científicas.

Assim, compreende-se que há possibilidades significativas de os sentidos de paternidade de pessoas transmasculinas também perpassarem as dificuldades em uma vida reprodutiva com assistência adequada tanto fisiológica quanto psicossocial e os profissionais de saúde são peças fundamentais nesse processo. Estes precisam evidenciar as possibilidades dos indivíduos ao iniciarem os processos de redesignação e considerar que o desejo pela reprodução e a parentalidade biológica é possível e um importante elemento do processo de transição (T'SJOENA, CAENEGEMA e WIERCKXA, 2013).

Se faz necessária uma compreensão que considere a perspectiva de uma prática de assistência em saúde que seja inclusiva. Damien Riggs et al (2020) traz à tona que o argumento de que pessoas trans nasceram em “corpos errados” ou tidos como “corpos falhos” contribuem para uma concepção patologizante das vivências trans e remetem a uma perspectiva de problemática a ser resolvida. Dessa forma, discordamos de Barboza (2012) quando esta conceitua que “transexuais podem ser definidos como pessoas que não aceitam o sexo que ostentam anatomicamente” (p. 554), pois é algo que está muito mais relacionado a uma convenção social de gênero e a adequação ou não de corpos ao que foi estabelecido como norma.

4.3 A “esterilidade simbólica”: barreiras sócio-culturais coloniais

Apesar do enfoque aqui trabalhado estar direcionado à vivência das paternidades transmasculinas através da gestação, as reflexões que consideram outras formas de parentalidades por essa população são extremamente significativas de serem problematizadas e visibilizadas como campos de tensionamentos. Uma vez que todas encontram barreiras institucionais e sociais para além das possíveis interferências fisiológicas, e se encontrando em campos de fragilidades institucionais das mais diversas égides.

Uma vez que expressam também as reações e construções sociais que permeiam as construções e sentidos produzidos e compartilhados, regulam através dos aspectos morais quais temas são dignos de olhares científicos e são aprovados socialmente ou não. Por esta razão, a importância da discussão também no campo simbólico sobre a temática. Ademais, a escassez de produções e a procura pela legitimação do tema configura-se como significativa, sendo comum encontrar produções que considerem as experiências parentais em um escopo mais amplo.

Assim, é preciso considerar o caráter moral e social atribuído às identidades de gênero tidas como divergentes, desviantes, patológicas (RODRIGUEZ, 2014) e refletirmos sobre o que Mônica Angonese e Mara Souza Lago (2017) propõem conceitualmente como “Esterilidade Simbólica”, que, em suas palavras:

[...] remete à impossibilidade da escolha pela reprodução e de exercer a parentalidade, seja essa biológica, por processo de adoção ou na função de cuidado, interdito, associado ao lugar de abjeção a que são submetidos os corpos trans (p. 262).

As autoras mencionam a necessidade de falar sobre gênero e sexualidade e a implicação de questionar o que é considerado tabu e se encontra cristalizado, sendo necessárias as reflexões no processo de desconstrução do que sinalizam ser a heterocisnormatividade reprodutiva, ou seja, as concepções de que a reprodução está diretamente relacionada às pessoas cisgêneras e heterossexuais, tendo esse “perfil” como norma e modelo a ser seguido.

Barboza (2012) aponta a necessidade de desconstruirmos a pessoa transexual “universal e homogênea”, como que em um engendramento do que se espera desse ser que subverte as regras da existência a partir do seu corpo e identificação. Essa quebra da expectativa do que se constrói no imaginário ser uma pessoa trans acaba por provocar restrições de direitos em uma contradição que a coloca em um campo da ininteligibilidade.

Podemos dizer que isso também decorre da inexistência de direcionamentos mais eficazes nos documentos oficiais, de acordo com a autora, que também complementa o caráter punitivo destinado a esse público no poder judiciário. Tal consequência se firma quando não há uma correspondência ao sistema sexo-gênero, pelo não reconhecimento de sua identidade frente ao que o Estado põe como normativa, questionando os direitos e deveres atribuídos ao gênero que este atribui. Explicita que

Na verdade, nada é dito diretamente, nada é expresso, múltiplos e imprecisos são os argumentos invocados para aplicação da pena perpétua de negação da identidade. Essas são as sanções previstas para a infração das normas estabelecidas nos códigos invisíveis por onde transpiram as regras morais (p. 555).

Essas noções binárias do que é ser homem/mulher, masculino/feminino e heterossexual/homossexual, põem em xeque as construções dos direitos sexuais e reprodutivos como direitos humanos (ANGONESE e SOUZA LAGO, 2017), uma vez que interrogam o caráter de humanidade de pessoas que subvertem as normas sociais estabelecidas aos papéis de gênero atrelados às características biológicas. Mantendo-os

sujeitos a normas morais, interceptam a possibilidade de integralidade e equidade nos programas de saúde e reforçando a vulnerabilidade dessa população aos direitos à saúde, incluindo os direitos sexuais e reprodutivos.

Às pessoas trans há uma necessidade de permissividade velada, por não constar em documentos oficiais, porém de alta característica moral na qual há uma emergência de “confirmação de boa parentalidade” pela condição da sexualidade e identidade de gênero. Barboza (2012) sinaliza que são considerados riscos à ordem social estabelecida por realizarem práticas consideradas questionáveis no desenvolvimento humano esperado e condicionado como formato correto. O que questiona por si só as premissas dos direitos reprodutivos que explana a liberdade do indivíduo decidir sobre seus próprios processos reprodutivos.

T'sjoen, Caenegema e Wierckxa (2013) transcorrem que grande preocupação social se relaciona com a influência parental às identidades de gênero e orientação sexual das crianças filiadas às pessoas trans. Em pesquisa relatada pelos autores, em contexto estadunidense, sinalizam que não há aspectos que extrapolem o fato de um dos responsáveis parentais ser trans, havendo o desenvolvimento pleno das crianças, não sendo a identidade de gênero um fator limitante ou prejudicial à infância. É possível perceber que tal aspecto está muito mais relacionado a uma postura moral cisheteronormativa de compreensão de uma verdade sobre o exercício da parentalidade do que efetivamente um compromisso com o público infantil. Hoffkling, Obedin-Maliver e Sevelius (2017) mencionam que vários participantes de sua pesquisa relataram tentativas e ameaças de serviços sociais à retirada da guarda de seus/suas filhos/filhas mesmo antes dos nascimentos e em um caso durante anos.

Sobre essa questão podemos mencionar o estudo proposto por Weiner e Zinner (2015) no qual desenvolvem em sua produção resultados de uma pesquisa que envolveu a reação e atitudes frente a casais homoparentais masculinos e casais transgêneros. As autoras transcorrem que as pessoas participantes acreditam que uma criança criada por casais não heterossexuais crescerá em um ambiente menos seguro e com maior instabilidade emocional comparado a casais heterossexuais. Em seus resultados relatam que as pessoas têm maiores tendências a sugerir a custódia de crianças a casais heterossexuais. O estudo evidencia que o preconceito e discriminação contra “casais não tradicionais” (p.330, tradução da pesquisadora) é fator significativo. Importante mencionar que as autoras diferenciam pessoas transgênero e pessoas transexuais baseando-se nos desejos de um processo de redesignação sexual e/ou hormonioterapia, sendo o segundo grupo desejoso das intervenções corpóreas mencionadas. Nesta produção não compactuamos com essa ideia e sim, o que se aproxima de

uma estratégia de maior inclusão e menos estigmatização aos nos utilizarmos da expressão trans*, termo guarda-chuva que engloba as diferentes identidades de gênero não cisgêneras²³.

Von Doussa, Powera e Riggsb (2015) desenvolveram reflexões relativas ao processo prospectivo do exercício da parentalidade se utilizando da seguinte pergunta disparadora em pesquisa: “como as pessoas transgênero e de gênero diverso imaginam possibilidades para si mesmas com relação à paternidade?” (p. 5, tradução da pesquisadora)²⁴. Evidenciam o objetivo do estudo quanto à compreensão das estratégias utilizadas por pessoas trans às possibilidades da parentalidade apesar das barreiras legais, médicas e socioculturais. Nesse aspecto utilizam o exemplo europeu no qual 24 países requerem a esterilização no processo de redesignação de gênero em seus documentos oficiais. Natnita Mattawanon et al (2018) explana que as limitações encontradas por pessoas trans ao cogitarem um processo de reprodução e/ou exercício da parentalidade esbarram em aspectos jurídico-legais, econômicos, sociais e atitudes de profissionais da assistência e cuidado para esse processo.

De acordo com Samantha Tornello e Henry Bos (2017), há uma concepção social de que ser transgênero e estar em uma posição de parentalidade parecem contraditórias. No referido estudo, alguns homens revelaram a frustração de serem trans e tal condição estar relacionada à perda de suas capacidades reprodutivas. Nessa pesquisa realizada, 32 pessoas trans foram entrevistadas sobre desejos pela parentalidade e pontos significativos foram colocados apontando que suas decisões pautavam-se considerando barreiras tanto físicas quanto financeiras.

Sobre o primeiro ponto estariam sendo consideradas a possível esterilidade orgânica em virtude do tratamento hormonal que supostamente²⁵ traria infertilidade, sendo o segundo aspecto o alto valor financeiro a ser despendido em estratégias tais quais Inseminação Artificial, por exemplo, não garantidas juridicamente após o processo transexualizador. Assim, apesar de existirem técnicas que viabilizem a reprodução de forma assistida, não são todas as opções reprodutivas no aspecto médico que se encontram disponíveis abundantemente, havendo um alto valor financeiro a ser considerado (T’SJOEN; CAENEGEMA E WIERCKXA, 2013), o que não garante e assegura os direitos de instituir

²³Informações encontradas em < <https://transfeminismo.com/trans-umbrella-term/> >, acesso em 12 de janeiro de 2022.

²⁴ “(how) do transgender and gender diverse people imagine possibilities for themselves with respect to parenthood?”

²⁵ O termo utilizado diz respeito ao tema pouco explorado e com lacunas consideráveis sobre tal informação. Previamente foi mencionado o caráter inconclusivo sobre a testosterona sintética nos processos gestacionais por homens trans.

uma família, defendido pela Constituição, como sinalizam Amanda Gomes, Adalberto Dourado, Paulo Vitória e Danielle Noronha (2021).

Os autores explanam os entraves legais nos processos de adoção por pessoas trans trazendo a conceituação de família socioafetiva, defendendo que esta compreensão é a forma mais genuína de serem exercidas e compreendidas as relações familiares e a parentalidade. Reforçam que a consideração dos laços afetivos, o futuro da criança e a urgência de ter uma família são aspectos importantes a serem levantados de forma a extrapolar as concepções meramente jurídicas.

Estas últimas mencionadas são construídas tendo como base a compreensão binária de sexo e gênero, e compostas em sua prática majoritariamente por homens cisgênero e heterossexuais. Assim, há uma retroalimentação e manutenção de uma perspectiva que atua como parte fundamental da estrutura político-social que busca manter relações de poder e diversas hierarquias interseccionais, reprimindo as possibilidades da diferença e de outras existências (p. 175).

Heloísa Helena Barboza (2012) afirma que a discussão no âmbito ético-jurídico hoje se volta ao processo de reconhecimento ou não do direito de reprodução dessa população, assim como a titularidade desse direito. Explicita que existe um lugar de impossibilidade que sequer considera a filiação biológica de pessoas transexuais por meio de técnicas de reprodução assistida com a utilização material genético próprio.

Assim, percebe-se uma concepção equivocada de incongruência ao nos depararmos socialmente com as possibilidades de vivências da transexualidade e a parentalidade de forma concomitante, como se uma condição funcionasse como impedimento ao exercício da outra. Gomes et al (2021) relaciona esse aspecto a uma hierarquia colonial que permanece com padrões engendrados e que nega ou dificulta, por obstáculos legais, a existência de corpos que são marginalizados frente a normatividade não cisgênera, assim como também a população negra, indígenas, pessoas com deficiência, dentre outros.

Von Doussa, Powera e Riggsb (2015) pontuam o caráter de fascinação concomitante ao horror da população, em veículos televisivos de grande circulação, ao ser trazido o caso de Tomas Beatie e sua gestação ao público. Evidenciam que David Letterman caracterizou a vivência de Beatie como um “show de horrores andrógino” (p.3) e comentaristas trouxeram à tona a ilegitimidade de sua gestação ao ter “escolhido” se tornar um homem. Tais posicionamentos apontados pela produção mencionada refletem a exotificação e bestialização do corpo transmasculino gestante, em uma condição de subumanidade e, portanto, indigno de

sua existência culminando em uma invisibilização não apenas de suas experiências como de suas existências política e social e, assim, também de direitos.

Tendo essa reflexão em evidência, concordamos com Jesús García-Acosta et al (2019) quando em sua produção explícita que muitas das dificuldades que pessoas trans encontram frente ao acesso aos serviços de saúde resultam de uma cultura da normatividade, binarista e da cissexualidade predominante. Sobre isto, complemento que são estruturas sociais construídas culturalmente que funcionam também como estruturantes em nossas práticas de saúde que asseguram os pilares da desigualdade e supremacia de um perfil específico do que é considerado humanidade. Esse aspecto em contextos de cuidado, assistência e garantia de direitos se evidencia como falho e coloca em vulnerabilidade parcela significativa da população, a partir do que Gomes et al (2021) coloca como sendo omissão legal e descaso no que tangem os direitos reprodutivos das pessoas trans.

Importante pensar que as necessidades jurídicas da população trans como um todo não estão fixadas apenas em um procedimento como o processo transexualizador ou a utilização do nome social. Nos aproximamos do que propõe Gomes et al (2021) que ao reconhecer indivíduos trans como sujeitos de direitos, deve-se ter em concordância a necessidade de garantia de todos os seus direitos e não apenas parte deles.

Concordamos com Gomes et al (2021) que se faz urgente a mudança de perspectiva sobre família, parentalidade e forma de cuidado que estejam submetidas e engaioladas aos modelos cisheteronormativos e patriarcais, uma vez que existem formas variadas de ser e existir no mundo. Assim, é prudente que haja Políticas Públicas que visibilizem pessoas trans como passíveis de exercer a parentalidade, que considerem o exercício de forma sadia, tendo o afeto como ponto principal e central. Importante evidenciar o que os autores expressam frente às diversas formas de concepção e apropriação da parentalidade tais quais “a reprodução assistida com o congelamento prévio de embriões, a barriga de aluguel, a adoção e até mesmo a reprodução ‘natural’” (p. 175). Sobre essa última possibilidade apontada, chamo atenção que deve ser uma opção tão considerável quanto qualquer outra via de exercício parental, extrapolando a noção de excentricidade que paira sobre esta vivência e enfocando sobre as reais necessidades de amparo às demandas das transmasculinidades gestantes e à assistência eficaz de parcela importante da população.

5 PROCESSOS METODOLÓGICOS

Os processos de evidenciar as etapas de uma pesquisa aparentam uma falsa ideia de linearidade, uma vez que, estando organizadas em etapas e capítulos pedagogicamente e estruturalmente planejados, disfarçam o jogo complexo e desafiador que é encaixar coerentemente as diversas possibilidades e decisões que nos cabem como pessoas pesquisadoras no fazer científico. Posso afirmar que cada produção tem seus argumentos, organizações, vocabulários, processos de escolhas – nem sempre simples e fáceis -, sobre os quais nos aportamos ao desenvolvimento da escrita.

Jorge Lyra (2008), em sua tese “Homens, feminismo e direitos reprodutivos no Brasil: uma análise de gênero no campo das políticas públicas (2003-2006)”, propõe a metáfora da dança em detrimento de uma marcha, parafraseando Edna Granja (2008), ao retratar essa falaciosa sequencialidade objetiva na construção de um produto dissertativo. Sobre isto, coloca em evidencia, a partir da perspectiva da autora, que o “passo-a-passo” se encontra passível de modificações durante todo o processo, consolidando-se ao término do mesmo.

À minha vivência, trago a imagem de um circuito de cordas bambas, não por suas caminhadas retilíneas de um ponto ao outro sobre uma fina linha, mas a constante busca por escolhas que mantenham o mínimo de equilíbrio e coerência com as necessidades apontadas por nossos objetivos e dados que acessamos sobre o problema de pesquisa a ser refletido (LYRA, 2008). Hora pendendo para um aspecto que tenha mais necessidade de ser explorado no momento, seguido de outro ponto a ser desenvolvido, na busca de um eixo argumentativo central que permita uma caminhada minimamente segura até o próximo ponto a ser considerado.

Assim, os apontamentos desse capítulo apresentam o panorama dessa trajetória de escolhas, e, portanto, descobertas, de um processo de construção entrelaçado por idas, vindas, retornos, passos de tamanhos diversos, enxertos e retiradas ao forjar um instrumento que permita compreender quais repertórios linguísticos são utilizados sobre paternidade e cuidado por um homem trans que gestou sua filha.

5.1 Concepções teórico metodológicas: o binóculo do construcionismo social

A perspectiva teórico-metodológica escolhida para efetivação dessa pesquisa parte de uma abordagem qualitativa, sendo esta enfocada nos dados dos processos e na descrição e explicação das análises, assim como a centralidade do/a pesquisador/a na construção dessas

análises, como desenvolve Jorge Lyra (2008). Seguindo por esta linha, o autor aponta, baseando-se em Spink e Lima (1999), ter como rigor metodológico a centralidade da concepção da visibilidade dos argumentos que sustentarão as tomadas de decisões para um diálogo possível, partindo dos resultados encontrados, entre os demais pesquisadores do tema, além da apresentação das estratégias utilizadas. Importante evidenciar que as noções de replicabilidade esperadas por uma ciência positivista se fazem impossíveis e incoerentes nesta área, pela própria natureza do processo de efetivação da pesquisa (LYRA, 2008).

Como referencial metodológico utilizamos na pesquisa aqui proposta as ideias de repertórios linguísticos à luz do Construcionismo Social. Nessa perspectiva, entende-se que os fenômenos da vida cotidiana são construções sociais e, também, produtos do contexto ao qual estão inseridos, sendo tanto sujeito como objeto resultados de construções sócio-históricas e passíveis de problematizações. Nesse ponto de vista, percebe-se que as formas utilizadas para descrever, explicar, vivenciar o mundo são construções humanas e “produtos de nossas convenções, práticas e peculiaridades” como desenvolvido em Mary Jane Spink (2013, p. 15).

O Construcionismo Social enfoca os processos de interação no cotidiano e como estes interferem nas produções de sentido dos indivíduos na sociedade, percebendo a importância da linguagem como protagonista. Tal conceito caracteriza-se como sendo uma produção social interativa em que são construídas possibilidades de compreender e lidar com as situações sociais, sendo “um fenômeno sociolinguístico” (p. 22), como desenvolvem Mary Jane Spink e Benedito Medrado (2013).

De acordo com Lenise Borges (2008), em sua tese “Repertórios sobre lesbianidade na novela Senhora do Destino: possibilidade de legitimação e transgressão”, os processos linguísticos se caracterizariam como uma das mais eficazes e expressivas formas de construção do mundo, sendo parte de uma dinamicidade e negociação de sentidos cotidianas e institucionalizadas por meio de pilares que as sustentam e legitimam. Assim, não estariam derivadas de processos internos e individuais, mas compartilhadas no cotidiano, referindo-se às práticas sociais como corriqueiras nas práticas de conversação.

A autora defende que a perspectiva do Construcionismo pode abarcar uma heterogeneidade de ideias e compromissos. Ademais, tem uma ênfase na interdisciplinaridade nas quais suas reflexões propostas estariam a favor de uma percepção que considera os entendimentos do que são considerados “objetos de pesquisa” como não naturais e sim construções. Aponta que o Construcionismo estaria muito mais próximo de um “Movimento”, uma vez que este termo “ajuda a entender tanto a diversidade, a heterogeneidade e as tensões evocadas numa análise construcionista, quanto os aspectos dinâmicos, descontínuos, híbridos

e abertos anovas configurações” (BORGES, 2008, p. 8). Transcorre que suas contribuições à Psicologia Social funcionam como respostas a compreensões essencialistas e de uma estabilidade do indivíduo, o que tem evocado redefinições de conceitos como self, identidade, sexualidade, dentre outros.

Essa abordagem, para Lenise Borges (2008), tem proposto uma reavaliação crítica do campo de conhecimento da Psicologia, assim como a problematização e reconstrução de noções basilares da mesma. Outro aspecto importante que se encontra no hall de preocupações construcionistas refere-se aos efeitos das pesquisas e produção científica na vida cotidiana das pessoas, assim como suas legitimidades que estão relacionadas aos espaços sobre aqueles que produzem conceitos e definições no mundo. Diferencia a pesquisa de base construcionista de outras que tem a linguagem como ponto de partida pela concepção de esta se caracterizar como forma de ação no mundo e não apenas ferramenta para a exposição de ideias e posicionamentos.

Tiago Corrêa (2020) faz uma relevante relação entre o Construcionismo Social e a compreensão de conhecimento situado de Donna Haraway, ao historicizar os estudos e estratégias metodológicas sobre narrativas do qual se utiliza em sua pesquisa.

O autor sinaliza o surgimento dessa perspectiva em resposta ao formato de entendimento da linguagem como sendo puramente um sistema de signos e símbolos para uma prática social, dinâmica e coletiva no cotidiano. Refere que se diferencia partindo de uma compreensão de que narrativas extrapolam o cognitivo individual, funcionando como um dispositivo em que “as narrativas produzidas no cotidiano emergem de contextos de possibilidade dos processos relacionais e dialógicos, não cabendo se apelar à noção de individualidade, mas a uma compreensão incompleta e parcial do sujeito.” (CORRÊA, 2020, p. 74).

Não se intenta aqui o trabalho direto sobre narrativas, tampouco sua utilização como estratégia metodológica, visto que não se faz condizente com os conteúdos encontrados. Contudo a elucidação proposta pelo autor se faz potente quando este sinaliza a correlação entre a contextualização do conhecimento situado e as práticas linguísticas, pontos convergentes importantes aos estudos de base Construcionista.

Partindo desse entendimento, percebe-se as práticas discursivas como sendo produções de sentidos através da linguagem em uso, com o foco de interesse no papel da linguagem nos processos interativos no campo social, ou seja, como prática social (BORGES, 2008; SPINK, 2010), entendida em um contexto sócio-histórico específico. Spink e Medrado (2013) decorrem sobre este conceito como sendo “linguagem em ação, ou seja, as maneiras a partir

das quais as pessoas produzem sentidos e se posicionam em relações sociais cotidianas” (p. 26). Assim entende-se as práticas discursivas como sendo foco principal das produções de sentidos, partindo-se do pressuposto de que os conteúdos estariam em processos de associação em formas que dependem de contextos, caracterizando-se como sendo de uma fluidez de sentidos (SPINK, 2010).

Como elementos que constituem e compõem as práticas discursivas, compreende-se a dinâmica, as formas/*speech genres* e os conteúdos que são os repertórios linguísticos (SPINK, 2010). Este último aspecto de maior enfoque nesta produção caracteriza-se como sendo uma ferramenta metodológica pertinente nos estudos e pesquisas com foco no entendimento de produção de sentidos, jogos de poder, história de determinados conceitos ou temas etc. (SPINK, 2014). Tal instrumento conceitua-se, de acordo com Mary Jane Spink (2014), como sendo algo

“[...] que se trata de circulação de unidades de construção das práticas discursivas: os termos, as descrições, os lugares comuns e as figuras de linguagem que demarcam o rol de possibilidades da produção de sentidos” (p. 231).

Assim, estariam relacionados a esse movimento de conteúdos. A autora também complementa que essas estruturas são compartilhadas na sociedade de formas variadas e são aprendidas ao longo do processo de desenvolvimento e aprendizagem da própria linguagem por meios diversos tais quais expressões artísticas e relações cotidianas. Assim, não há um aprendizado formal dos repertórios e sim uma ampla e diversa possibilidade de conteúdos e usos (SPINK, 2010). Para Benedito Medrado (1998), em “Das representações aos repertórios: uma abordagem construcionista”, os repertórios objetivariam a compreensão de como estão organizados os fenômenos de cunho psicossocial como crenças e comportamentos, tendo em sua forma originária a utilização das análises dos discursos científicos, sendo estes também dinâmicos, polissêmicos e frutos de um contexto sócio-histórico em sua produção.

Dessa forma, tais definições entendem repertórios linguísticos como sendo fundamentais à compreensão e percepção das diferentes versões da realidade que são produzidas levando em consideração os posicionamentos do pesquisador (a), interlocutores/as e suas repercussões (SPINK, 2010), sendo estruturas disponíveis às pessoas e sendo utilizadas considerando as diversas possibilidades de filiações (MEDRADO, 1998).

Os estudos com os repertórios têm como possíveis objetivos a identificação das diversas formas de se falar sobre determinada temática, a compreensão como estes auxiliam a construção de distintas versões da realidade e o entendimento dos diferentes posicionamentos

presentes em um tema e suas controvérsias através dos conteúdos das falas especificamente, enfocando muito mais reflexões sobre o uso da linguagem do que as normas e regras propriamente ditas (MEDRADO, 1998; SPINK, 2014).

Nessa perspectiva, entende-se que quem fala o faz de um lugar refletindo seu processo singular de socialização ocorrido em uma determinada sociedade. Nessa óptica, trazemos a noção de Gêneros de Fala desenvolvida por Spink (2010) através de reflexões Bakhtinianas que se refere às formas compartilhadas de fala que permitem a comunicação entre os indivíduos. Tal noção abarca a concepção de expressividade sendo esta relativa à expressão própria de uma cultura específica. Os Gêneros de Fala podem ser primários - habituais e cotidianos -, ou secundários, sendo estes mais complexos, que incluem as produções cinematográficas e audiovisuais, comentários, textos científicos etc. (SPINK, 2010).

A partir do entendimento de fluidez dos repertórios diretamente relacionados aos Gêneros de Fala, sendo estes englobados pela noção das práticas discursivas, se faz possível “entender as múltiplas maneiras de falar sobre um tema e as tradições discursivas que lhes deram origem” (SPINK, 2014, p. 231), possibilitando o entendimento de como algumas realidades são produzidas e servindo de base às análises aqui propostas.

5.2 O campo e suas concepções: “campo-tema” como vínculo

Em suas compreensões sobre pesquisa qualitativa, Maria Cecília de Souza Minayo (2012), em “Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade”, defende o fazer ciência como um labor simultâneo entre teoria, método e técnicas. Sobre isto, compreendo que a autora propõe um entendimento não apenas processual da pesquisa em que etapas são concluídas para que outras se iniciem, mas a concomitância com que todos esses aspectos acontecem com a potência de serem retomados e ressignificados no próprio curso da execução.

Em congruência com essa reflexão, proponho aqui uma pesquisa que compreenda a noção de campo de forma a considerar essa multiplicidade e atravessamentos contingenciais no exercício da pesquisa como realizado dentro da perspectiva da Psicologia Social. Para tanto, evoco a noção de Campo-Tema proposta por Peter Spink (2003), no qual o autor propõe que o campo não seria um local específico no qual quem pesquisa adentra de forma neutra para fazer seus estudos como propunha, os pensamentos pré-construcionistas, mas uma situação que considera sua materialidade e concretude como lugar e seus aspectos sociais, considerando o processo dos temas situados.

Assim, percebe-se um novo prisma que considera o ponto de partida da pesquisa como um caminho que se inicia sem a nitidez de como ou onde se chegará (SPINK, 2003). O autor defende que adentramos no campo a partir do momento no qual definimos o tema sobre o qual pesquisamos, não nos sendo possível adentrar no campo ou ir ao campo e sim continuar nele, uma vez que já nos localizamos no mesmo por estarmos no tema. Sobre isso reforça que

O campo para a Psicologia Social, para repetir, começa quando nós nos vinculamos à temática...o resto é a trajetória que segue esta opção inicial; os argumentos que a tornam disciplinarmente válida e os acontecimentos que podem alterar a trajetória e re-posicionar o campo-tema (SPINK, 2003, p.30).

Entendo tal afirmação como também parte do campo-tema o olhar atento de toda e qualquer chama que desperte a atenção de quem pesquisa sobre o assunto a ser debatido. Não seria algo a ser olhado de fora em uma posição de admiração ou distanciamento, mas algo que “fazemos parte desde o primeiro momento em que dissemos, ‘estou trabalhando com...’” (SPINK, 2003, p.36). Assim, o campo-tema estaria muito mais próximo de uma ideia de método do que um lugar propriamente dito, sendo esse, em linhas objetivas, a própria descrição a partir de questões de “como”, “onde” e “o que”.

Spink (2003) refere que ao conversar, questionar e debater sobre o assunto nos formamos como parte deste campo assim como parte do processo e de seus eventos temporais incluídos, sendo o “nós” uma composição de pessoas presentes e ausentes individual ou coletivamente. Esse aspecto remete à compreensão da Psicologia Social que considera que o passado se encontra no presente através de sua contribuição em múltiplos textos e polissemias que o compõem em muitas falas e tempos distintos, sejam homogêneas, heterogêneas, consensuais ou conflitivas.

O autor explana ainda que o que compreendo ser um “espaço de pesquisa” se caracteriza como sendo uma complexa rede de sentidos que se conectam em um espaço criado, mas que não necessariamente de forma voluntária. Na verdade, é um espaço muito mais de negociação – considerando a multidirecionalidade destas - e debates do que uma mera escolha de quem pesquisa, a partir de argumentações e compreensões de contingências de lugares e tempos. Sobre os processos de arguições refere que, como rede, estaria relacionado a um emaranhado de causalidades intersubjetivas que em uma confluência de vozes, lugares, momentos distintos e aspectos outros pode se caracterizar como sendo conflituoso e tumultuado de parcialidades e materialidades (SPINK, 2003).

Dessa forma o campo seria justamente esse argumento no qual nos inserimos em que tanto se propõe a relevância do campo-tema quanto se anuncia o posicionamento de quem pesquisa, envolvendo também uma convicção moral, e complemento ética, de que como presentes no fazer da Psicologia Social nos localizamos no campo-tema/questão porque pensamos que podemos ser úteis.

5.3 Aprofundando no campo: mergulho nas redes

Para Spink (2003) a internet, assim como documentos e artefatos diversos, são também partes de um campo com possibilidades de aumentar a nossa capacidade de diálogos. Para Elis Siqueira (2020), por exemplo, nas plataformas digitais são potentes as formações de infinitas conexões, sendo também lugar de transcendência do próprio espaço e estratégia de quebra de silenciamentos, funcionando também como dispositivos de linguagem construindo um ambiente próprio para além deles, como evidenciam Ronaldo Henn, Felipe Machado e Christian Gonzatti (2019) em “Todos nascemos nus e o resto é drag: performatividade dos corpos construídos em sites de redes sociais”.

Em entrevista com Bruno Campanella, publicada na revista MATRIZES da Universidade de São Paulo (USP), Christine Hine, professora titular do Departamento de Sociologia da University of Surrey, no Reino Unido, faz interessantes considerações acerca das novas estruturas de comunicação do meio digital. A estudiosa expõe que

“as conexões múltiplas e imprecisas entre on-line e off-line, e as diversas estruturas de produção e significado que usamos para construir sentido do que acontece on-line, com frequência nos levam a noções de campo móveis, conectivas e multiespaciais” (CAMPANELLA, 2015, p. 170).

Em consonância com essa visão, José Gomes de Oliveira Neto (2021), em sua dissertação “Onde há viado não há sossego, prefiro os machos: construindo sentidos sobre masculinidades e hetero(homo)normatividade junto a usuários de app de pegação”, evidencia a possibilidade de uma reformulação nos meios analógicos e digitais que “borra” (p. 44) as fronteiras do que estaria sendo vivenciado no online ou offline.

O autor defende “que as relações digitais sintetizam uma transformação que imbrica o tecnológico e o social” (p. 44), sendo o termo “digital” um espaço interativo que se encontra vinculado às relações desenvolvidas fora dele. Também defende o termo “digital” em

detrimento do “virtual”, uma vez que o primeiro se contrapõe às noções de virtualidade que se relacionam ao jogo do que é atual ou virtual e propõe, a partir das reflexões sociológicas de Richard Miskolci (2017), a característica contemporânea dos meios digitais que media as relações e comunicações através da tecnologia e equipamentos tais quais os computadores e smartphones – em oposição ao que é analógico.

A partir dessa ideia, entende-se a flexibilização do campo digital quanto aos espaços de interação entre os indivíduos e como a concepção deste “universo online” não deve ser necessariamente separada do “universo off-line” como coloca Noveli (2011), ao considerar que o mundo real e o mundo virtual forma um “*continuum*” de uma mesma realidade. Sobre isto, Fábio Morelli e Bruno Pereira (2018) desenvolvem como uma possibilidade de caminho à conceituação de “mídias digitais” a imbricação destas em nossa vivência diária de forma natural desde o toque de um despertador até a definição de rotas de caminhos geográficos, agenda pessoal, dentre outros. Assim, o pesquisador precisa desenvolver técnicas que possam analisá-lo, sendo que estas precisam considerar as mudanças nos contextos sociais ao longo do tempo, sendo um desses aspectos o tecnológico e eletrônico (NOVELI, 2011).

Silva (2015), em seu artigo sobre o livro “Netnografia: Realizando pesquisa etnográfica online” do autor Robert Kozinets, evidencia o posicionamento do mesmo que compreende o impacto que a internet proporcionou na sociedade modificando a realidade de ser um membro desta assim como os modos de consumo da mesma. Pressupõe-se que a interação nos espaços virtuais influencia diretamente o comportamento fora deles (NOVELI, 2010), ratificando a incoerência em tentar dissociar “virtual” e “real” e considerando que os produtos, advindos da internet, em redes sociais, são artefatos culturais.

O meio através do qual se deu a interação com o que servirá de base às reflexões dessa dissertação está no meio das mídias digitais, em especial o aplicativo de compartilhamento de imagens Instagram²⁶ a partir do qual se propõe a análise de lives sobre experiências de vivências de paternidade a partir de uma gestação transmasculina.

De acordo com Neves et al (2021), em sua pesquisa sobre a utilização de lives como ferramenta de educação em saúde durante a pandemia pela COVID-19, essa ferramenta tem se caracterizado como um fenômeno amplamente utilizado especialmente com o advento da pandemia e a necessidade do distanciamento social iniciado em março de 2020. O artigo expõe que o presente contexto vivenciado em nível mundial tem exprimido necessidades de mudanças e atualizações de vários padrões e formas de funcionamento da sociedade, nos

²⁶ Aplicativo de compartilhamento de conteúdos audiovisuais <<https://about.instagram.com/pt-br/>>

quais se inserem os modos de comunicação através das redes sociais. Assim, compreende-se que são vivenciadas como estratégias emergenciais de modo à adaptação ao isolamento social em substituição ao que era realizado de forma presencial.

Ludmila Lupinacci (2020) explicita a complexidade do fenômeno ao atingir as noções de “estar no mundo” sendo mediada pelas tecnologias comunicativas em um processo de ressignificação do que é considerado estar “ao vivo” em um contexto que mescla o que é privado e público de forma simultânea. A autora menciona que, no atual momento, o entendimento compartilhado mais popularizado é a ideia de transmissão de conteúdo audiovisual de forma instantânea, herança do histórico televisivo, e sendo por meio das telas o acesso direto aos eventos de maior relevância e seus acontecimentos.

Acreditamos que a escolha desse formato se faz condizente ao contexto no qual nos encontramos uma vez que a compreensão de uma produção de conhecimentos que considere as contingências sociais se faz coerente com a perspectiva de produção científica da qual parte a pesquisadora e suas escolhas teórico-metodológicas. Assim, compreendemos que novas possibilidades e fenômenos se fazem presentes e devem ser considerados como possibilidades de estudos, uma vez que tem se caracterizado também como formas de vivenciar o cotidiano.

Figura 2: Post de divulgação da Live veiculada pelo Fórum LGBT de Pernambuco



Fonte: <https://www.instagram.com/p/CDceAUPnwBo/>, acesso em 03/08/2020

Figura 3: Post de divulgação da Live veiculada pelo Coletivo Mangueiras



Fonte: <https://www.instagram.com/p/CMQdOJagdav/>, acesso em 10/03/2021

5.4 Processos metodológicos: ferramentas e estratégias possíveis

No processo de execução foram acessadas duas *Lives* sobre a temática nas quais um homem trans gestante, e posteriormente pai em exercício, transcorre sobre suas vivências e processos relativos à gravidez, nascimento, puerpério e experiências com a paternidade. Tais materiais se encontram salvos e disponíveis às visualizações em Instagrams institucionais abertos do Fórum LGBT de Pernambuco²⁷ e do Coletivo Mangueiras²⁸. A escolha por ambos eventos virtuais²⁹ se deu a partir do acesso da pesquisadora à rede social mencionada e a visualização dos posts de divulgação sobre as temáticas a serem dialogadas, como evidenciam as imagens veiculadas aos referidos fins.

²⁷ “Uma articulação política dos movimentos sociais que atua na defesa dos direitos humanos, que reúne a sociedade civil organizada e ativistas independentes, sem distinções de orientação sexual, gênero, identidade de gênero, religiosas, classes, étnico-raciais, ideológicas, geracionais ou partidária”. Disponível em: <<http://flgbtpe.blogspot.com/p/quem-somos.html>>.

²⁸ “Coletivo autônomo de jovens feministas que lutam por Direitos Sexuais e Reprodutivos em uma perspectiva integral e interseccional a partir do reconhecimento da diversidade” Disponível em: <<http://coletivomangueiras.org/>>

²⁹ Para maiores informações consulte o aplicativo: <<https://www.instagram.com/p/CDceAUPnwBo/>>live com o Fórum LGBT 03/08/2020; Para maiores informações consulte o aplicativo: <<https://www.instagram.com/p/CMQdOJagdav/>> live com o Coletivo Mangueiras 10/03/2021

Importante salientar que apesar de temas afins, cada meio de veiculação aqui assinalado contextualiza um cenário específico diante das frentes de militância e enfoques específicos de cada instituição aqui mencionada. Essa consideração se faz coesa com as compreensões de Práticas Discursivas e repertórios linguísticos aqui utilizados no qual o contexto da produção da fala é também considerado como aspecto importante do discurso, compreendendo que as pessoas têm inúmeras possibilidades de expressão a depender do interlocutor, o que foi falado, os meios de comunicação utilizados, etc. (SPINK, 2010), sob os quais os repertórios estão inseridos ocupando papel fundamental de evidência (BORGES, 2008).

As informações trazidas nas lives foram tratadas primordialmente como materiais de áudio, sendo privilegiadas as comunicações verbais e conversas entre os participantes ativos. Ao conceituar dessa forma os autores das interlocuções viabilizadas de forma audiovisual, chamo a atenção da coparticipação de todos que se fizeram presentes em tempo real, por meio de reações, comentários e questionamentos através do chat (formas de participações nessa modalidade virtual), incluindo a própria pesquisadora que se fez presente no momento exato da transmissão.

Sobre a minha participação, não houve qualquer forma de interatividade que ultrapassasse a observação do evento. Tal decisão se pautou em estar em um lugar de maior atenção aos processos e repercussões das dinâmicas ali vivenciadas, contudo compreendemos que a presença da mesma durante a ocorrência do fenômeno caracteriza-se como sendo também de co-autoria daquela interação, uma vez que havia a possibilidade de participação mais direta no fenômeno em curso.

A posteriori, os áudios da transmissão foram transcritos integralmente em um processo de construção de uma única narrativa de forma às próprias explicações servirem de complemento em uma “costura” dos relatos. Essa possibilidade se deu através de uma semelhança nos conteúdos trazidos em ambas as *lives* nas quais se fizeram presentes reflexões e questionamentos que evocaram posicionamentos de Apollo convergentes às temáticas retratadas.

No processo de maior aproximação dos dados e conteúdos disponíveis foram realizadas diversas leituras de forma a definir os aspectos de maior evidência e relevância, considerando não apenas aspectos de grande relevância social, mas as repetições de temas e tópicos retratados através das falas e narrativas de Apollo. A posteriori, foi utilizado o método de triangulação de pesquisadores, que de acordo com Jorge Lyra (2008) se caracteriza como o envolvimento de outros pesquisadores com o olhar direcionado às mesmas informações,

possibilitando uma ampliação e riqueza no processo de análise. O autor evidencia que tal estratégia proporciona uma densidade plural ao material a ser analisado. Assim, o texto transcrito foi enviado a três outros pesquisadores³⁰ que lançaram suas perspectivas sobre os assuntos trazidos naquela então narrativa textual, servindo essa colaboração à estruturação do que chamei de três momentos que a narrativa explicita tendo dois eixos de análise cada um, totalizando seis tópicos principais de reflexões e interpretações.

De forma a estruturar esses materiais, foi criado um quadro à sistematização das informações, diferenciando os três momentos mencionados, os seis eixos analíticos, e os trechos referentes a cada eixo. A partir desse mapeamento e organização dos principais pilares definidos ao processo de análise, foi iniciada a construção do texto propriamente dito. Importante evidenciar que foram agrupadas as informações com maior frequência nos eixos de análise, o que viabilizou a percepção das temáticas mais desenvolvidas, repertórios utilizados, linearidade e correlação entre os temas e as formas de expressar aspectos de cada assunto. Sobre esse formato de estruturação, as três demarcações, que nomeio como momentos, dizem respeito a espaços de tempo sobre os quais Apollo, como personalidade protagonista da discussão nos materiais acessados, transcorre sobre suas vivências.

O primeiro, GESTAÇÃO, relaciona-se às situações que dizem respeito à gestação, preparação da mesma, parto e cuidados em saúde em uma gravidez transmasculina. Este tem como tópicos reflexões sobre a) o ser gestante como pessoa transmasculina, nos quais são desenvolvidos pontos relativos à escassez de informações; o não lugar da gravidez do homem trans institucionalmente; relação da gestação e saúde da mulher cis; hormonioterapia; apropriação de conceitos médicos; estratégias para lidar com a transfobia; corpo público e a fetichização do corpo transmasculino gestante; e b) A atenção em saúde que conta com inquietações relativas à Transfobia institucional (Silenciamento dos conhecimentos da pessoa trans gestante sobre si e apropriação de conceitos médicos como necessidade de defesa); rede e atendimento de acompanhamento em saúde na gestação; protocolos e hiperêmese; SUS e cisheteronormatividade e parto.

O segundo momento, O PÓS NASCIMENTO, refere-se ao pós parto imediato e aspectos que dialogam com a paternidade em exercício após o nascimento da criança, e tem como sinalizações a questão da Transfobia Institucional e o Puerpério e o exercício da paternidade. Sobre o primeiro, apontamentos foram realizados no que tangem a transfobia estrutural, documentações (demandas jurídicas, burocráticas e políticas) e articulação política

³⁰Juliana Keila Silva, Wellington Albuquerque e Anny Souza, todos integrantes do Núcleo Feminista de Gênero e Masculinidades (GEMA).

com profissionais de saúde implicados com a garantia dos direitos das pessoas trans. Sobre o segundo, os sentidos sobre amamentação (e violências), rede de apoio em contexto pandêmico; a companheira e mãe de sua filha; isolamento social e autoproteção; Paternidade, futuro e educação coletiva.

O terceiro, O “BERÇO SOCIAL”, traz reflexões de um cenário o qual (não) acolhe o pai trans e o contexto familiar no qual esta se encontra inserida em sua vivência como um todo. Neste são propostas reflexões sobre a militância e organização política e Transmasculinidades e Transpaternidades sobre as quais são pensadas questões referentes à organização política e rede de solidariedade dos homens trans; movimentos feminista e LGBTQIA+; a invisibilização nas políticas identitárias da saúde e contribuição de homens trans pais para o campo da construção das masculinidades e paternidades; maternidade/paternidade e lógica binária; corporalidade e vivência individual como político, respectivamente.

Esses três pilares, pontos de partida das reflexões possibilitadas pelo material ao qual se teve contato, têm como eixos de análise pontos que elaboram aspectos que compuseram a experiência de Apollo, considerando seus processos como homem trans gestante, puérpero e militante.

Importante também evidenciar os aspectos éticos considerados durante todo o processo de execução da pesquisa, levados em conta desde a escolha do tema, referências teóricas, epistemológicas e metodológicas, formato de produção, (co)produção das reflexões, a lida com o discurso trabalhado e finalmente a escrita das interpretações aqui propostas. Inicialmente, se faz necessário trazer os aspectos pragmáticos de pesquisas com produtos de comunicação, os quais se caracterizam como sendo viáveis a partir de uma publicização das próprias narrativas em um contexto de compartilhamento público a partir do qual o discurso produzido servirá de matéria prima às reflexões e interpretações possíveis e propostas. Também se faz imprescindível trazer o aspecto de convergência dentro de uma prática do fazer pesquisa que considera o posicionamento de quem executa essa ação e propõe olhares sobre fenômenos científicos.

O aspecto ético-político tem significativa relevância ao nos propormos a uma produção científica que considere as contingências sócio-histórico-políticas sob as quais são produzidas. Além do aspecto macro, no qual considero o contexto e o momento no qual se faz existente a produção científica, se faz de extrema importância a consideração de quem propõe as reflexões e quais os pontos de partida teórico e epistemológicos nos quais se baseia quem se dispõe a uma (co)autoria.

Assim, entendendo que o conhecimento é produzido e construído no diálogo entre o saber prévio do pesquisador e o fazer pesquisa e a ação investigativa, se fez possível o presente trabalho considerando as discussões sobre implicação e reflexividade (ROCHA, 2006). Esta definição, que se relaciona com uma visão crítica da ação de se fazer pesquisa ao questionar a unicidade dessa ação, por exemplo, se faz de extrema importância para a perspectiva construcionista, uma vez que esta considera os processos e desenvolvimento do conhecimento como socialmente criados (SPINK, 2010). Compreendendo que a referência possível se faz a partir da própria experiência, percebe-se a possibilidade de objetificar a subjetividade do próprio pesquisador em

não mais numa relação dialética de mútua interferência, mas a partir de uma perspectiva na qual já não se trata da melhor forma de apreender sujeito e objeto, mas de como acompanhar processos de subjetivação que se objetificam e corporificam não necessariamente em sujeitos individuados (PAULON, 2005, p. 22).

Também se faz possível, através de uma criticidade possibilitada pela ideia de reflexividade, colocar em questionamento e análise a própria “instituição pesquisa”, assim como a posição do próprio pesquisador como considera Simone Paulon (2005). Concordamos com Benedito Medrado (1998) quando este critica as abordagens que “desumanizam” a ciência e o fazer científico “como se esta tivesse um corpo de conhecimentos, que independe de quem o produz e da cultura onde ele é engendrado” (p. 91).

Também defendo como eticamente coerente ao processo reflexões sobre “lugar de fala”, propostos por Djamila Ribeiro (2019), que em suas argumentações acerca dos discursos e as relações de poder, baseadas nas compreensões foucaultianas, remonta aos aspectos estruturais de poder e controle nos grupos sociais. A autora critica o esvaziamento do termo que se difundiu, especialmente nas redes sociais, considerando a restrição ou permissão de determinados corpos a falar sobre assuntos específicos em posicionamentos como “fique quieto, esse não é o seu lugar de fala” (p. 55), como exemplifica a mesma.

A filósofa densifica a reflexão com uma rica e robusta conversa entre potentes autoras feministas negras e em um de seus argumentos reifica a fala como a possibilidade de existência e não apenas uma emissão de palavras. Em uma relação muito maior com o locus social, ou seja, as condições sociais compartilhadas por indivíduos que permitem que certos grupos tenham direito à condição de humanidade ou não, e, portanto, estejam em lugares de

privilégios e acessos ou em condições de subalternidade e privações. Sobre isto traz reflexões propostas por Patrícia Hill Collins sobre os chamados pontos de partida feministas sobre os quais

não estamos falando de experiências de indivíduos necessariamente, mas das condições sociais que permitem ou não que esses grupos acessem lugares de cidadania. Seria principalmente um debate estrutural. Não se trataria de afirmar as experiências individuais, mas de entender como o lugar social ocupado por certos grupos restringe oportunidades (RIBEIRO, 2019, p. 60).

Isso posto, a autora reforça os lugares dos grupos nas relações de poder e as hierarquias entre os mesmos o que “absolutamente não tem a ver com uma visão essencialista de que somente o negro pode falar de racismo, por exemplo” (p. 64). No entanto, é incontestável que o fato de pessoas ocuparem a mesma localização social, acabam por compartilhar experiências nessas relações hierárquicas, sendo estas o enfoque de uma análise desta natureza.

Esse ponto também perpassa questionamentos sobre os espaços de legitimidade e sobre o que se pode e se é autorizado a falar considerando os aspectos coloniais sob os quais a nossa sociedade está organizada e estruturada. Sobre isto, a autora problematiza as concepções de que os grupos oprimidos possam apenas se posicionar a partir dos discursos dominantes e não serem capazes de pensar sobre suas próprias condições de opressão sob as quais estão submetidos. Ademais, coloca em questionamento o lugar de relevância e consideração do conhecimento e propagação do mesmo em espaços que extrapolem os lugares da “experiência”, exemplificado na provocação que aponta “quando existe um espaço para falar, por exemplo, para uma travesti negra, é permitido que ela fale sobre Economia, astrofísica, ou só é permitido que fale sobre temas referentes ao fato de ser uma travesti negra?” (RIBEIRO, 2019, p.77).

Entendo que ao transcorrer sobre esses tópicos, a autora evidencia o caráter de autorização e permissividade que construímos como humanidade pautando o lugar do que se instituiu como subalternidade, assim como o “não lugar” dos grupos privilegiados, o que compreendo como sendo uma perspectiva de modelo/referência, o correto em detrimento do desviando/diferente.

Sobre este último, Djamila Ribeiro (2019) define que todos os indivíduos possuem lugares de fala, pois este conceito diz respeito à localização social, assim, ambos os grupos podem (e devem) transcorrer sobre os diversos temas e questões. Contudo, compreendendo que estarão se posicionando de lugares socialmente distintos. Afirma ainda a

responsabilidade e necessidade de os indivíduos nas hierarquias construídas como superiores a partir desse lugar e os impactos na constituição dos grupos subalternizado. Sobre isto menciona que

por mais que pessoas pertencentes a grupos privilegiados sejam conscientes e combatam arduamente as opressões, elas não deixarão de ser beneficiadas, estruturalmente falando, pelas opressões que infligem a outros grupos. O que estamos questionando é a legitimidade que é conferida a quem pertence ao grupo localizado no poder (p.68).

Optou-se nessa produção pela valorização do termo “construção com”, e não sobre o que comumente se considera o “objeto de estudo”, expressão pouco simpatizada tanto por mim como pesquisadora, quanto pelas reflexões propostas pelas epistemologias aqui utilizadas. Mesmo não havendo uma participação direta com o autor das falas sobre as quais foram debruçadas às reflexões, foi com o seu discurso que atuei conjuntamente, assim como com os diálogos com as produções aqui utilizadas e suas respectivas autorias.

Compreendemos que esta ideia refuta a compreensão positivista e colonialista que propõe que o conhecimento sobre os corpos e subjetividades desconsiderem o próprio saber dos interlocutores, assim como a produção de uma verdade única e irrefutável. Assim, a próxima etapa das reflexões aqui propostas considera uma possibilidade interpretativa de uma narrativa compartilhada em contexto de *live* sobre a experiência de um homem trans pai que gestou sua filha.

6 PRODUZINDO REFLEXÕES

Para o que convencionalmente chamamos de análise de dados, proponho reflexões que considero importantes tendo como aporte os entendimentos de Peter Spink (2003) sobre produção científica. O autor defende a não utilização do termo “dados” uma vez que não são estruturas independentes a serem interpretadas. Refere que transformar a ação, o agir de outrem em “dados” objetivos, seria um processo de desqualificação de sua presença e redução ao que relacionou a uma mercadoria de mais ou menos valia acadêmica. Assim, proponho a utilização de uma compreensão que se aproxima de possibilidades interpretativas que estão muito mais próximas de questionamentos e ampliações de verdades (compreendendo uma perspectiva plural na concepção de verdades), do que propriamente uma definição única e restritiva.

A este processo proponho três demarcações, os quais nomeio como momentos à experiência de Apollo, como personalidade pública protagonista da discussão nos materiais acessados: 1) relaciona-se às situações que dizem respeito à gestação, preparação da mesma, parto e cuidados em saúde em uma gravidez transmasculina; 2) a segunda o pós parto imediato e aspectos referentes à paternidade em exercício após o nascimento da criança; 3) a terceira com reflexões de um cenário o qual (não) acolhe o pai trans e o contexto familiar no qual está inserida a vivência como um todo, o que chamo de “Berço Social”. Esses três pilares, pontos de partida das reflexões possibilitadas pelo material ao qual se teve contato, têm como eixos de análise pontos que elaboram aspectos que compuseram a experiência de Apollo, considerando seus processos como homem trans gestante, puérpero e militante.

De início, julgo relevante uma apresentação prévia sobre o autor do texto-interlocutor nesse processo de reflexão, em uma proposta de caracterizar o corpo no mundo e a voz que propõe o rol de proposições aqui presentes. Assim, me utilizo de suas próprias palavras em sua fala ao Coletivo Mangueiras:

Então... Eu sou Apollo, Apollo Arantes. Eu sou militante LGBT pelo Movimento Leões do Norte, já estive organizado no MOVIHT, Movimento Independente de Homens Trans e Transmasculinidade. Eu sou biólogo por formação, sou especialista em gestão ambiental. Durante quase uma década e meia trabalhei na área de design gráfico (riso), tenho 32 anos, eu sou pai de Linda, Linda Leone, meu bebezinho que eu gastei[...] Eu gastei a minha filha nesse ano louco de pandemia... Foi babado e é isso.

Defendo que seja de extrema relevância preservar a autoria do que considero uma autoapresentação em tempo *não* real, considerando a importância dos processos identitários e espaços nos quais essa potente voz ecoa. Na presente produção exponho o que entendo de ciência como uma grande conversa na qual se fazem presentes como convidados textos acadêmicos e não acadêmicos, bem como suas autorias; e o que me utilizo como interlocução, nesse caso o conteúdo textual produzido nas *lives*. Além disso, eu mesma, como dito anteriormente em diferentes passagens desta dissertação, e o meu arcabouço histórico como pessoa-profissional-pesquisadora cisgênera, em convergência com meus posicionamentos éticos, teóricos e políticos de uma construção com pluralidade de vozes.

6.1 A gestação

6.1.1 “O que significa ser um homem trans grávido?”: corporalidades, possibilidades e (in)disponibilidades sociais

“A gente tem aí já doze anos de processo transexualizador³¹ e poucos estudos relativos à nossa população, né...” (Fala de Apollo em *live* com o Fórum LGBT de Pernambuco). A inquietante pergunta que nomeia o tópico surge em uma conversa informal com uma colega em nossos devaneios sobre a temática e produção científica. Me direciona a alguns lugares de deslocamentos significativos de trânsitos e compreensões sobre corporalidades, gestações e existências no mundo por diversos prismas que devem ser considerados quando pensamos sobre o viver em sociedade, assim como as possibilidades disponíveis (ou indisponíveis) em acesso e dispositivos de cuidado, uma vez que o terreno gestacional é socialmente pertencente às mulheridades cisgêneras.

Também mobiliza questionamentos e inquietações que aportam reflexões que se encontram longe da terra firme científica (caso exista uma), sobre a proposta do termo “transpaternidade” e o uso do prefixo “trans” em vocábulos que evidenciam a questão e relação da identidade de gênero ao exercício da paternidade. Nesse aspecto, posso afirmar que como pesquisadora me vi em uma encruzilhada argumentativa que tem seus pés fincados em

³¹ A Portaria nº 1.707, de 18 de agosto de 2008, “institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o Processo Transexualizador, a ser implantado nas unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão” <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/prt1707_18_08_2008.html>. Esta foi revogada pela Portaria nº 2.803, de 19 de novembro de 2013(*) que “redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema único de Saúde (SUS)” <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html>.

terrenos que compreendem as paternidades como diversas, mas também a importância de uma demarcação contundente que considere as especificidades de um corpo transmasculino gestante, puérpero e em paternidade e cuidado em exercício de sua criança já nascida.

Ancorada nos estudos encontrados no processo de mapeamento de produções e Revisão de Literatura, foi possível constatar que a parentalidade por pessoas trans tem sido nomeada considerando essa relação. Sob os termos “transparentalidades”, “parentalidade transgênera” e “*transgender fatherhood*” (paternidade transgênera, tradução da pesquisadora), por exemplo, podemos perceber que essa proposta não se caracteriza como uma novidade no meio científico, havendo um arcabouço conceitual que considera tais particularidades. Talvez o novo ou mais próximo da originalidade seja a forma como propomos aqui a grafia “Transpaternidade”, considerando o prefixo “trans” como termo guarda-chuva às identidades não cisgêneras.

No que tange à comunidade científica, tais aspectos não são plenamente desenvolvidos, não havendo reflexões que se debrucem diretamente em uma etimologia terminológica, o que encaminha a uma proposta de mesclar as considerações das militâncias sociais aos considerados dados científicos. Djamila Ribeiro (2019) ao transcorrer sobre a necessidade de uma autodefinição dentro das reflexões e militâncias negras, define esta como “uma estratégia importante de enfrentamento a essa visão colonial” (p.75).

Não intento aqui propor uma autodenominação às transmasculinidades que vivenciam as paternidades, reforçando uma lógica colonial considerando meu lugar social enquanto mulher cisgênera. Contudo, tendo em vista a ausência de uma expressão diretiva ao exercício das paternidades por pessoas transmasculinas e a perspectiva da relevância de uma definição como estratégia de atenção a esta população, proponho o termo Transpaternidade como potência terminológica. Entendo que este pode garantir visibilidade à existência das paternidades como possíveis e à necessidade de políticas que as considerem nos âmbitos de cuidado e assistência em suas especificidades.

Ademais, também me aproximo do que Isabel Wittman (2019), ao transcorrer sobre a produção de Simone Ávila (2022), propõe acerca de sua escolha pela utilização “tranhomem” em suas produções. A autora justifica este como sendo um substantivo e não uma adjetivação à experiência das masculinidades por pessoas transmasculinas, sendo algo que denomina os sujeitos e não os qualifica.

Nesse processo que inclui uma tentativa de afastamento e aproximação com o fenômeno “gestação transmasculina”, as falas de Apollo, as leituras e o processo de historicização das produções científicas sobre a temática, é possível compreender que a

escassez de informações sobre o assunto ultrapassa a ausência de possibilidades de pesquisas a serem executadas.

Assim, é possível constatar tanto na literatura científica quanto nos aspectos defendidos e sentidos por Apollo, que se fazem ausentes dados relevantes e confiáveis sobre a utilização do uso de testosterona, por exemplo, que confirmem a necessidade real de uma interrupção efetiva ao processo de gestação, o tempo necessário de interrupção prévio, a utilização pós gestação (considerando o período de amamentação), irreversibilidade das capacidades reprodutivas em uma hormonização a longo prazo, havendo apenas indícios de seus malefícios como evidenciado no início dessa produção.

Então, não se tem nenhum estudo, assim, por quanto tempo tem que parar o uso de testosterona, se de fato tem que parar. O indicado, geralmente, o aconselhamento médico é parar pelo menos seis meses antes das tentativas de gestação. Eu parei e consegui engravidar depois do décimo mês que eu tinha parado o uso de testosterona... [...] A gente tava querendo (trecho da *live* promovida pelo Fórum LGBT de Pernambuco).

Contudo, há casos nos quais a gestação se faz possível apesar do processo de hormonização, como relata Apollo:

Tem casos de meninos daqui do estado, inclusive, que engravidaram mesmo usando a testosterona, caso inclusive de um homem trans que engravidou usando testosterona, fazia o exame, o Beta HCG e fez o exame de farmácia e todo eles tavam dando negativo. [...] é muita coisa que a gente tem em termos de saúde pra a gente estudar mesmo sobre esse processo (trecho da *live* promovida pelo Fórum LGBT de Pernambuco).

Quais as explicações possíveis? A dificuldade de responder a esse questionamento se dá a partir de um cenário anterior de ausência de dados, estando em um espaço de não espaço para que tais investigações aconteçam. Há muito mais uma relação de uma estrutura cissexista e cisnormativa que invisibilize o T da sigla, como propõe Vergueiro (2015), do que a ausência de urgências em estudos à atenção dessa população que ultrapassa o chamado “processo transexualizador”. Assim, a população trans estaria fadada medicamente e na assistência em saúde a um lugar reduzido ao processo do que se popularizou problemáticamente como “mudança de sexo” ou “redesignação sexual”, em detrimento das demais necessidades humanas de um acompanhamento em saúde geral e ainda assim, sem grandes incentivos aos conhecimentos do próprio processo mencionado.

Como evidencia Hailey Kaas (2019), em “Os mecanismos de patologização das vidas trans”, “em quase todos os critérios, alteração corporal temos poucas pesquisas, nem uma que fale sobre a questão da hormonioterapia” (p.97). Da mesma forma, João Nery (2019), no

mesmo compilado de produções, quando explicita que “ninguém, até hoje, foi capaz de dizer se a testosterona interfere na minha artrose sistêmica” (p.84), ao mencionar algumas de suas enfermidades orgânicas.

Falamos na saúde gestacional de pessoas transmasculinas, portanto, é falar de uma invisibilização que se inicia no ser trans seguindo ao ser trans e gestante em um não lugar da gestação por homens trans institucionalmente, assim como uma tentativa de cisgenerização de seus corpos, desconsideração dos mesmos ou um aglomerado de ambos os aspectos. Fica evidente essa questão quando Apollo traz a problemática de uma hiperêmese³² desenvolvida por um “equivoco”, polidamente falando, da médica ginecologista:

Uma das coisas que a gente precisa pensar com relação à gestação de homens trans é principalmente o quanto que os Sistema de Saúde como um todo, seja da rede pública ou privada, pauta a saúde das pessoas gestantes como sendo saúde da mulher. [...] Não é como se fosse uma receita de bolo, sabe, o que funciona pra uma mulher cis vai funcionar pra um homem trans que tá gestante. Não funciona nem entre as pessoas cis, sabe, nem entre as mulheres cis. Esse sim foi um evento na minha gestação que teve impacto, assim, gigantesco na minha saúde durante todo o processo gestacional. (trecho da *live* promovida pelo Coletivo Manguieras).

Essas pautas de gestação, amamentação, aleitamento, tudo isso é visto como questões femininas e desconsideram a possibilidade de um homem trans engravidar, **a gente não entra nem nesse mérito, é como se a gente por ser homem trans já renegasse todo o nosso corpo**, toda a nossa potência de corpo do que a gente... todas as possibilidades que a gente pode ter porque a gente é trans e é isso (trecho da *live* promovida pelo Coletivo Manguieras, grifo nosso).

A partir dessa problemática apontada e vivenciada pelo autor das falas, podemos trazer aspectos importantes quanto à cisgeneridade normativa que perpassa e pauta as políticas identitárias de atenção em saúde. Daniel Brandão (2018), em sua monografia “Transmasculinidades na saúde: produzindo sentidos entre lacunas e invisibilidades”, constata que as identidades trans são patologizadas (quando presentes). Assim, há uma ausência de diretrizes que viabilizem estratégias de atendimentos frente às demandas específicas da população, além da invisibilização da população trans nos textos oficiais do governo brasileiro, evidenciando um dos fracassos que é a falta de uma agenda que trate os direitos sexuais e reprodutivos para além das cisfeminilidades e mulheridades (ANGONESE; SOUZA LAGO, 2017).

O autor reforça que os repertórios referentes às transmasculinidades aparecem a partir de uma lógica também biologicista, reforçando uma perspectiva cisheternormativa das

³² Enfermidade que causa vômitos intensos e incontroláveis durante o período gestacional, podendo culminar em uma desidratação. De acordo com Apollo: “é como se meu organismo reconhecesse a alta de progesterona como intoxicação, então o hormônio faz com que eu vomite com muita frequência”.

experiências trans. Assim, percebe-se que qualquer vivência que ultrapasse os formatos cisnormativos pautados na binaridade é incluída em um rol que inclui as “diversidades sexuais” em um olhar que remete às dissidências (SILVA, SOUZA e BEZERRA, 2019) pondo em evidência a fuga a modelos tidos como corretos.

Partindo da noção de uma existência como adoecida, compreendo que as gestações transmasculinas ficam nesse lugar do desviante considerando a masculinidade cisheteronormativa e inclusa em uma mulheridade não condizente com sua identificação. Apollo evidencia que à medida que o processo gestacional dá-se em continuidade é que são percebidas de fato as falhas e fragilidades do sis[cis]tema e exemplifica que

Não sabia que tinha dificuldade no SUS pra fazer exame de ultrassom em gestante se o meu sexo tivesse lá 'masculino'. Então como eu já sou retificado e tava lá 'sexo masculino' eu tive que autorizar que mudasse pra 'feminino' pra eu conseguir fazer uma ultrassom obstétrica, sabe? (trecho da live promovida pelo Fórum LGBT de Pernambuco).

Inclusas em um arsenal de possibilidades do catálogo de experiências exóticas, excêntricas, do âmbito do anormal e tido como de difícil cuidado e assistência de forma concomitante à fetichização e “zoologização”, Apollo menciona que a dimensão do estranhamento e espanto alcança questionamentos básicos sobre processos reprodutivos comuns ao conhecimento geral:

É muito louco porque até perguntas muito, muito, muito bobas são feitas, sabe. Como “como é que você engravidou?”. Gente, pra uma pessoa engravidar basta ter útero e ter sido fecundado, sabe? Ter um ovócito que foi fecundado. *Cabou*, é isso que precisa pra a pessoa engravidar, *num* precisa de muita coisa (trecho da live promovida pelo Fórum LGBT de Pernambuco).

Nesse ponto, a animalização deste corpo o coloca em um lugar de compreensão de posse pública, ou seja, um “vale tudo” a esse ser tido como “quase humano”, nos quais estranhamentos e curiosidade no estilo “fantástico” são questionados (“quem são”, “onde habitam”, “como vivem e se reproduzem”), de forma distanciada, invasiva e descontextualizada. No exemplo que segue fica evidente a referida questão quando Apollo rememora episódio vivenciado por sua companheira, que se identifica como mulher travesti, em um estabelecimento alimentício:

Aí ela [esposa] disse: “não, é pro meu marido que tá gestante e tal, ele tá enjoado”. Aí ela [interlocutora]: “mas como assim?”. Aí ela [esposa]: “é que ele é um homem trans”. Aí ela [interlocutora] parou assim por cinco segundos e perguntou: “mas quem é que come quem?”. Gente?! Olha o tipo de pergunta que se faz. Você não faz esse tipo de pergunta pra mais ninguém, só faz pra uma pessoa trans porque o corpo

dessa pessoa trans é público, sabe? Você pode perguntar o que quiser, sem nenhum consenso, sabe (trecho da live promovida pelo Fórum LGBT de Pernambuco).

Ao nos depararmos com esse trecho do relato, é possível perceber o lugar museológico sob o qual o casal é colocado ao serem questionadas suas práticas sexuais por terceiros desconhecidos. Podemos inferir que tal sentimento de autorização cisgênera parte de uma noção colonizadora da cisgeneridade que coloca a sua vivência como norteadora das práxis e existências diversas. Sobre essa questão podemos apontar o que Beatriz Bagagli (2016) propõe como reflexões sobre a cisgeneridade compulsória, na qual as maneiras de ser e estar no mundo estariam submetidas às normas regulatórias partidas de uma noção cisgênera.

Um dispositivo potente para manutenção dessa forma de compreensão do mundo se encontra de forma muito contundente nos discursos biomédicos, sendo este um poderoso dispositivo de regulação dos corpos e relações de poder que tem como base noções “cisheterossexistas construídas que apontam para uma estrutura corporal e psíquica privadas, sob controle, e de constructos monogâmicos e reprodutivos aliados aos marcadores biológicos” (SILVA, SOUZA e BEZERRA, 2019, p. 6). Concordamos com Silva, Souza e Bezerra (2019) quando estes referem a existência de uma caminhada conjunta que abraça a cisgeneridade e os discursos biomédicos que estariam em uma defesa determinista biológica do gênero sob as quais as identidades de gênero transgêneras estariam em um lugar de menor inteligibilidade e legitimidade no comparativo com as cisgêneras (BAGAGLI, 2016).

6.1.2 A atenção em saúde: a fragilidade e ambivalência do cuidado

Como mencionado, o espaço de atenção em saúde apresenta ambivalências especialmente quando se trata da população trans. Se por um lado deve caracterizar-se como lugar de cuidado, assistência e promoção de saúde, por outro pode representar mais uma localidade promotora de violências e, ao contrário do que se propõe, adoecimentos. Assim, é possível perceber nos discursos estratégias de pacientes trans ao enfrentamento das transfobias institucionais vivenciadas nesses espaços de forma concomitante aos momentos de vulnerabilidade e fragilidade nos quais nos encontramos ao necessitar de algum tipo de assistência médico hospitalar.

Céu Cavalcanti (2019) narra eventos vivenciados por si em momento de consulta endocrinológica na qual tem sua identidade de gênero colocada em negação a partir de uma sinalização de que a mesma não seria “trans de verdade”. Neste evento, a psicóloga relata

precisar debater com o médico sobre sua própria condição hormonal em uma posição de defesa de forma não apenas a garantir que os procedimentos necessários fossem feitos, como também um atendimento adequado para si.

Enquanto recusava me submeter ao jogo discursivo, eu tentava explicar ao médico que, sendo psicóloga, e na ocasião escrevendo uma dissertação em Psicologia, poderia lhe explicar e indicar bibliografias que apontavam que o procedimento ali encenado não tinha nenhuma relação com a medição simples de minhas taxas hormonais (CAVALCANTI, 2019, p. 32).

A autora refere, no entanto, que pouco adiantou sua argumentação, culminando em uma receita hormonal inferior ao indicado ao seu organismo. O exemplo mencionado evidencia os jogos de poder e a desvalorização dos conhecimentos prévios, assim como a individualidade das pessoas que procuram um serviço de atenção à saúde de forma simultânea a violências e transfobias. Reforça a ideia transfóbica da subalternidade dos corpos e vivências trans como desconhecedores de suas próprias experiências e identidades, partindo de um marcador de conhecimento tido como superior e pautado na cisgeneridade frente a este outro o qual se intenta ter domínio.

Dessa forma, tanto a autora quanto Apollo evidenciam estratégias à sobrevivência diante de cenários nos quais potencialmente se encontrarão vulneráveis às agressões institucionais. Em uma revelia às dinâmicas de poder instituídas, questionam a credibilidade da medicina hegemônica (e incluso os demais setores da saúde), que, pautando-se em uma concepção patologizante às identidades não cis, tem como único destino possível (CAVALCANTI, 2019) a cisgeneridade, se distanciando das noções de cuidado culminando em uma vulnerabilização da saúde (e acesso a esta) dessa população.

Como tática de autocuidado não é incomum, na verdade é algo que parece ser cotidiano às transgeneridades, a recorrência às automedicações e auto intervenções, uma vez que se caracterizaria como uma autopromoção do cuidado o qual o Estado deveria estar como garantidor.

Para pessoas trans, muitas vezes aprender e recorrer à automedicação se configura sim como um processo de vida diante de uma lógica de saúde que é ainda incapaz de nos enxergar em nossas singularidades e que, em nome da universalização de expectativas e critérios inviáveis, nos violenta (CAVALCANTI, 2019, p. 32).

Outro meio utilizado para minimização dessas violências se dá através da apropriação dos conceitos e questões médicas como forma de argumentação e autodefesa, como

evidenciado por Céu, em seu relato, e Apollo sobre a desconsideração de seus saberes biomédicos prévios.

Porque isso geralmente era desconsiderado, sabe? Ela falava com a gente como que tivesse falando no ABC, saca? Era cansativo porque a gente às vezes já sabia muito daquele processo e a gente durante a gestação tentou estudar muito, até pra não sofrer violências, né? (trecho da *live* promovida pelo Coletivo Mangueiras).

O silenciamento como violação de direitos parece ser uma pauta urgente a ser considerada quando falamos de saúde da população trans e aqui, em especial, da população transmasculina gestante. Para além da acomodação, do privilégio cis, precisa-se considerar a ultrapassagem da barreira do pouco conhecido/produzido para que possamos cumprir como Estado as diretrizes de cuidado considerando a integralidade em saúde. De forma muito coerente, Apollo problematiza a relação da saúde da pessoa gestante e as violências sofridas como algo maior e mais amplo que envolve toda uma estrutura institucional e estrutural.

As pessoas ficam muito no discurso, acreditando que pelo Sistema tratar isso como saúde da mulher, o nosso problema é porque a gente não é respeitado, não tem nosso gênero respeitado. E não é só isso, sabe. Isso é sim grande parte das violências que a gente vive. Mas o fato de não ter a nossa identidade respeitada dentro desses espaços de saúde, isso traz ainda problemas muito maiores pra nossa saúde enquanto pessoa gestante (trecho da *live* promovida pelo Coletivo Mangueiras).

Sobre o tema da escuta em especial, trago a leitura de Leila Dumaesq (2016) quando esta propõe em “Ensaio (travesti) sobre a escuta (cisgênera)” reflexões sobre a escuta em uma perspectiva clínica em um diálogo com as questões trans em seus aspectos institucionais, estruturais e epistemológicos. De início a autora problematiza o próprio título de sua produção questionando o possível efeito de ser lida como “Mais uma travesti reclamando que não é ouvida” (p. 122). Além de colocar à análise terminologias e conceitos utilizados em um olhar crítico ao espaço da clínica por si e refere que:

Não é possível que uma travesti entre em um consultório nas mesmas condições que uma pessoa cisgênera. Pois, para além dos sofrimentos psíquicos que a paciente trazer e independente da postura individual do profissional que atende, a relação já está marcada pela violência institucional, social e epistêmica (p. 123).

Tal citação pode ser percebida com o exemplo prático vivenciado e relatado por Apollo sobre uma sintomatologia desconsiderada pela profissional no processo de anamnese no atendimento.

É esse problema do profissional de saúde. A maioria dos profissionais de saúde eles pensam que sabem de tudo, sabe? Eles simplesmente têm um conhecimento que você não pode questionar, né? E a partir disso eles passam a não te ouvir. Teve uma vez que eu cheguei lá e eu falei pra ela que eu tava com problema pra dormir durante a noite porque eu tava sentindo umas câimbras na minha perna. Mas não era problema com relação ao sono, e eu até falei isso: “não é problema com o sono, eu sinto sono, eu só não consigo dormir porque me incomoda demais!”. E aí ela disse: “nossa, mas não é normal você ter insônia nesse período da gestação”. Caralho, em momento nenhum eu falei que eu tava com insônia. Aí ela veio e disse: “Ah, você tem que dormir menos durante o dia” e eu “Meu Deus do céu”, sabe? (trecho da live promovida pelo Coletivo Mangueiras).

Assim, entendemos que as marcas que perpassam as identidades por si apresentam e se localizam em lugares de mais ou menos privilégios apenas por existirem, uma vez que existe uma herança em teia que estabelece sociohistoricamente as relações de poder que perpassam além do poder/saber biomédico as relações de gênero e tantos outros marcadores e atravessamentos sociais e identitários como raça e classe, por exemplo³³. Tendo esse ponto como norteador, como compreensão, se faz imprescindível a implicação dos profissionais de saúde considerando suas posições e pautando suas práticas na ética e compromisso com o cuidado de forma a extrapolar os conhecimentos científicos puramente como dados e considerando um olhar humano ao indivíduo como menciona Apollo.

Num bastam só saber que existem pessoas trans e LGBTs, não basta. É preciso que elas se sensibilizem mesmo e que tenham outro nível de contato humano mesmo (trecho da live promovida pelo Fórum LGBT de Pernambuco).

Assim, no processo de acolhimento de pessoas transmasculinas gestantes se faz imprescindível uma escuta acolhedora e que legitime os aspectos apontados do paciente. Ao falarmos isso, parece uma sinalização não mais que óbvia e evidente que nos é passado em qualquer curso da área de saúde. No entanto, ao refletirmos sobre as demandas sinalizadas por Apollo, pela literatura apreendida e por tantas outras informações que temos acesso vivendo em sociedade (reportagens midiáticas, relatos de pessoas conhecidas, situações transfóbicas testemunhadas etc.), percebemos que a obviedade tem uma identidade de gênero e é cisgênera.

³³ Os atravessamentos que perpassam as discussões que consideram os marcadores raça e classe não foram reflexões de enfoque direto da discussão aqui desenvolvida. Contudo reconhecemos a relevância da temática e o olhar às construções e realidades vivenciadas socialmente por mulheres cis pretas e periféricas e desconsiderações de suas necessidades gestacionais como algo recorrente em diversas populações minoritárias. Para maior aprofundamento sugerimos a leitura da Dissertação de Ana Rebeca Paulino Portela “Violência Obstétrica como campo de disputa: Repertórios Linguísticos na Mídia”.

Sendo a escuta uma atitude que deve ser demandada atenção ativa (DUMARESQ, 2016), não cabe protocolos generalistas e despersonalizados que desconsiderem os aspectos singulares de cada indivíduo. O jogo entre o que é considerando típico e o particular precisam estar em uma conversa muito bem estabelecida pelo profissional de forma a atender a pessoa paciente em sua integralidade. Ao retomar sobre o diagnóstico da hiperêmese, é possível constatar o aspecto de desqualificação tanto do histórico médico do paciente, quanto de seus sintomas expostos como queixas, ação primordial dos atendimentos.

É protocolar no Sistema de Saúde, faz parte do protocolo. Eu tive um pouco de sangramento então o protocolo que ela utilizou foi esse, de me medicar com progesterona, mas sem considerar a minha individualidade, sabe? E, pra além disso, eu só fui diagnosticado com hiperêmese, acho que eu já tava mais de quatro meses de gestação. E isso aconteceu no meu primeiro mês, sabe, porque em todos os médicos que eu ia, o que eu sentia era minimizado. Quando eu chegava e dizia que tava vomitando muito, os médicos diziam: “ah, isso é normal da gestação!”. [...] A gente chega num médico, ele nem olha na nossa cara. Simplesmente você diz o que você tá sentindo, ele não olha pra você, ele passa uma coisa que é protocolo e pronto. Se funcionar ótimo, se não funcionar você que lide (trecho da *live* promovida pelo Coletivo Mangueiras).

De natureza similar, o início e planejamento gestacional também incluíram dissabores que estão diretamente relacionados ao processo de escuta e entendimento das necessidades e desejos do paciente. Ao evidenciar seu desejo de iniciar o processo gestacional, Apollo foi questionado se desejaria a implantação de um DIU (Dispositivo Intrauterino, utilizado como método contraceptivo).

Quando eu comentei com a minha ginecologista que eu queria parar a minha hormonioterapia porque eu queria engravidar, a sugestão dela, assim, foi na lata: “você não quer botar um DIU, não?”. Cara, se eu quero engravidar, eu vou botar um DIU pra quê? Então, assim, até esse **processo castrativo** mesmo que a medicina tem, e não é só no campo dos corpos trans. Isso acontece com todas as minorias, quando a gente chega nesses espaços, a gente é castrado o tempo todo e não é ouvido. Não é uma realidade só nossa. A nossa realidade enquanto trans tem o adendo de sofrer transfobia (trecho da *live* promovida pelo Coletivo Mangueiras, grifo nosso).

Assim, é possível enxergar que para além de uma escuta não realizada e a desconsideração do que o paciente traz como aspectos a serem considerados do seu próprio processo de saúde e cuidado, há uma evidência de uma castração simbólica quando a ginecologista propõe o uso de um método contraceptivo como resposta ao desejo de uma gravidez. Mônica Angonese e Mara Coelho de Sousa Lago (2017), ao transcorrerem sobre os Direitos Reprodutivos de pessoas trans e travestis, cunham o termo “esterilidade simbólica”

ao sinalizar as possibilidades e as dificuldades institucionais e estruturas das pessoas trans exercerem suas parentalidades.

Sobre este conceito, definem como sendo a impossibilidade de escolha pelos processos reprodutivos, o exercício da parentalidade – nas diversas possibilidades tais quais adoção, biológica, função de cuidado etc. -, sendo um lugar de interdito e abjeção aos corpos trans. As autoras propõem que há determinantes sociais que põem os modos de vida e as práticas sexuais da população trans como desviantes. Assim, um caráter “impensável” (ZAMBRANO, 2006) sobre essa escolha, questão, vivência para as pessoas trans, que se relaciona com aspectos morais da sociedade.

Angonese e Souza Lago (2017) referem que os binarismos como cisheteronorma dificultam a construção de pautas dos direitos humanos e reprodutivos que extrapolem as noções de maternidade e reprodução às cisfeminilidades. As autoras questionam em caráter provocador: “Será que se uma pessoa trans revelasse para seu médico o desejo de ter um filho isso seria encarado com a mesma naturalidade desse desejo se emitido por uma pessoa cis?” (p. 265). À esta resposta, me utilizando do que Apollo traz como relato, é possível apontar que não há essa possibilidade assegurada sem um estranhamento e uma tentativa de restrição como constatado em sua fala.

Não há em uma realidade cisheteronormativa a cogitação de uma estrutura familiar que aporte a reprodução com o próprio material genético dos componentes parentais uma vez que a constituição da família se pauta pela cisheteronormatividade (ANGONESE e SOUZA LAGO, 2017). Assim, defendo a necessidade de ultrapassar os aspectos morais e cissexistas em prol de uma agenda que contemple as diversas estruturas familiares e modos de reprodução, e concordo com Angonese e Souza Lago (2017) quando estas colocam a necessidade de uma “Desconstrução da heterocisnormatividade reprodutiva” (p. 261).

Aspectos significativos podem ser constatados referentes a esse histórico de atendimentos e o processo nas quais são vivenciadas as situações de assistência e cuidado. O momento do parto tem significativas implicações que abarcam diversos fatores internos e externos, tais quais condições orgânicas favoráveis, escolha de formato mais confortável, contexto social e familiar, dentre outros. No caso do gestante aqui em questão, a opção se deu considerando a humanização do parto, em uma locação domiciliar:

A gente vai fazer o parto natural domiciliar. A gente viu no Hospital da Mulher³⁴ que era o nosso primeiro plano, fazer o parto lá, porque lá é referência em humanização de parto. Só que por conta do covid a gente ficou com medo, porque alguns partos não tão nem podendo entrar acompanhante. E pra mim não tem a menor possibilidade de ter bebê sem Amanda³⁵ tá perto (trecho da live promovida pelo Fórum LGBT de Pernambuco).

Alguns aspectos são relevantes ao refletirmos sobre as considerações ao formato de certos eventos, tal qual o parto. No trecho mencionado anteriormente, o critério da presença de sua acompanhante³⁶ foi caracterizada como imprescindível. Sobre esse ponto, podemos apontar diversas comprovações científicas à contribuição que uma pessoa (da escolha da pessoa parturiente) pode exercer no processo de parto e pós parto imediato em nível psicológico, emocional e social. No entanto, tais considerações se pautam majoritariamente em uma perspectiva de casais em uma relação estável cisgênera e heterossexual em um contexto social que não inclui uma pandemia e restrições em caráter global. Nesse cenário, quais as possibilidades de um casal transcetrado³⁷ como é o caso aqui proposto à reflexão?

O momento do nascimento pode configurar-se como de fragilidade em um longo tempo de duração que inclui dores físicas e a necessidade de uma assistência especializada e sensível. Nessa rede de pontos a serem considerados, me parece haver um emaranhado de aspectos que incluem primordialmente a autoproteção e estratégias que visem a garantia de direitos e tentativas de minimização de violências e transfobia. Na fala não é possível constatar de forma pragmática tal apontamento, no entanto considerando um contexto de narrativa que propõe o conhecimento dos mais variados aspectos de forma a garantir a autopreservação familiar nos atendimentos de pré-natal, me parece ser algo que segue um direcionamento lógico semelhante.

Compreendendo essa linha de raciocínio, é possível inferir que a gestação por uma pessoa transmasculina inclui uma série de preocupações e preparações para além das questões que usualmente esperamos de um processo gestacional. De forma a tensionar experiências de

³⁴Equipamento hospitalar da Prefeitura da Cidade do Recife que “cuida do público feminino desde a infância (a partir dos 10 anos de idade) até a terceira idade. O atendimento segue a filosofia da humanização na saúde” em <<https://hpcgestao.org.br/unidades-de-saude/hospital-da-mulher-do-recife/>>, acesso em 22/01/2022.

³⁵ Amanda Palha, companheira de Apollo, em sua conta do Instagram (@tvr.amandapalha) se apresenta como “TRA VES TI. Educadora popular, pesquisadora independente e dev em formação. Bissexual, bipolar, transtornada e mãe”. Optamos por nos utilizar de sua própria forma de apresentação em uma forma de respeito aos seus posicionamentos políticos e autoidentificação.

³⁶ O direito da pessoa parturiente ter a presença de um acompanhante de sua escolha durante o momento do parto tem como respaldo a lei nº 11.108, de 7 de abril de 2005. Esta “altera a [lei nº 8.080](#), de 19 de setembro de 1990, para garantir às parturientes o direito à presença de acompanhante durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, no âmbito do sistema único de saúde – SUS.”

³⁷Por casal transcetrado compreende-se como um relacionamento composto exclusivamente por pessoas trans. Sobre o assunto indico o escrito de Sophia Rivera “É possível um amor transcetrado? Existe? Pode?” em <<https://transfeminista.wordpress.com/2020/01/17/amor-transcetrado-pode/>>, acesso em 22/01/2022.

cuidado ao processo que perpassam tanto violações de direitos, e dos próprios corpos, quanto violências institucionalizadas, pessoas trans que desejem engravidar parecem precisar estar em constante alerta em proteção e autodefesa.

6.2 Pós-gestação

6.2.1 Transfobia institucional: pilares coloniais sedimentados

Tal qual a preparação fisiológica ao processo gestacional, o planejamento de mapeamento às documentações necessárias durante e após o parto parece ser algo que está dentro do *checklist* de pontos a serem atentados de forma minuciosa. Como desenvolvido previamente, caracteriza-se como um ponto a mais à garantia de uma vivência que tenha a maior tranquilidade possível dentro de um contexto cisnormativo de regulação de corpos.

Tais documentos ratificam a perspectiva excludente e binarista que coloca em conjunto a noção de maternidade-mulheridade-vagina e paternidade-masculinidade-pênis, evidenciando a linguagem como esse espaço de permanência - retomando Vergueiro (2015) – e reforçando a produção tanto como produto quanto produtora das noções sexuais e de gênero vigentes. Concordamos com Dumaresq (s.d.) quando esta evoca de forma muito bem posicionada um comentário de Beatriz Bagagli em rede social considerando que não há possibilidade de negar a palavra e seu sentido como um fato linguístico. Nesse sentido, podemos refletir sobre as terminologias nas certidões de nascidos vivos³⁸, por exemplo:

Na certidão de nascidos vivos ainda tá colocado como 'mãe' e 'pai', não é como parturiente, acompanhante. Então nessa certidão meu nome vai sair enquanto 'mãe' [...] porque 'mãe' lá é referente à pessoa que tá parindo, o parturiente. [...] Eu acho que essa é uma demanda inclusive do Movimento, mudar isso. [...] Uma questão que já é muito legal que acontece é com relação à certidão de nascimento, que não tem mais espaço pra "pai" e "mãe" e sim "filiação". Isso é graças ao Movimento, claro. [...] Já é como existe lá a certidão de nascimento. Não tem mais essa questão de pai e mãe (trecho da live promovida pelo Fórum LGBT de Pernambuco).

Ou a pessoa gestante ou parturiente, são palavras que já existem, que já são utilizadas, mas as pessoas insistem em utilizar 'mãe', 'mãe', 'mãe'... quando 'mãe', na verdade num é uma categoria pra ser utilizada nesses documentos. A mãe, ela é constituída socialmente (trecho da live promovida pelo Fórum LGBT de Pernambuco).

³⁸ “Declaração de Nascido Vivo (DN) em documento de identidade provisória, aceita em todo o território nacional. Utilizada anteriormente apenas como forma de registro do nascimento de crianças vivas, a DN agora tem valor oficial” <<http://cidadao.saude.al.gov.br/informacoes/declaracao-de-nascido-vivo/>>, acesso em 20/01/2022. Para maiores informações recomenda-se o acesso ao “Manual de instruções para o Preenchimento da Declaração de Nascido Vivo” disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/funasa/declaracao_nasc_vivo.pdf>, acesso em 20/01/2022.

Nos trechos anteriores, fica evidente a estrutura sob a qual estão posicionadas as noções identitárias sob as quais somos designados a um status de masculinidade ou feminilidade de forma única e a desconsiderar todas as demais possibilidades de autoidentificações. Assim, existe um documento que garante que antes que nos compreendamos como indivíduos faz apontamentos que nos direcionam a agir de formas específicas, sob um olhar de uma pessoa (profissional da área médica) que tem o poder de explicitar a partir das genitálias qual nosso gênero. Da mesma forma, podemos compreender os lugares que dizem respeito às ações de nossos corpos como biológicos em que o ato de parir não pode ser vivenciado por um homem ou condizer com as masculinidades. Assim, designar uma cisfeminilidade a um corpo transmasculino nesses espaços institucionais documentais estaria em um lugar de reafirmação da impossibilidade de tais existências, uma vez que como declarações de caráter oficiais nos dão o reconhecimento de quem somos perante o Estado. Sobre a certidão de nascimento da criança, algumas considerações importantes são feitas.

Eu já sou retificado, então meu nome vai constar lá, Apollo, como filiação. Amanda ainda não é retificada. A gente tava nesse processo de retificação quando entrou em pandemia e os cartórios num tão funcionando, então pra ela ainda vai sair o atual nome civil dela. Mas vai sair assim, como filiação, num vai ficar nem pai e nem mãe. Assim que Amanda conseguir retificar, ela tem direito de retificar todos os documentos que tenham o antigo nome civil dela. Então assim que retificar o nome dela, vai conseguir fazer a mesma coisa com a certidão de nascimento do bebê (trecho da live promovida pelo Fórum LGBT de Pernambuco).

Dessa forma, é possível compreender que em um campo do que se caracteriza como estrutural, e também estruturante, muitas lacunas e brechas se fazem presentes. Evidenciando dois documentos distintos que são quase que prontamente produzidos após o nascimento de uma pessoa. O próprio conceito de “maternidade” como espaço de acolhimento e processo de parto é algo que precisa ser problematizado. Quando questionado sobre o assunto, Apollo refere:

Não vejo grandes questões de homens trans serem atendidos no espaço do CISAM³⁹ porque é uma maternidade, e a gente pode engravidar e gestar e tá ali o espaço da gente pra isso. Os médicos que a gente usa são os mesmos médicos de mulheres cis, então também não vejo. Acho que a grande problemática é: a gente vai ser bem atendido? (trecho da live promovida pelo Fórum LGBT de Pernambuco).

É um processo que a gente precisa fazer mais amplo, que é repensar esse nome aí 'maternidade'. Claro que isso vai levar muito tempo. Eu acho muito, muito mais problemático, por exemplo, a gente ter um ambulatório LBT no Hospital da Mulher,

³⁹Centro Integrado de Saúde Amaury de Medeiros – CISAM-UPE, Hospital Escola vinculado a Universidade de Pernambuco <<http://www.upe.br/uh-cisam>>.

sabe? E que lá a gente não é respeitado, porque mesmo sendo retificado a primeira coisa que me perguntaram quando eu entrei no ambulatório LBT foi qual era o meu nome civil, sabe? Como assim? [...] Eu acho que é uma coisa mais ampla que precisa ser debatida numa perspectiva de um espaço de nascedouro, uma coisa mais nesse aspecto (trecho da live promovida pelo Fórum LGBT de Pernambuco).

Ao propor essa reflexão, compreendo que o autor do trecho intenta sinalizar que há uma profundidade maior nesse questionamento. Como instituição que mantém uma maternidade, o CISAM (Centro Integrado de Saúde Amaury de Medeiros) pode acolher quaisquer indivíduos que de seus serviços necessitem e homens trans gestantes que se beneficiem dos serviços do setor maternidade. Contudo, também proponho o questionamento que toca a significância das terminologias como mantenedoras de estruturas ou propulsoras de mudanças e atualizações. Em consonância com o segundo trecho evidenciado anteriormente, uma reflexão de forma ampla significa questionar e radicalizar uma compreensão que abarca toda uma estrutura e molde de funcionamento. Assim, se transforma de forma paulatina e precisa ser considerada como processual. Apollo, ao referir que em um ambulatório LBT supostamente especializado e dentro de um campo de conhecimentos das questões trans, evidencia a não garantia de que espaços destinados aos cuidados de seu corpo serão trans aliados:

É um pouco complexo porque eu já fui atendido e mal atendido inclusive em ambulatório trans. Das pessoas me trataram no feminino e perguntaram o nome civil. [...] E já fui muito bem tratado em hospitais que não tem nenhuma relação com o movimento LGBT, que não tem nenhuma proximidade (trecho da live promovida pelo Fórum LGBT de Pernambuco).

Assim, sobre este aspecto do cuidado, podemos inferir que existe uma grande lacuna no sis[cis]tema ao pensarmos no acolhimento dessa população que abrange todo o organismo hospitalar, sendo ele destinado ou não à população LGBT como um todo. A formação profissional precisa permear os profissionais diretamente do campo de assistência em saúde, mas considerar todo o corpo de trabalho que movimenta o espaço, como sinaliza Apollo.

Entender também que esse processo de cuidado da pessoa trans, por exemplo, num espaço de saúde, ele não é uma necessidade de só formar os profissionais da saúde. Porque até a gente chegar no profissional de saúde a gente passou pelo porteiro, a gente passou pela assistente da recepção... Então é um processo que precisa ser dialogado entre todos os profissionais. Não é só numa formação para médicos que vão atender pessoas trans. Pensar de uma forma mais ampla mesmo (trecho da live promovida pelo Coletivo Mangueiras).

6.2.2 Puerpério e o exercício da paternidade: do isolamento à proteção

Os processos que envolvem a adaptação de um novo contexto familiar envolvem dentre diversos aspectos a percepção do que funciona ou não na nova realidade, assim como eventos a serem vivenciados de forma inaugural. A amamentação é uma atividade tida como natural do corpo humano, no entanto podemos dizer que é uma escolha consciente que envolve uma série de aspectos a serem considerados tais quais a disponibilidade subjetiva e uma viabilização objetiva, como observado no seguinte trecho:

Eu não amamento meu filho porque eu sou trans. Eu amamento porque eu escolhi amamentar meu bebê. Eu escolhi amamentar Linda. Porque se eu não quisesse, eu não faria. Amanda também escolheu amamentar, então a gente compartilha a amamentação porque essa é uma realidade só de um casal trans? Não é! Saca? Essa é uma realidade que a gente pode compartilhar em diversos formatos de relacionamentos, né? (trecho da live promovida pelo Coletivo Mangueiras).

Assim, se faz possível problematizar o que seria a amamentação, em que bases esta estaria pautada e a restrição a uma execução e vivência da mesma que se limita ao seio tido como *materno*. A sustentação dessa noção se pauta nas perspectivas binaristas sob as quais tanto já transcorremos no presente trabalho. Proponho um olhar ao que Apollo aponta como reflexão importante sobre a temática:

Uma provocação que eu tenho feito bastante com relação às pessoas quando falam de amamentação, quando eu me coloco enquanto homem que amamenta também, que é: se você é um cara cis e você tá com sua esposa ou um companheiro e tal que tá gestante, se você quiser amamentar seu bebê, você também pode. Eu não tô amamentando meu filho porque eu sou trans não. Qualquer pessoa pode amamentar, saca? (trecho da live promovida pelo Coletivo Mangueiras).

Relação a amamentação ser uma tarefa de todos, né, que todo mundo pode colaborar (trecho da live promovida pelo Coletivo Mangueiras).

Ao trazer essa perspectiva sobre a amamentação, Apollo propõe o que compreendo como sendo um compartilhamento dessa ação de cuidado, nutrição e vinculação fora dos moldes acomodados das funções de cuidados direcionadas ao gênero tido como feminino ou associada a apenas o corpo lactante. João Almeida (1994), em “Amamentação: a relação entre o biológico e o social”, defende que o fenômeno da amamentação estaria caracterizado como uma categoria híbrida, tendo aspectos tanto biológicos quanto socioculturais. Sobre este último, o autor transcorre esta ação como uma atividade que tem impregnada em si determinantes e ideologias diversas e em uma consideração e análise histórica, se faz possível a visualização de aspectos políticos, econômicos, e culturais que a tornaram em uma ação regulável pela sociedade. Assim, o autor reitera a necessidade de considerar o aspecto social

desse fenômeno, em detrimento de pensamentos que restrinjam os aspectos meramente biológicos da amamentação.

Ao lembrarmos a atribuição da amamentação aos corpos das mulheres cis, é possível retomar o debate sobre performatividade e gênero aprofundados anteriormente. Ao considerarmos o fenômeno e a ação de amamentar como prática performativa, podemos conceber o caráter de construção e elucidação social do mesmo, também pautado nas relações de poder, como remonta Maria Carmen Aires Gomes (2017) em “Violência, intolerância e corpo feminino: analisando as reações discursivas na mídia em torno da prática de amamentação”. A autora rememora tensões geradas a partir do projeto de lei aprovado pelo então prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, que objetiva multar estabelecimentos, pessoas ou instituições que privem a amamentação em público, sendo o seu estudo a partir dos comentários de uma notícia veiculada sobre o assunto.

A autora tem como enfoque reflexões sobre amamentação e mulheres cis e as violências simbólicas sobre as quais evidencia ser de uma diversidade cotidianamente materializadas. Aponta que há uma coerção às mulheres de se retirarem dos locais nos momentos de amamentação e nutrição de suas crianças, sendo constrangidas e assediadas tanto física quanto moralmente. Sobre isto, refere aspectos que se caracterizam como sendo uma hiperssexualização do peito, evidente em função de aleitamento, sem intenções sexuais ou obscenas. Relata haver uma rejeição pública da exposição do corpo feminino e reforça que as “condutas de marginalização e de exclusão das mulheres dos lugares públicos são iteradas nas reações discursivas de condenação moral” (GOMES, 2017, p. 189).

Ao pensarmos em corpos trans, a transpaternidade em exercício e o ato de aleitamento em contextos e espaços públicos, parece haver uma tendência a um lugar de excentricidade e aberração da experiência, que se distancia veementemente da função primordial do aleitamento que é a nutrição de uma criança. Vivenciadas por mulheres cis que tem como função, dentro do imaginário misógino, sexista e colonial, a gestação, o aleitamento e as funções de cuidado, qual será o espaço das transpaternidades e aleitamento nos espaços públicos?

Não há aqui o intento de propor que há uma “hierarquização de opressão” como refuta Audre Lorde, evocada por Djamila Ribeiro (2019, p. 50), em suas argumentações sobre lugar de fala e sim ater-nos às reações de violação, “constrangimento simbólico” (GOMES, 2017, p. 183) e estranhamento em lugares sociais distintos envolvendo a ação de amamentar, identidade de gênero e sexualidade e a existência desses corpos na garantia do livre trânsito e

permanência em espaços públicos e compartilhados socialmente, sem as opressões, “normas e regulações essencialistas de gênero” (GOMES, 2017, p. 190).

Outro ponto importante a ser problematizado se faz a partir da terminologia “leite materno” e sua relação ao ser mãe ou exercício da maternidade, uma vez que fica evidente essa não exclusividade ao público tido como feminino. Assim, tem se proposto uso do termo “leite humano” como forma de inclusão de outras vivências relativas à amamentação e abrangência de identidades. Até o momento da escrita dessa produção não foram encontradas produções que problematizem dentro de um escopo científico a terminologia aqui colocada em foco. No entanto, é possível encontrar matérias de revistas de circulação popular que desenvolvem questões a esse respeito como a viabilizada pelo site tribunaonline.com.br em 16 de fevereiro de 2021, sob o título “Decisão de usar termo “leite humano” ao invés de “leite materno” ganha adesão no Estado”⁴⁰ em que são expostas iniciativas e debates iniciados no Reino Unido sobre a utilização de uma linguagem inclusiva nos contextos de parto e nascimento.

Importante explicitar que muito se fala sobre os benefícios de tal forma de alimentação e esta questão não se encontra em questionamento, mas o formato com o qual é realizada e desenvolvida e as implicações subjetivas de quem amamenta, como visto a seguir:

Exercer a paternidade nesse processo tem sido muito complexo, de me fazer parar várias vezes pra pensar, “cara, eu quero parar de amamentar a minha filha porque num tá dando pra mim, minha saúde mental⁴¹ tá indo pro lixo por conta disso” e aí perceber “porra, não é por conta da amamentação, é por conta das pressões que eu tenho sofrido externas” (trecho da live promovida pelo Coletivo Mangueiras).

Nesse trecho, Apollo transcorre sobre a relação entre a transfobia em espaços públicos e a relação com o processo de amamentação de sua filha. Referindo a problemática da amamentação nesses contextos, relata agravamento com o fato de ser trans aos olhos cisgêneros da sociedade. Menciona o sentimento de preservação proporcionada pela necessidade de manter-se no contexto doméstico, como espaço que permite a autonomia da livre expressão e existência do autor no atual tempo pandêmico:

O que eu tenho também passado com relação ao meu processo de amamentação, porque apesar de tá em casa o tempo todo, por conta da pandemia, vez ou outra a

⁴⁰ Para maiores informações consulte o site: <<https://tribunaonline.com.br/cidades/decisao-de-usar-termo-leite-humano-ao-inves-de-leite-materno-ganha-adesao-no-estado-89475>>, acesso em 22/01/2022.

⁴¹As reflexões levantadas sobre este tema se relacionam majoritariamente ao processo de aleitamento e amamentação. Por manter outro foco de trabalho, não foi possível a ampliação desta discussão. sugerimos a leitura do artigo, “Repercussões da pandemia da covid-19 durante o ciclo gravídico puerperal e ações de enfrentamento” de Silvia Marina Anaruma. Apesar de manter uma noção binária e relacionada às experiências de aleitamento por mulheres cis, transcorre sobre o impacto da pandemia de COVID-19 no processo de aleitamento, considerando as questões psíquicas e de isolamento recomendadas.

gente precisa sair pra fazer alguma coisa, e aí as pessoas me verem amamentar também é um problema pras pessoas. Parece que já é um problema mulher cis amamentar em público, imagine eu, um homem trans, amamentando em público. As pessoas acham que isso é um problema, no sentido de que “ah, tá me percebendo enquanto mulher”. Não é que isso é um problema pra mim por esse ponto específico, mas a quantidade de violências que vem com isso o tempo todo (trecho da *live* promovida pelo Coletivo Mangueiras).

No entanto, apesar de promover um sentimento de proteção e resguardo, o isolamento cumpre seu papel, em momentos de puerpério, de isolar e impedir que se forme uma rede de apoio efetiva e eficaz frente à nova condição familiar. Esse aspecto é muito significativo considerando o cenário sob o qual não apenas essa pesquisa está sendo executada, mas especialmente a contingência que permeia o nascimento da criança.

A gente sempre ouve falar muito de rede de apoio quando a gente começa nesse processo de gestação, e quando tem o bebê, as pessoas falam muito “nossa, é muito importante a rede de apoio”. Nossa, como estabelecer uma rede de apoio no período de pandemia? Porque assim, uma mensagem no whatsapp não vai segurar Linda cinco minutos no braço pra eu poder ir no banheiro escovar meus dentes. Ou até fazer xixi. Porque é isso, esse processo de cuidado com o bebê nos primeiros meses, ele requer uma energia gigante (trecho da *live* promovida pelo Coletivo Mangueiras).

Assim proponho como questionamento a reflexão sobre qual o significado que a expressão “rede de apoio” ganhou em um contexto pandêmico considerando uma transparência sendo exercida. O caminho que Apollo aponta remonta a um compartilhamento não apenas nos aspectos práticos do cuidado como quando explicita a necessidade de alguém segurar sua filha, como vai ao sanitário, por exemplo. Mas a potência da vivência de forma conjunta e colaborativa.

Mas que tem sido muito complexo por ser num período de pandemia porque a gente realmente não consegue ter uma rede de apoio física de pessoas que podem estar com a gente e de pessoas que a gente também gostaria de estar junto, compartilhando esse momento. Não é só pensar nessa rede de apoio como alívio de pegar Linda no momento que a gente precisa, mas é pensar numa rede de apoio de tipo... caramba, a gente ia adorar tá fazendo rolês por aí com outras crianças (trecho da *live* promovida pelo Coletivo Mangueiras).

Percebo que pensar sobre as transidentidades também esteja relacionado ao processo de identificação de seus pares, como uma forma de acolhimento e fortalecimento. Ouso propor uma reflexão semelhante às propostas pelos movimentos negros quando estes reavivam o conceito de quilombo e o aquilombamento, como espaços, não necessariamente físicos, mas que aglutinam as experiências de resistência ao hegemônico opressor.

Ainda sobre esse aspecto educacional, evoco o provérbio africano que diz “precisa-se de uma aldeia para educar uma criança”. Ao propor reflexões sobre uma educação de forma compartilhada e coletiva, compreende-se não apenas a potência do encontro com o outro, mas o fortalecimento subjetivo como uma forma de resistência aquilombada.

A gente poderia tá com um monte de gente que a gente gosta, que a gente acha massa e isso ia ser muito foda pra Linda. Eu espero que essa merda acabe logo pra que a gente consiga se reunir dessa forma e educar ela coletivamente, porque eu acho que, nossa, tendo essa vivência coletiva é que a gente vai conseguir uma formação massa pra ela, que a escola não vai ser um problema. Pode até ser algum problema em alguma instância, mas vai ser muito mais dialogável porque ela vivencia com a gente, vivencia com as pessoas que são próximas e que são diferentes do que é heterocisnormativo (trecho da live promovida pelo Coletivo Manguieras).

Ao trazer os receios sobre o processo que envolve a frequência de sua filha, uma certeza perpassa meu olhar como mulher cisgênera e heterossexual: nunca ter testemunhado uma preocupação dessa natureza advinda de casais cisgêneros e/ou heterossexuais: “como vai ser quando Linda começar a ir pra a escola? Como é que vai ser isso na cabeça dessa criança? É muito complexo”. Outro aspecto significativo diz respeito às demandas de saúde da criança e como estas serão acolhidas pelo sistema de saúde como filiada à parentalidades não cis. Sobre essa questão retomo aspectos da saúde da população trans em uma contextualização dos pilares de sustentação do cuidado a esta família.

Dumaresq (2016) refere, tendo como base os estudos propostos por Larissa Pelúcio, que as políticas públicas direcionadas às travestis são movidas por aspectos sanitários (especialmente considerando o vírus da AIDS – a expressão “SIDAdanização” advém dessas reflexões), que se por um lado explicita a saúde do público citado, também funciona como forma reguladora de vigilância das pessoas sobre seus corpos. Assim, a relação desse cuidado estaria socialmente direcionada a um aspecto de prevenção a uma epidemia que se em seus aspectos orgânicos causa uma grave enfermidade, também diz respeito a um ataque moral, visto que no passado a disseminação do referido vírus esteve fortemente vinculada às não cisheterossexualidades.

Na vivência relatada por Apollo, podemos encontrar um exemplo da manutenção e reprodução de uma perspectiva transfóbica e reducionista que considera a população trans como vetores de contágio de forma indiscriminada. Ao relatar sobre consulta médica de sua filha, transcorre como a profissional correlaciona uma demanda gástrica da criança a uma testagem de HIV.

A gente levou na gastropediatra, ela pediu exame de HIV pra nossa criança. Eu fiz todos os meus, os meus exames durante o pré-natal. Amanda também fez comigo, porque se a gente fosse ter bebê no hospital a gente queria que Amanda também amamentasse lá, então pra garantir isso a gente também fazia todos os exames nela, e ela só pediu exame de HIV pro meu bebê porque Amanda é travesti. Esse estigma pesou, saca? (trecho da live promovida pelo Coletivo Mangueliras).

Assim, coloco como observação não apenas a identidade individual de Apollo ou sua companheira, mas a identidade familiar e como os espaços de atenção, educação, cuidado e assistência estão (ou não) preparados a estes acolhimentos de forma respeitosa, humana e afetiva. Como desenvolve Elizabeth Zambrano (2006), em “parentalidades ‘impensáveis’: pais/mães homossexuais, travestis e transexuais”, há uma especificidade nas vivências das parentalidades trans uma vez que estas estão relacionadas às identidades de gênero e não necessariamente à orientação sexual e às homoparentalidades. A autora traz essa reflexão ao contextualizar a sua escolha em se utilizar do termo “homoparentalidades” de forma a abarcar as diversas possibilidades de parentalidades LGBT a um fortalecimento e fortalecimento do que estaria em maior visibilização.

Apesar de manter concepções que diverjam da opção conceitual da autora, pois defendo que há especificidades necessárias a serem consideradas em cada população representada pelas diferentes letras da sigla, assim como a diferenciação de que a travestilidade estaria para a identidade de gênero e a transexualidade ao sexo, julgo potente a premissa de que “impedir que tenham um estatuto legal, significa “fixar” a família dentro de um formato único, que não corresponde à diversidade de expressões adotadas por ela nas sociedades contemporâneas” (ZAMBRANO, 2006, p. 129).

6.3 O “berço social”

6.3.1 A militância e organização política: potências e tensionamentos

Os movimentos sociais são interlocutores e atores potentes ao pensarmos sobre os fortalecimentos de direitos e Políticas Públicas identitárias. Sobre estes, Maria da Glória Gohn (2011), em “Movimentos sociais na contemporaneidade”, afirma que os Movimentos Sociais estariam em um lugar social de representação de forças organizadas sob a qual pessoas se agregam com o que nomeia como “campo de atividades” estas potências a estímulo da criatividade e inovações socioculturais. A autora defende que são geradoras de saberes a partir de uma resistência ao que é velho e opressor e de construção de um novo que se caracterize

como libertador, e tem se utilizando de novos meios de comunicação, como a internet. Se utiliza do termo “agir comunicativo” para caracterizar esse processo.

A autora transcorre que são ações sociais coletivas de cunho sóciopolítico e cultural que possibilitam a expressão das demandas da população com estratégias utilizadas variadas tais quais denúncias, pressões diretas (caracteriza como sendo mobilizações, protestos, negociações, etc.) ou indiretas. Relata também a função de diagnóstico social e construção de propostas e articulações e criações de redes em prol da inclusão social. Sobre esse tema, Apollo se encontra em consonância com a concepção dessa função evidenciando a necessidade de uma ação enfática e diretiva na luta as garantias de direitos:

Enquanto movimento social, acho que o papel da gente é realmente não amolecer, é continuar provocando, continuar em cima dos espaços pra garantir (trecho da *live* promovida pelo Coletivo Mangueiras).

Rebecca Abers, Marcelo Silva e Luciana Tatagiba (2018), em “Movimentos sociais e políticas públicas: repensando atores e oportunidades políticas”, defendem que a depender do lugar que ocupam nas hierarquias sociais e relações de poder, os diferentes atores políticos, incluindo os movimentos sociais, têm seus acessos a recursos materiais e simbólicos também relativizados, o que acaba por interferir nas possibilidades de agência e influência nos poderes e políticas públicas. Apontam que o contexto de atuação dos movimentos também está relacionado às interações com os demais atores com os quais se relacionam, e nesse sentido compreendo que inclua outros movimentos sociais.

Djamila Ribeiro (2019) ao se utilizar do exemplo de Audre Lorde, reconta os desconfortos da escritora no processo de identificação nas militâncias, em sua dificuldade relativa ao sentimento de não pertencimento por precisar escolher entre um movimento ou outro, quando sua vivência abarca lutas diversas. Sobre isto, defendia que não se poderia negar uma identidade em detrimento da outra, uma vez que isto não se configuraria como uma transformação real e sim um reformismo.

Ao trazer essa reflexão, intento introduzir alguns pontos pertinentes da crítica de Apollo aos movimentos Feministas e LGBT no que se refere ao acolhimento de demandas das transmasculinidades e o espaço disponível às pautas comuns destas as mulheridades cis, às demais identidades de gênero e orientações sexuais.

É tenso ainda esse diálogo tanto entre dentro do Movimento LGBT, porque, honestamente, dá uma bugada, saca? [...] Mas, a gente eu achoque ainda é mais dialogável de que no Movimento de Feministas. [...] Quando se fala de aborto não

pode falar de aborto por pessoas com útero, parece que é um crime falar isso. Eu acho que esse diálogo ele precisa ser feito mais internamente no Movimento, porque a gente também pode contribuir muito com essa pauta. [...] A gente não quer tomar o espaço que é o espaço da mulher, a gente quer contribuir com a pauta que é nossa também, porque se a gente pode abortar então é uma pauta que também é nossa. Nosso corpo também permite isso (trecho da live promovida pelo Coletivo Mangueiras).

Ao se posicionar dessa forma, Apollo evoca os tensionamentos entre os debates e militâncias feministas e transmasculinas frente às pautas compartilhadas e a própria discussão sobre a identidade e quem são as pessoas sujeitas do feminismo, assim como quais pautas se encontram dentro da luta feminista. Letícia Nascimento (2021) defende que se faz necessária a atenção às agendas políticas e coletivas para que estas não diminuam pautas importantes para corporalidades com demandas comuns, e complemento, mesmo que estas não estejam caracterizadas dentro das vivências das mulheridades. A autora reforça que as liberdades individuais não devem deslegitimar uma construção de uma agenda comum, assim como esta não deve imperar às liberdades individuais, além da consideração das inúmeras possibilidades que as pessoas trans têm com suas corporalidades, para tanto traz reflexões sobre a “desterritorialização do corpo” e os termos “mulher de pau” e “homem de buceta”, expressões que ratificam a não generalização ao relacionarmos a população transgênera à repulsa de suas genitálias ou desconfortos (WITTMANN, 2016) com relação às mesmas.

Dentro do próprio Movimento LGBT é evidente as demandas singulares de cada grupo representado por cada letra utilizada. Contudo, reforçando o que Viviane Vergueiro (2015) aponta, há uma invisibilização do “T” da sigla e dentro desta, a pouca visibilização das transmasculinidades. Guilherme Almeida (2012) teoriza a relação desta com a hormonioterapia e a maior aproximação física às expectativas sociais de masculinidade em detrimento das mulheres trans e as feminilidades. Defende que se por um lado esta pode servir como “um agradável momento de trégua na estressante e contínua batalha por respeito à identidade/expressão de gênero” (p. 519), também contribui a um apagamento por invisibilização.

Isabel Wittmann (2016) exemplifica a realidade francesa em que há uma autonomia do movimento trans, diferente do Brasil em que há uma unificação dessas lutas. A autora aponta que essa característica estaria relacionada a uma tentativa de fortalecer o coletivo, no entanto acaba por não contemplar as necessidades específicas da população trans. Assim, compreendo que esse próprio processo também é fator colaborador para a ausência de informações dentro

do próprio Movimento que se propõe a abarcar as identidades trans. Sobre isto, Apollo transcorre sobre o que tangem às possibilidades de diálogos:

No Movimento LGBT, ainda é um processo que anda um pouco lento, mas ainda dá pra dar uma dialogada. O que eu senti bastante nisso, durante esse meu processo de gestação, é a falta de informação que as próprias pessoas dos Movimentos têm com relação a pessoas trans, né. Parece que ainda falta muito de informação. Parece que essa informação do processo transexualizador e nome social resolve tudo pra a pessoa trans em qualquer esfera, sabe. O Movimento LGBT entende isso, todos os Movimentos entendem assim, pessoal da saúde acha que essas duas coisas resolvem o nosso problema. Quando na realidade não, a gente precisa dialogar (trecho da live promovida pelo Coletivo Mangueiras).

Apollo evidencia que reconhece a importância e a potência no processo de reconhecimento e compartilhamento à construção de uma agenda política que considera as necessidades das pessoas transmasculinas, partindo inicialmente do que parece ser um mapeamento do que os sujeitos políticos em questão consideram como pontos a serem levantados em prol dos direitos dessa população. Sobre isto evidencia, em sua perspectiva:

Quando a gente fala de Movimento Social LGBT, e a gente pensa num movimento de homens trans, a gente entende que o movimento LGBT tenta abarcar, só que a gente ainda, enquanto homem trans, ainda não está com pautas muito bem definidas. Então eu acho que essa mobilização da gente de se organizar de forma independente como um movimento mesmo de homens trans, além de garantir a visibilidade que a gente precisa, ainda traz pra a gente a possibilidade de discutir internamente quais são essas pautas, porque até então a gente não se reunia pra dialogar sobre essas pautas. O movimento de homens trans que tinha aqui no estado não tinha muito essa preocupação de dialogar entre os próprios homens trans, e isso dificultou muito a gente avançar em alguns processos. E a ideia agora é justamente essa, a gente se perceber enquanto indivíduo e perceber as nossas pautas que são diferentes das outras pautas. Algumas abarcam a mesma coisa, mas assim, tem especificidades (trecho da live promovida pelo Fórum LGBT de Pernambuco).

Ao traçar tais reflexões, é possível coadunar os aspectos mencionados com o que Maria Gohn (2011) aponta sobre a análise de saberes e redes possíveis de articulações nas práticas cotidianas que consideram o contexto e conjuntura políticos, econômicos e socioculturais vivenciadas no país durante estas articulações, assim como a importância de se cobrar às autoridades a não isenção de Políticas Públicas que contemplem as pessoas trans (MARIANO, 2019).

Importante evocar também a potência que estas reivindicações têm no atual contexto sociopolítico sob o qual nos encontramos no país, em que as pautas das pessoas trans não apenas não são visibilizadas como são apagadas. Ao trazer essa afirmação, rememoro a exclusão, e porque não me utilizar da palavra censura, da cartilha produzida e endereçada aos

profissionais de saúde sobre a saúde da população transmasculina e retirada do ar um dia após a posse do atual governante federal em exercício, seis meses após ser lançada. O veículo jornalístico digital de grande acesso “O Estadão” evidencia, em 4 de janeiro de 2019, tal notícia através da matéria “Ministério da Saúde retira do ar cartilha para a população trans”. Em seu corpus é sinalizada a justificativa do governo federal que defende haver erros e falhas no material, que dentre outras temáticas também trata sobre controle de natalidade e contracepção.

Sobre o aspecto individual, o sentimento de pertencimento social do indivíduo em ações em um grupo ativo, são aspectos que se evidenciam como potentes ao próprio desenvolvimento de um movimento social em curso e atividade (GOHN, 2011). Christian Mariano (2019) sobre este ponto evidencia estratégias utilizadas por homens trans de Florianópolis, Santa Catarina, que se pautam no reconhecimento dos pares através de meios de comunicação. Relata a criação de um grupo do whatsapp onde homens trans poderiam compartilhar e, portanto, adquirir também informações relativas a suas experiências.

O autor também menciona a função de rede e acolhimento que tal ferramenta acaba por se caracterizar, o que também é evidenciado por Guilherme Almeida (2012) quando este aponta o processo de autoidentificação por homens trans ocorrido através dos meios digitais. O autor também refere espaços hospitalares que estejam relacionados ao processo transexualizador como possibilitadores desses encontros, assim como redes pessoais e os contatos com matérias, reportagens e informações sobre o tema.

6.3.2 Transmasculinidades e transpaternidades: contínuas (re)construções

Em consonância com o que vem sido desenvolvido, o lugar da militância e dos movimentos sociais como espaço tanto de reflexão como construção das transmasculinidades é de extrema potência. Uma vez que se reivindicam pautas que se estruturam de forma a apontar demandas necessárias, de forma anterior a isto promove a compreensão das identificações de caráter coletivo, além dos próprios reconhecimentos individuais ao se encontrarem em uma mesma posição social (RIBEIRO, 2019).

Simone Ávila e Miriam Grossi (2013), em “O ‘y’ em questão: as transmasculinidades brasileiras”, transcorrem sobre as múltiplas formas de serem construídas e vivenciadas as masculinidades. As autoras referem que estas são produções do campo social e das práticas, uma vez que as pessoas realizam ou não o que lhes é esperado considerando seu gênero. Neste

processo, enfatizam que estas são construídas tanto nas relações entre homens-mulheres quanto homens-homens, considerando seus aspectos de dominação e subordinação, não havendo um padrão de masculinidade universal e sendo este também um campo de tensões, contradições e fluidez entendendo essa considerável variabilidade.

Partindo dessa concepção, podemos considerar as transmasculinidades como essas formas alternativas que as autoras apontam à masculinidade hegemônica proposta por Conell, que se caracteriza como sendo esse padrão dominante de masculinidade em uma ilusória concepção de que é a única existente.

Essa outra masculinidade aí [a hegemônica], ela não quer se abrir pra se pensar dessa forma. Acha que colocar o bebezinho ali pra arrotar e dormir já é o seu papel mais que suficiente. Acho que a gente tem trazido muito mais no corpo mesmo, carregado no corpo essas possibilidades e penso que a gente precisa aprofundar mais isso num campo do diálogo mais interno, entre a gente, enquanto homens trans (trecho da live promovida pelo Coletivo Mangueiras).

Pensar sobre as masculinidades vividas por pessoas trans é também considerar a diversidade sob as quais são experienciadas e o lugar de contínuo questionamento e tensionamentos sobre os des ou re construções do que se instituiu socialmente como feminino, masculino e corporalidades. Sobre isso, Apollo é potente ao relacionar os processos de transição que também incluem o transicionar certos espaços e lugares sociais e reafirmar esse “novo” posto.

Quando a gente fala nesse campo de construção de masculinidades é uma grande questão que acontece sempre com homens trans, principalmente que tinham vivências em grupos feministas antes de transicionar. O discurso é sempre o mesmo, acho que você já deve ter ouvido falar de ter entrado em crise em algum momento e dizer: “caramba, eu sou um homem trans”, e aí passei pra um outro lado, agora eu não tô mais exercendo a mulheridade. E aí a gente sempre começa a dialogar sobre construção de novas masculinidades a partir das nossas vivências. Eu acho que isso ainda é uma pendência de construir efetivamente um coletivo de homens trans e de dialogar essas masculinidades, mas o que a gente já faz, já tem feito com os nossos corpos é pensar nesse processo de gestação como um processo masculino, parar de odiar os nossos corpos nesse sentido. Eu acho que isso já diz muito sobre uma construção de uma nova masculinidade. É fazer com que nossos corpos sejam vistos em sua integralidade, provocando mesmo esse diálogo (trecho da live promovida pelo Coletivo Mangueiras).

Ao apontar essas reflexões e trazer a utilização dos próprios corpos como instrumentos políticos, trago a reflexão proposta por Isabel Wittman (2016) quando esta evidencia que o compartilhar da própria experiência e as obras autobiográficas (a exemplo cita os livros de João Nery e as entrevistas de Thomas Beatie) são apresentadas com finalidades públicas e

privadas, o que se enquadra perfeitamente no contexto dessa produção e do material a servir como objeto de interlocução. Se por um lado “o compartilhamento de fotos de transhomens com corpos musculosos e a existência do ‘homem grávido’ provocam questionamentos entre os interlocutores a respeito do tipo de masculinidade que é aceita nas comunidades” (p. 662), promovendo uma visibilidade e possibilidade de trazer a temática ao debate, por outro esse mesmo holofote pode caracterizar-se como sendo de uma violência extrema como podemos refletir a partir do trecho abaixo:

Eu fico pensando inclusive o quanto tem sido complicado pra mim entrar num banheiro masculino com a barriga desse tamanho. E eu fico pensando como que esse processo não é pra outros meninos que não tem proximidade com a militância. É muito violento, porque uma das coisas que me salvou muito disso, dessas pegadinhas do cotidiano, foi a pandemia. Porque aí preciso ficar em casa, não tem muito o que sair nem como lidar muito com essas questões (trecho da live promovida pelo Fórum LGBT de Pernambuco).

Essas reflexões sobre os corpos políticos, pessoas que escolhem publicizar suas experiências de forma a trazer visibilidades às causas identitárias e porque não dizer de existência e reivindicação das possibilidades de existência, a vivência individual compartilhada como ativismo político, parecem ocupar também um lugar de trabalho ininterrupto e uma exigência exaustiva a estar em uma linha de frente no combate no qual se precisa exigir o básico em uma lida de humanidade.

Às vezes não dá pra levar na militância porque a gente tá exausto, eu só quero ser atendido e sair logo porque não dá. Às vezes eu desisto do atendimento. Essa é uma realidade, sabe. Eu já fui pra a emergência por conta da hiperemese e desisti do atendimento porque eu não tava mais aguentando aquele processo (trecho da live promovida pelo Fórum LGBT de Pernambuco).

O referido tópico evidencia a complexa teia e jogos de poder que incluem as dinâmicas que consideram as transmasculinidades, as construções das transpaternidades também como aspectos que se entrelaçam com as masculinidades e os espaços de diálogos existentes ou não sobre essas questões. Estas que perpassam aspectos relativos aos cuidados em saúde, assistência social, jurídica, educacional, dentre outras questões básicas ao exercício da cidadania, evidenciam lugares de poder estruturais e estruturantes que precisam ser colocados em pauta à promoção de uma sociedade mais equânime e igualitária.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS: (IN)CONCLUSÕES APORTADAS NO ALTO MAR DA INTERPRETAÇÃO

As reflexões aqui propostas partem de estudos que intentam prover perspectivas outras de compreensão sobre as diversas formas e exercícios das paternidades, desafios, barreiras, interditos sociais e evidências das necessidades de estratégias a serem cunhadas à garantia das paternidades como aspecto fundamental dos Direitos Humanos. É evidente dentro do estudo aqui realizado o lugar de invisibilização da população trans – em especial a transmasculina, pois de acordo com Guilherme Almeida (2012) há uma maior visibilidade das mulheres trans e travestis neste contexto -, no lugar de humanidade e cidadania, o que culmina em uma escassez de trabalhos e produções que venham a disponibilizar dados e conhecimento em prol do cuidado, assistência e demandas pelas pessoas não cis.

Ademais, não é incomum nos depararmos com produções de caráter explanatório que colocam as pessoas interlocutoras não cisgêneras ou as experiências das mesmas em lugares sociais em uma perspectiva zoológica e colonial, sob a égide das relações de poder da cisheteronormatividade biologicista e a supremacia do saber-fazer-poder do discurso biomédico.

Sobre o exercício das paternidades por pessoas transmasculinas, o que proponho conceitualmente como “Transpaternidade”, concordo com Castro-Peraza et al (2019) quando evidencia que o desejo pela parentalidade nada está relacionado de forma engendrada ao gênero feminino ou masculino, sendo uma possibilidade e desejo humano, havendo diversas formas de efetivar essa possibilidade. No entanto, reforço que é preciso a existência de oportunidades que viabilizem que este cenário se faça possível, o que reforça a necessidade de uma atenção maior nessa área (CASTRO-PERAZA et al, 2019), de forma a ultrapassarmos o que Guilherme Almeida (2012) aponta sobre as restrições e quem decide sobre a produção de conhecimentos sobre os homens trans no país.

Outro aspecto significativo emergente nessa pesquisa está relacionado à questão da importância e potência da linguagem como prática e promotora de mudanças e realidades sociais. Sobre isto, o debate sobre o próprio termo proposto a nomear o exercício da paternidade por pessoas transmasculinas, ancorando tais argumentos no que Elizabeth Zambrano (2006) propõe como emprego estratégico de uma terminologia específica de forma a evidenciar situações presentes na sociedade que demandam atenção. A autora coloca que “ao nomear um tipo de família até então sem nome, permite-se que ela adquira uma existência

discursiva, indispensável para indicar uma realidade, possibilitando o seu estudo e, principalmente, sua problematização” (p.128).

Também preciso evidenciar a problemática do campo da linguagem que se relaciona ao confrontar as noções binárias de gênero, quando estas se encontram imbricados em nossos próprios idiomas que separam e propõem termos e vocábulos que excluem possibilidades que extrapolem os polos do que se constituiu como masculino e feminino, unicamente. Foi possível constatar a necessidade do que Guilherme Almeida (2012) propõe como “reabilitação semântica” (p. 518), de forma a existência de uma comunicação mais inclusiva, o que comumente tem se popularizado como “linguagem neutra”.

Esta se encontra em um nível estrutural e instituída de forma arraigada culturalmente, fazendo-se necessários os diálogos abertos, acessíveis e reflexivos ao processo de mudança social. Apontar a necessidade dos devidos treinamentos, formações e sensibilizações na lida e atenção a este público, por profissionais da lida direta com a população trans gestante e vivenciando a paternidade parece ser uma obviedade. Contudo nos resultados co-construídos aqui foi possível perceber que o acesso ao sistema de saúde por pessoas trans é envolvido por experiências violentas e transfóbicas que perpassam desde a chegada aos ambientes hospitalares, até os atendimentos e procedimentos em si.

Outra dificuldade a pontuar refere-se ao que perpassa à ciência como produzida por uma pesquisadora, sua subjetividade e o lugar social no qual está localizada. Fazer ciência pautando temáticas transmasculinas como uma mulher cisgênera me manteve em um lugar de constantes desconfortos que se relacionavam a aspectos tanto de corresponder a uma ética-política coerente com as propostas aqui apontadas, quanto ao cuidado a não ser mais uma autora a reproduzir “transfobias científicas” e apropriações de viver-saber que reforçassem uma colonialidade opressora.

Compreendemos esse restrito número de páginas que propõem interpretações e caminhos possíveis de reflexões sobre um tema que se encontra longe de se esgotar, tampouco as inquietações aqui evidenciadas, algumas não consideradas e abarcadas, outras não visualizadas, assim como desdobramentos deste mesmo material. Algumas possibilidades vislumbradas perpassam o aprofundamento em aspectos aqui transcorridos tais quais amamentação, humanização do parto, contracepção, aborto, violência obstétrica, pré natal da pessoa parceira, dentre outras temáticas pinceladas, mas sem a possibilidade de um maior desenvolvimento.

Também evidencio possibilidades de um debruçar sobre análises midiáticas, interações em redes sociais sob as perspectivas advindas de comentários, repercussões e repertórios

jornalísticos utilizados. Essa dissertação reforça um campo de possibilidades de estudos a partir de produções discursivas intermediadas por meios de comunicação e produtos à análise produzidos com fins que se aproximam de um diálogo público e sem o objetivo acadêmico.

Ademais, se fazem também possíveis olhares de outros prismas tais quais as perspectivas dos profissionais de saúde, as próprias formações que consideram cuidado e atenção básica, as instituições como atores e cenários de promoção uma saúde subjetiva e de acolhimento. As reflexões sobre família e os tensionamentos desta discussão, além dos recortes de classe e raça e a acessibilidade e desenvolvimento de tecnologias reprodutivas que garantam os direitos reprodutivos a todos.

Concordo e ratifico o que Castro-Peraza et al (2019) indica sobre a complexidade que o debate sobre as parentalidades trans evoca. Nesta afirmação, reforça que a temática abre diferentes níveis de discussão sob as quais a comunidade científica não tem endereçado suas atenções suficientemente. Se fazem urgente ressignificações dos estereótipos heteronormativos (VOULTSOS et al, 2021) não apenas em nível institucional de forma pontual, mas em nível estrutural no que construímos culturalmente.

Evoco também as palavras de Guilherme Almeida (2012) que nos lembra da multiplicidade das vivências transmasculinas, “plurais nas masculinidades encenadas e vividas, plurais nos desafios enfrentados e na forma de enfrentá-los” (p. 521). Por fim, amplio sob essa base das masculinidades diversas as paternidades também diversas, enfatizando o lugar de encontro que estas podem por vezes ocupar. Nesta produção delimitamos como terreno reflexivo o exercício da paternidade advinda de *um* processo gestacional, ou seja, o exercício da paternidade atravessado por um processo gestacional, contudo compreendemos a diversidade e amplitude deste debate. Finalizo, ou melhor, prefiro que Apollo finalize essa produção trazendo à superfície o que se oculta diariamente nas profundezas do colonialismo cisheteronormativo:

Pensar na gente enquanto homem trans e pensar que a gente tem uma gama de possibilidades. Que a gente não deixe os estereótipos que se colocam sobre os nossos corpos tomar conta da gente. Porque muitas vezes, quando a gente pensa que não quer engravidar ou não quer algo específico, é muito mais do que nos impõem socialmente (trecho da live promovida pelo Fórum LGBT de Pernambuco).

REFERÊNCIAS

- ABERS, Rebecca. N.; SILVA, Marcelo. K.; TATAGIBA, Luciana. Movimentos sociais e políticas públicas: repensando atores e oportunidades políticas. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 105, p. 15–46, set. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/7Z3vLtvbrTykKtSfx39QSXs/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 21 jan. 2022.
- ALMEIDA, Guilherme. ‘Homens trans’: novos matizes na aquarela das masculinidades? **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 513-526, 2012.
- ALMEIDA, João A. G. Amamentação: a relação entre o biológico e o social. In Amamentação: um híbrido natureza-cultura [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/rdm32/pdf/almeida-9788575412503.pdf>. Acesso em 21 jan. 2022.
- ANGONESE, Mônica; SOUZA LAGO, Mara Coelho de. Direitos e saúde reprodutiva para a população de travestis e transexuais: abjeção e esterilidade simbólica. **Saúde Soc.** São Paulo, v.26, n.1, p.256-270, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/FqFGGyngpCS9xJp4zrZYBcL/abstract/?lang=pt>. Acesso em 21 jan. 2022.
- ARENDDT, Ronald. J. J. Construtivismo ou construcionismo? Contribuições deste debate para a Psicologia Social. **Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 8, n. 1, p. 05–13, abr. 2003.
- ÁVILA, Simone; GROSSI, Mirian P. O “y” em questão: as transmasculinidades brasileiras. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013. Disponível em http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1386768141_ARQUIV_O_SimoneAvila.pdf. Acesso em 21 jan. 2022.
- BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. “A diferença trans no gênero para além da patologização”. **Revista Periodicus**, Salvador, n. 5, p. 87-100, 2016.
- BARBOZA, Heloisa Helena. Proteção da autonomia reprodutiva dos transexuais. **Estudos Feministas**. Florianópolis, V.20, n. 2, p. 549-558, 2012.
- BRANDÃO, Daniel. **Transmasculinidades na saúde**: produzindo sentidos entre lacunas e invisibilidades. Monografia - Universidade Federal de Pernambuco, p. 33. 2018.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde Sexual e Saúde Reprodutiva**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2010. (Cadernos de Atenção Básica).
- BRANDT, Justin. S. et al. Transgender men, pregnancy, and the “new” advanced paternal age: A review of the literature. **Maturitas**, v. 128, p. 17–21, out. 2019.
- BORBA, Rodrigo. A linguagem importa? Sobre performance, performatividade e peregrinações conceituais*. **Cadernos Pagu**, n. 43, p. 441-474, 2014

BORGES, Lenise S. **Repertórios sobre lesbianidade na novela Senhora do Destino: possibilidade de legitimação e transgressão**. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Programa de estudos pósgraduados em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica São Paulo, São Paulo, p. 182, 2008

BIRMAN, Joel. Jogando com a Verdade. Uma Leitura de Foucault. Physis: **Revista Saúde Coletiva**, v. 12, n.2, 301-324, 2002

BUTLER, Judith. **Os atos performativos e a constituição do gênero**: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. Edições Chão de Feira. Caderno de leituras, n. 78. 2018

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: Feminismo e subversão da identidade. 15ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017

BUTLER, Judith. **A vida Psíquica do Poder**: Teorias da Sujeição. 1ª edição. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 1997.

CAMPANELLA, Bruno. Por uma etnografia para a internet: transformações e novos desafios. **Matrizes**, São Paulo, v. 9, nº 2. p. 167-173. Jul/dez. 2015

CARVALHO, Bruno. **“Tá pensando que travesti é bagunça?”**: Repertórios sobre travestilidade, em contextos de criminalidade, por jornais de Pernambuco. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, p. 126. 2014.

CAVALCANTI, Céu. **Patologizações, autodeterminações e fúrias** – uma breve carta de amor. In: Psicologia, Travestilidades E Transexualidades: Compromissos ético-políticos da despatologização. In: Psicologia, Travestilidades E Transexualidades: Compromissos ético-políticos da despatologização. Editora Tribo da Ilha: Florianópolis, 2019.

CORRÊA, Sônia.; ALVES, José. E. D.; JANNUZZI, Paulo. M. **Direitos e saúde sexual e reprodutiva**: marco teórico-conceitual e sistema de indicadores. In: CAVENAGHI, S. (Org.). Indicadores municipais de saúde sexual e reprodutiva. Rio de Janeiro: ABEP; Brasília, DF: UNFPA, 2006. p. 27-62.

CORRÊA, Tiago Matheus. **Escuta psicológica a meninas e mulheres em situação de violência sexual**: narrativas entre inteligibilidades, ética e jogos de poder. Tese (doutorado em Psicologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, p. 182. 2020.

DUMARESQ, Leila. Ensaio (travesti) sobre a escuta (cisgênera). **Revista Periódicus**, v. 1, n. 5, p. 121–131, 15 jul. 2016.

DUMARESQ, Leila. Transfeminismo: contradição na opressão. **Gênero**, v.14, n. 1, p. 29-43, Niterói, 2013.

FREITAS, Waglânia de Mendonça Faustino e; COELHO, Edméia de Almeida Cardoso; SILVA, Ana Tereza Medeiros Cavalcanti da. Sentir-se pai: a vivência masculina sob o olhar de gênero. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 137-145, jan. 2007.

GARCÍA-ACOSTA, Jesús. M. et al. Trans* Pregnancy and Lactation: A Literature Review from a Nursing Perspective. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 17, n. 1, p. 44, 19 dez. 2019.

GOHN, Maria G. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, p. 333–361, ago. 2011.

GOMES, Amanda. C.; DOURADO, Adalberto D. C. M.; VITÓRIA, Paulo R.; NORONHA, Danielle P. **A transparência por meio da adoção: reflexões sobre invisibilidades no direito brasileiro**. v. 7, p. 16, 2021.

GOMES, Maria. C. A. Violência, intolerância e corpo feminino: analisando as reações discursivas na mídia em torno da prática de amamentação. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**. v. 18, n. 2, p. 20, 2017.

GRUSKIN, Sofia; EVERHART, Avery; OLIVIA, Diana Feliz; BARAL, Stefan; REISNER, Sari L.; KISMÖDI, Eszter. CRUZ, David; KLEMMER, Cary; REICH, Michael R.; FERGUSON, Laura. **“In transition: ensuring the sexual and reproductive health and rights of transgender populations.”**: A roundtable discussion. *Reproductive Health Matters*, v. 26, n. 52, p. 70-81. 2018.

HAFFORD-LETCHFIELD, Trish. et al. What do we know about transgender parenting?: Findings from a systematic review. **Health & Social Care in the Community**, p. hsc.12759, 14 abr. 2019.

HAHN, Monica; SHERAN, Neal; WEBER, Shannon; *et al.* Providing Patient-Centered Perinatal Care for Transgender Men and Gender-Diverse Individuals: A Collaborative Multidisciplinary Team Approach. **Obstetrics&Gynecology**, v. 134, n. 5, p. 959–963, 2019. Disponível em: <https://journals.lww.com/10.1097/AOG.0000000000003506>. Acesso em: 14 out. 2021.

HENN, Ronaldo.; MACHADO, Felipe. V. K.; GONZATTI, Christian. **Todos nascemos nus e o resto é drag**: performatividade dos corpos construídos em sites de redes sociais. *Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, v. 42, n. 3, p. 201–220, dez. 2019.

HOFFKLING, Alexis.; OBEDIN-MALIVER, Juno.; SEVELIUS, Jae. From erasure to opportunity: a qualitative study of the experiences of transgender men around pregnancy and recommendations for providers. **BMC Pregnancy and Childbirth**, v. 17, n. S2, p. 332, nov. 2017.

hooks, bell. **O feminismo é pra todo mundo**. 10ª edição. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 2020.

IBRAHIM, Elza; VILHENALL, Junia. Jogos de linguagem/jogos de verdade: de Wittgenstein a Foucault. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**. Rio de Janeiro, v.66, n. 2, p. 114-127, 2014.

JESUS, Jaqueline Gomes. **Aforismos sobre os quais erguer o transfeminismo**. 2013. Disponível em: <http://transfeminismo.com/aforismos-sobre-os--quais-erguer-o-transfeminismo%C2%B9/>. Acesso em: 12 dez. 2021.

KAAS, Hailey. **Os mecanismos da patologização das vidas trans**. In: Psicologia, Travestilidades E Transexualidades: Compromissos ético-políticos da despatologização. Editora Tribo da Ilha: Florianópolis, 2019.

LIMA, Vinícius M.; VORCARO, Ângela M. R. O estranho como categoria política: Psicanálise, Teoria Queer e as experiências de indeterminação. **Psicologia em estudo**, v. 22, n. 3, 2017.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2004.

LUNA, Sergio Vasconcelos de. **Planejamento de pesquisa**: uma introdução. São Paulo: EDUC, 1996.

LUPINACCI, Ludmila. "Da minha sala pra sua": Teorizando o fenômeno das lives em mídias sociais. **London School of Economics and Political Science**, Londres, 2020.

LYRA, Jorge. **Homens, feminismo e direitos reprodutivos no Brasil: uma análise de gênero no campo das políticas públicas** (2003-2006). 2008. 262 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Departamento de Saúde Coletiva, Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2008.

MACDONALD, Trevor. et al. Transmasculine individuals' experiences with lactation, chestfeeding, and gender identity: a qualitative study. **BMC Pregnancy and Childbirth**, v. 16, n. 1, p. 106, dez. 2016.

MARIANO, Christian P. **Corpo Trans**: condições de saúde, bem-estar e possibilidades de existência. In: Psicologia, Travestilidades E Transexualidades: Compromissos ético-políticos da despatologização. Editora Tribo da Ilha: Florianópolis, 2019.

MATTAWANON, Natnita; SPENCER, Jessica B.; SCHIRMER, David A.; *et al.* Fertility preservation options in transgender people: A review. **Reviews in Endocrine and Metabolic Disorders**, v. 19, n. 3, p. 231–242, 2018. Disponível em: <http://link.springer.com/10.1007/s11154-018-9462-3>. Acesso em: 14 out. 2021.

MEDRADO, Benedito. Das representações aos repertórios: uma abordagem construcionista. **Psicologia & Sociedade**, São Paulo, v. 10, n.1, p. 86-103, 1998.

MEDRADO, Benedito; SPINK, Mary Jane. Produção de sentido no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursiva. In: SPINK, Mary Jane (Org). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013.

MINAYO, Maria. C. S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17 n. 3, p. 621-626, 2012.

MISKOLCI, Richard.; PELÚCIO, Larissa. Fora do sujeito e fora do lugar: reflexões sobre performatividade a partir de uma etnografia entre travestis. **Gênero**, v. 7, n. 2, p.257-269, Niterói, 2007.

MOIRA, Amara; ROCHA, Márcia; BRANT, T.; NERY, João. **Vidas Trans: a coragem de existir**. Bauru, SP: Astral Cultural, 2017.

MORELLI, Fábio; PEREIRA, Bruno. A pornificação do corpo masculino: Notas sobre o imperativo das imagens na busca entre homens por parceiros on-line. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 18, n. 1, p. 187-203, 2018

MORERA, Jayme. A. C.; PADILHA, Maria. I. Representações sociais do sexo e gênero entre pessoas trans. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 70, n. 6, p. 1235–1243, dez. 2017.

NASCIMENTO, Letícia. **Transfeminismos**. São Paulo: Jandaíra, 2021

NERY, João. **“Vocês só podem ser normais por que nós somos considerados doentes!”** – a patologização dos corpos trans como meio de produzir a “normalidade” cis. In: *Psicologia, Travestilidades E Transexualidades: Compromissos ético-políticos da despatologização*. Editora Tribo da Ilha: Florianópolis, 2019.

NERY, João. **Viagem Solitária: a trajetória pioneira de um transexual em busca de reconhecimento e liberdade**. Rio de Janeiro: Leya, 2019.

NEVES, Vanusa N. S.; MACHADO, Charliton J. dos S.; FIALHO, Lia M. F.; SABINO, Raquel do N. Utilização de lives como ferramenta de educação em saúde durante a pandemia pela COVID-19. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 42, e240176, 2021.

NOVELI, Marcio. Do Off-line para o Online: a Netnografia como um Método de Pesquisa ou o que pode acontecer quando tentamos levar a Etnografia para a Internet? **Organizações em contexto**, Ano 6, n. 12, julho-dezembro 2010.

OLIVEIRA NETO, José G. **“Onde há viado não há sossego, prefiro os machos”**: construindo sentidos sobre masculinidades e hetero(homo)normatividade junto a usuários de app de pegação. p. 111, Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Recife, 2021.

PAULON, Simone. M. **A análise de implicação como ferramenta na pesquisa-intervenção**. *Psicologia e Sociedade*, Porto Alegre, v. 17, n.3, p. 16-23, set./dez.2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v17n3/a03v17n3.pdf>. Acesso em: 13/01/2022.

PEDERZOLI, Aquinoã. A. **Papai ou mamãe? Uma discussão dos papéis parentais em homens trans que engravidaram**. Mestrado em Psicologia Social—São Paulo: Universidade de São Paulo, 5 out. 2017.

PEREIRA, Pamella. L. N. **De barba e barrigão: histórias de gestação e parentalidade de homens trans**. p. 160. Doutorado em Saúde Coletiva - Programa de Pós Graduação em Saúde da Criança e da Mulher, Instituto Fernandes Figueira – IFF/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2021.

PINTO, Joana. P. Conexões teóricas entre performatividade, corpo e identidades. **DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, v. 23, n. 1, p. 1–26, 2007.

PRISCO, Luiz. Homem transexual fala sobre a experiência de amamentar o filho. **Metrópoles**, 08 ago. 2016. Disponível em: <https://www.metrosoles.com/vida-e->

estilo/comportamento/homem-transexual-fala-sobre-a-experiencia-de-amamentar-o-filho.
Acesso em: 22/01/2022

RIBEIRO, Amanda K. O.; SILVEIRA, Lia C. Transfobia e abjeção: diálogos possíveis entre a psicanálise e a teoria queer. **Ágora**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1., p. (66-74), janeiro/abril, 2020.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de Fala**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

RIBEIRO, Maria Auxiliadora Teixeira.; MARTINS, Mário Henrique da Mata.; LIMA, Juliana Martins De. A pesquisa em base de dados: como fazer? In: LANG, Charles Elias., et al. (Org.). Metodologias. **Pesquisas em saúde, clínica e Práticas Psicológicas**. 1a. ed. Maceió: Editora da Universidade Federal de Alagoas - EDUFAL, 2015.

RODRIGUES, Carla. Butler e a desconstrução do gênero. Resenha. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 1 janeiro-abril, 2005.

RODRIGUES, Carla. Performance, gênero, linguagem e alteridade: J. Butler leitora de J. Derrida. **Sexualidad, Salud y Sociedad**. n.10 - p.140-164, 2012.

RIGGS, Damien. W. et al. Men, trans/masculine, and non-binary people's experiences of pregnancy loss: an international qualitative study. **BMC Pregnancy and Childbirth**, v. 20, n. 1, p. 482, dez. 2020.

RODRIGUEZ, A. M. M. **Experiências de atenção à saúde e percepções das pessoas transgênero, transexuais e travestis sobre os serviços públicos de saúde em Florianópolis/SC, 2013-2014**. 2014. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

SCAVONE, Lucila. Direitos reprodutivos, políticas de saúde e gênero. **Estudos de sociologia**, Araraquara, v. 5, n. 9, p. 1-18, 2000.

SILVA, Ana Luísa Cataldo da. "**DÁ LICENÇA, EU SOU PAI!**": A produção de sentidos sobre a licença-paternidade com trabalhadores-pais em Suape. 2015. 131 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

SILVA, Felipe. C. DA; SOUZA, Emilly. M. F. DE; BEZERRA, Marlos. A. (Trans)tornando a norma cisgênera e seus derivados. **Revista Estudos Feministas**, v. 27, n. 2, p. e54397, 2019.

SILVA, Suelen de Aguiar. Desvelando a Netnografia: um guia teórico e prático. **Intercom – RBCC**. São Paulo, v.38, n.2, p. 339-342, jul./dez. 2015.

SIQUEIRA, Elis. Folksonomias, hashtags e campanhas feministas na internet: como #meuamigosecreto, #belarecatadaedolar e #meuprimeiroassédio nos levaram a #elenão. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, SP, v. 59, n. 1, p. 623–665, 2020.

SPINK, Mary Jane; FREZZA, Rose Mary. Práticas Discursivas e Produção de Sentido: A perspectiva da psicologia social. In: SPINK, Mary Jane (Org). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013.

SPINK, Mary Jane Paris; BRIGAGÃO, Jacqueline; NASCIMENTO, Vanda; CORDEIRO, Mariana. **A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014.

SPINK, Mary Jane. **Linguagem e produção de sentidos no cotidiano**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

SPINK, Peter. Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista. **Psicologia & Sociedade**. n. 15, vol. 2, p. 18-42, 2003.

TONELI, M. Juracy; BECKER, Simone. **A violência normativa e os processos de subjetivação**: contribuições para o debate a partir de Judith Butler. Fazendo Gênero 9 - Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. 23 a 26 de agosto de 2010. Disponível em http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1278169629_ARQUIVO_TrabalhocompletoMJFTeSBAviolencianormativa.pdf. Acesso em 21 jan. 2022.

TORNELLO, Samantha. L.; BOS, Henry. Parenting Intentions Among Transgender Individuals. **LGBT Health**, v. 4, n. 2, p. 115–120, abr. 2017.

T'SJOEN, Guy; VAN CAENEGEM, Eva; WIERCKX, Katrien. Transgenderism and reproduction. **Current Opinion in Endocrinology, Diabetes & Obesity**, v. 20, n. 6, p. 575–579, 2013. Disponível em: <<https://journals.lww.com/01266029-201312000-00013>>. Acesso em: 14 out. 2021.

VASCONCELOS, Thaíssa. **CORPOS EM TRÂNSITOS, TRANSES E TRANÇAS**: Produções de corporalidades por/com mulheres trans. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, p. 135. 2015.

VERGUEIRO, Viviane. **Pensando a cisgeneridade como crítica decolonial**. In: MESSEDER, S., CASTRO, M.G., and MOUTINHO, L., orgs. Enlaçando sexualidades: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero [online]. Salvador: EDUFBA, p. 249-270, 2016. Disponível em <https://books.scielo.org/id/mg3c9/pdf/messeder-9788523218669-14.pdf>. Acesso em 21 jan. 2022.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes**: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade – Universidade Federal da Bahia, Salvador, p. 244. 2016.

VON DOUSSA, Henry; POWER, Jennifer; RIGGS, Damien. Imagining parenthood: the possibilities and experiences of parenthood among transgender people. **Culture, Health & Sexuality**, v. 17, n. 9, p. 1119–1131, 2015. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13691058.2015.1042919>. Acesso em: 14 out. 2021.

VOULTSOS, P.; ZYMVRAGOU, C.-E.; KARAKASI, M.-V.; *et al.* A qualitative study examining transgender people's attitudes towards having a child to whom they are genetically related and pursuing fertility treatments in Greece. **BMC Public Health**, v. 21, n. 1, p. 378,

2021. Disponível em: <https://bmcpublikealth.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12889-021-10422-7>. Acesso em: 14 out. 2021.

XIMENES, Fernanda. **Pornodissidência como ação micropolítica**: uma narrativa sobre carnes e subjetividades (a)normais. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, p. 248. 2020.

WEINER, Brittany A.; ZINNER, Leah. Attitudes Toward Straight, Gay Male, and Transsexual Parenting. **Journal of Homosexuality**, v. 62, n. 3, p. 327–339, 2015. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00918369.2014.972800>. Acesso em: 14 out. 2021.

WITTMANN, Isabel. “O Corpo Nasce de uma Identidade”: reflexões sobre a construção do corpo em experiências transgênero. **Cadernos de Campo**, vol. 28, n.2, São Paulo, 2019.

WITTMANN, Isabel. Transhomens: masculinidades, políticas e vivências. **Revista Estudos Feministas**, v. 24, n. 2, p. 661–663, ago. 2016.

ZAMBRANO, Elizabeth. Parentalidades “impensáveis”: pais/mães homossexuais, travestis e transexuais. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 12, n. 26, p. 123-147, 2006.